

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

MAÍTHA ELENA TOSTA GRACIANO

O ESTUDO DO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA
PERSPECTIVA DA TEORIA ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL

Marília
2015

MAÍTHA ELENA TOSTA GRACIANO

O ESTUDO DO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA
PERSPECTIVA DA TEORIA ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Leandra Bizello

Marília

2015

Graciano, Maítha Elena Tosta.

G731e O estudo do Instituto Fernando Henrique Cardoso na perspectiva da teoria arquivística pós-custodial / Maítha Elena Tosta Graciano. – Marília, 2015.
124 f. ; 30 cm.

Orientador: Maria Leandra Bizello.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

Bibliografia: f. 119-124

1. Organização da informação. 2. Informação arquivística. 3. Cardoso, Fernando Henrique – 1931-- Arquivos. 4. Arquivologia. 5. Ciência da informação. I. Título.

CDD 025.171

MAÍTHA ELENA TOSTA GRACIANO

O ESTUDO DO INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NA
PERSPECTIVA DA TEORIA ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, como requisito para o exame geral de qualificação para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Maria Leandra Bizello (Orientadora)

Prof^a. Dra. Sonia Maria Troitiño Rodriguez (Membro da banca)

Prof^a. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (Membro da banca)

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes (Suplente da banca)

Dra. Bianca Gonçalves de Souza (Suplente da banca)

Marília, __ de agosto de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares pelo apoio, em especial, aos meus pais por terem acreditado nos meus sonhos.

A todos os professores do departamento de Ciência da Informação pelos ensinamentos, especialmente, a professora Maria Leandra que foi mais que uma orientadora, foi uma amiga que conquistei desde a graduação e, também, por ter me recebido de braços abertos sem pré-julgamento algum, por ter acreditado na minha pesquisa e, principalmente, na minha capacidade para seu desenvolvimento mesmo quando eu já não acreditava mais que poderia.

Aos professores da banca pelos conselhos e ensinamentos para que eu pudesse fazer da melhor forma esta pesquisa.

Ao Instituto Fernando Henrique Cardoso por ter colaborado e contribuído com a pesquisa da melhor forma possível, especialmente, a curadora do instituto, Danielle Ardaillon, que foi sempre muito atenciosa e solícita.

Aos meus amigos: André Corrêa que me apoiou nas madrugadas de estudo; Vinicius Ferreira e Diego Alves que me apoiaram nos momentos mais conturbados ao longo desses dois anos e meio; Gisele Naves que acreditou desde o início no meu sonho e apoiou-me integralmente e de forma única; Thais Franciscon que acolheu minha ideia e apoiou-me contribuindo diretamente para que eu ingressasse na pós-graduação; Luciana Piovezan pelas contribuições (biblioteconômicas – normalização) durante as disciplinas do programa de pós-graduação que cursamos juntas; Camila Ramos por toda a paciência e compreensão pelas noites em claro e, também, por todo o apoio e, Renato Crivelli por todo apoio, compreensão, paciência, sinceridade, correções e orientações e, especialmente, pela amizade (desde a graduação), mas e especialmente, durante todo o processo de pós-graduação, pois desde o ingresso na pós-graduação estive presente apoiando-me.

A todos vocês minha gratidão pela compreensão e paciência, pelo sacrifício constante em apoio à pesquisa e redação desta dissertação.

RESUMO

Nesta pesquisa analisou e discutiu-se a organização da informação custodiada pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) segundo a proposta do paradigma pós-custodial, uma das linhas de análise da Arquivística Contemporânea. Esta pesquisa justifica-se, pois para que seja possibilitado o acesso a todo e qualquer acervo, faz-se necessário que seja empregado na massa documental prerrogativas como, técnicas e métodos de organização da informação que respeitem, principalmente, os princípios da proveniência, da ordem original, da organicidade e, também, o contexto e as funções estabelecidas no momento de produção da documentação e durante toda sua vigência e tramitação em estado corrente. A teoria pós-custodial nos coloca justamente essa forte relação que existe entre o documento e a informação, desde a produção ao acesso pelo usuário. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva qualitativa cujo método é o estudo de caso com observação sistemática simples não estruturada. Esta pesquisa apresentar-se-á a transição paradigmática em desenvolvimento na Arquivística contemporânea bem como na Ciência da Informação, e como tais ideias influenciaram a organização do acervo do iFHC e as diferentes possibilidades oferecidas pela instituição para o acesso à informação em seu acervo. Verificou-se que, muitas vezes, a organização e a compreensão dadas aos arquivos pessoais e privados, na contemporaneidade tratam-se de documentos de coleção de caráter museológico ou biblioteconômico e, não, de um conjunto documental orgânico característico e pertinente a Arquivo. A documentação do Instituto Fernando Henrique Cardoso compreende o período em que o seu fundador foi ministro e presidente da República do Brasil (1994 a 2002), o acervo também é constituído por documentos pessoais, e documentos produzidos a partir de suas atividades como intelectual, sociólogo, professor universitário, político e escrito, sendo Fernando Henrique Cardoso muito ativo em algumas delas. O acervo possui não apenas documentos como textos, cartas, livros e anotações, mas, também, fotografias, objetos, vídeos, etc. O acervo referente ao ex-presidente está em constante modificação uma vez que recebe documentos ainda produzidos pelo seu produtor, há, portanto um dinamismo entre a produção e a guarda dos documentos, bem como o acesso que é dado à informação. Concluiu-se que a revisão bibliográfica realizada juntamente com a análise crítica do caso do Instituto Fernando Henrique Cardoso, contribuiu para a reflexão sobre arquivos pessoais e privados, bem como para reflexões a respeito da proposta de paradigma pós-custodial postulada por Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro da Silva e Terry Cook na Arquivística contemporânea.

Palavras-chave: Arquivística; Instituto Fernando Henrique Cardoso; Organização da informação; Paradigma Pós-Custodial;

ABSTRACT

This research analyzed and discussed the organization of information guarded by the Institute Fernando Henrique Cardoso (iFHC) as proposed by the post-custodial paradigm of the analysis lines of Contemporary Archives. This research is justified because in order to be allowed access to any collection, it is necessary to be used in the documentary mass prerogatives as techniques and methods of organizing information respecting mainly the principles of provenance, the original order, the organic nature and also the context and functions established at the time of production of documentation and throughout the term and procedure in current state. The post-custodial theory in just puts this strong link between the document and the information, from production to user-access. This research is characterized as qualitative descriptive method which is the case study with simple systematic observation unstructured. This research will present a paradigm shift in development in today's Archives and the Information Science, and how these ideas influenced the organization of iFHC the acquis and the different possibilities offered by the institution for access to information in its collection. It was found that, often, the organization and the understanding given to personal and private archives, in contemporary times, is that they are documents of museum or collection biblioteconômico character and not a characteristic and organic set of documents relevant to file. The Instituto Fernando Henrique Cardoso documentation covers the period in which its founder was Minister and President of the Republic of Brazil (1994-2002), the collection also consists of personal documents, and documents produced from its activities as an intellectual, sociologist, university, political and writing teacher, and Fernando Henrique Cardoso very active in some of them. The collection includes not only documents and texts, letters, books and notes, but also photographs, objects, videos, etc. The collection relating to the former president is constantly changing as it gets further documents produced by the producer, there is therefore a dynamism between the production and storage of documents and access is given to information. It was concluded that the literature review along with the review of the case of the Instituto Fernando Henrique Cardoso, contributed to the reflection on personal and private files, as well as reflections on the post-custodial paradigm proposition postulated by Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro da Silva and Terry Cook in contemporary Archives.

Keywords: Archival; Instituto Fernando Henrique Cardoso; Information Organization; Post-Custodial paradigm;

LISTA DE SIGLAS

CI – Ciência da Informação

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

iFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquematização do método quadripolar e a interação entre os polos.....	55
Figura 2 – Pesquisa no acervo iFHC online.....	95
Figura 3 – Resultado de pesquisa no acervo iFHC online.....	96
Figura 4 – Interface do <i>Website</i> do iFHC.....	100
Figura 5 – Esquema estruturais do <i>Website</i> iFHC – Hierárquicos.....	101
Figura 6 – Sistema de navegação contextual do <i>Website</i> iFHC.....	102
Figura 7 – Sistema de navegação local do <i>Website</i> iFHC.....	103
Figura 8 – Sistema de rotulagem do <i>Website</i> iFHC.....	104
Figura 9 – Sistema de busca no <i>Website</i> iFHC.....	105
Figura 10 – Sistema de busca avançada do <i>Website</i> do iFHC.....	106
Figura 11 – Resultado de pesquisa avançada no <i>Website</i> iFHC.....	107
Figura 12 – Divisão do Acervo do Arquivo Fernando Henrique Cardoso.....	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA.....	17
2.1 <i>Na Ciência da Informação.....</i>	17
2.2 <i>Na Arquivística.....</i>	23
2.2.1 <i>Arquivos Pessoais/documentos privados.....</i>	35
2.2.2 <i>Arquivos Permanentes.....</i>	39
2.2.3 <i>Conceitos e Princípios Arquivísticos da Era Custodial.....</i>	41
2.2.4 <i>Método Quadripolar e Princípios Arquivísticos da Era Pós-Custodial.....</i>	51
3. A MEMÓRIA E O ARQUIVO.....	58
3.1 <i>Memória individual, coletiva e o jogo político e contínuo.....</i>	58
3.2 <i>A instituição arquivística iFHC como um lugar de memória.....</i>	70
4. INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (iFHC).....	75
4.1 <i>Vida e obra de FHC.....</i>	75
4.2 <i>Vida e obra de Ruth Cardoso.....</i>	76
4.3 <i>O Instituto Fernando Henrique Cardoso.....</i>	77
4.3.1 <i>O acervo iFHC.....</i>	80
4.3.2 <i>Os documentos fotográficos no Arquivo e seu tratamento diplomático.....</i>	85
4.3.3 <i>A Diplomática aplicada a documentos fotográficos.....</i>	90
4.3.4 <i>A fotografia no iFHC.....</i>	92
4.3.5 <i>Atividades culturais do iFHC.....</i>	97
4.3.6 <i>O ambiente digital do iFHC.....</i>	99
4.3.7 <i>O iFHC na perspectiva pós-custodial.....</i>	108
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	114
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Primeiramente faz-se necessário contextualizar que esta dissertação de mestrado é consequência da necessidade de um aprofundamento na pesquisa de iniciação científica realizada durante a graduação em Arquivologia.

A referida pesquisa de iniciação científica, realizada e acima citada, teve fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo objetivo foi o de analisar as atividades culturais realizadas no Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), principalmente, as atividades de Ação Cultural, conforme o tripé proposto por Teixeira Coelho, como forma de disseminação e acesso a memória preservada por essa instituição arquivística.

A partir disso, esta dissertação parte do fato de que tanto na Ciência da Informação (C.I.) como também e, principalmente, na Arquivística atualmente, evidencia-se a maciça concentração de estudos a respeito do acesso à informação. Tal concentração é consequência da crescente demanda deflagrada a partir dos anos 1980, em virtude da intensa e acelerada produção de informação registrada e, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, pois é possível observar o aumento expressivo da utilização da Internet, dos recursos tecnológicos e, também, de atividades culturais para esses fins.

Neste momento faz-se necessário destacar que, atualmente, atender as necessidades informacionais dos usuários é o grande objetivo tanto da Ciência da Informação (C.I.) como, também, da Arquivística. Por ser este um dos objetivos de maior destaque para essas áreas atualmente, se justifica a transição paradigmática em curso nas áreas da Ciência da Informação, especialmente, na Arquivística.

Em virtude disso, verificou-se que essa transição visa, principalmente, a ampliação do paradigma atual para além da custódia, ou seja, o acesso à informação.

Diante do exposto, entende-se que o problema desta pesquisa é consequência do período de transição paradigmática que a Arquivística está sofrendo atualmente, isto é, a transição do paradigma custodial para o pós-custodial, entendendo a proposta paradigmática pós-custodial como, a ampliação para além da custódia, objetivando o acesso à informação. Pois, sabendo que para que seja efetivo o acesso à informação, faz-se necessária a organização da informação, vislumbrou-se a necessidade de um estudo a respeito dos métodos empregados

pelo iFHC no que concerne a organização da informação custodiada em seu acervo frente à proposta pós-custodial em ascensão, no âmbito da Arquivística contemporânea.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a proposta pós-custodial – paradigma pós-custodial postulado por Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro da Silva (Universidade do Porto – Portugal) e com contribuições de Terry Cook (Arquivista e Professor da Universidade Manitoba em Winnipeg – Canadá) –, vai além da custódia, visando, principalmente, o acesso à informação e, também, por a proposta pós-custodial harmonizar-se com as leis que o iFHC faz uso para respaldar sua criação e fundação; recolha e custódia do seu acervo; a captação de seus recursos financeiros para fomentação das atividades técnicas e metodológicas no que diz respeito a execução da organização da informação em seus diferentes suportes e, também, a manutenção e permanência do iFHC no atual espaço físico que está situado e; a elaboração e execução de atividades culturais que contribuem para possibilitar o acesso ao próprio instituto e às informações contidas em seu acervo.

A escolha deste instituto deve-se ao fato de que a documentação custodiada pelo iFHC trata-se de uma documentação privada de caráter e interesse público por conta do seu conteúdo e do papel representativo perante a sociedade a qual a entidade geradora da documentação custodiada está inserida. Tal papel é de grande relevância por se tratar de um ex-presidente da República do Brasil, além de ser um político influente no cenário político e econômico do país na esfera atual e, também, sua sólida contribuição como sociólogo e pesquisador.

O Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) é uma organização privada custodiadora da documentação do seu próprio fundador, Fernando Henrique Cardoso, uma personalidade pública, cuja documentação abrange documentos do período em que o seu fundador foi senador, ministro e presidente da República Federativa do Brasil (1994 a 2002), além dos documentos pessoais e documentos de seus estudos enquanto sociólogo e professor universitário. O iFHC possui um variado acervo composto de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos etc.

A criação e a fundação do instituto foram possibilitadas devido a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que discorre sobre “acervos privados dos presidentes

da República”, e o acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso pauta-se na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que discorre sobre “a política nacional de arquivos públicos e privados”. O instituto foi inaugurado em maio de 2004 na cidade de São Paulo e no mês de maio deste ano de 2014 comemorou os dez anos de sua fundação.

Ressalta-se que é por meio da Lei Rouanet de nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que restabelece “princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)”, que o iFHC têm recebido recursos para o amparo às atividades ligadas ao tratamento técnico e organização do acervo “Presidente Fernando Henrique Cardoso” e às atividades culturais do próprio instituto. É válido ressaltar que estas leis, determinam também, que seja, efetivamente, possibilitado o acesso à informação custodiada pelo acervo em questão, como resposta e retribuição as suas determinações e delegações expostas, respectivamente, nas mesmas leis citadas acima.

Dado o exposto, é importante salientar que para que seja possibilitado o acesso a todo e qualquer acervo, faz-se necessário que seja empregado na massa documental prerrogativas como, técnicas e métodos de organização da informação que respeitem, principalmente, os princípios da proveniência, da ordem original, da organicidade e, também, o contexto e as funções estabelecidas no momento de produção da documentação e durante toda sua vigência e tramitação em estado corrente. Tais prerrogativas são pertinentes à proposta pós-custodial da Arquivística contemporânea.

Ressalta-se ser também notável, a necessidade na Arquivística, de se estudar com maior profundidade a organização da informação em arquivos pessoais e privados, levando-se em consideração que, a documentação custodiada no iFHC é de caráter e interesse público, pois verifica-se que, muitas vezes, a organização e a compreensão dada a arquivos pessoais e privados, na contemporaneidade, é de que se trata de documentos de coleção de caráter museológico e, não, de um conjunto documental orgânico característico e pertinente a Arquivo.

Assim, propõe-se nesta pesquisa como objetivo geral analisar e discutir a organização da informação arquivística frente à proposta do paradigma pós-custodial, no âmbito de arquivos pessoais e privados, que nesta pesquisa está representado pelo instituto Fernando Henrique Cardoso.

Os objetivos específicos desta pesquisa caracterizam-se por identificar as técnicas e métodos empregados na organização da informação arquivística no iFHC. A partir disso, verificar e discutir a organização da informação arquivística empregada no iFHC no que concerne as prerrogativas pertinentes a proposta de paradigma pós-custodial como, os princípios de proveniência, ordem original, organicidade e, também, contexto e funções estabelecidas no momento de produção da documentação e durante toda sua vigência e tramitação em estado corrente até o momento de sua recolha para o permanente. E, assim, identificar e discutir a influência da organização da informação arquivística empregada no iFHC nas diferentes possibilidades oferecidas pela instituição para o acesso à informação custodiada em seu acervo. Além, claro, de estudar e discutir a transição paradigmática em desenvolvimento na Arquivística contemporânea, bem como na Ciência da Informação.

Esta pesquisa tem como metodologia o estudo de caso, pois temos como objetivos responder alguns questionamentos, a respeito da organização da informação empregada no iFHC, por exemplo, como se dá a organização da informação no iFHC, isto é, quais são as técnicas e métodos empregados na organização da informação no iFHC e, a partir da compreensão de como se dá essa organização, verificar e, posteriormente, discutir se a organização da informação arquivística empregada no iFHC buscou seguir as prerrogativas pertinentes a proposta de paradigma pós-custodial como, os princípios de proveniência, ordem original, organicidade e, também, contexto e funções estabelecidas no momento de produção da documentação e durante toda sua vigência e tramitação em estado corrente, e, também, a influência dessa organização nas formas de acesso à informação, possibilitado pelo próprio iFHC.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que tem sua origem nas pesquisas de medicina e psicologia. No entanto, é possível observar que essa metodologia vem sendo utilizada em pesquisas qualitativas de áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais, bem como das ciências sociais aplicadas.

Ressalta-se que o estudo de caso “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações”. (VENTURA, 2007, p. 384).

É possível definir fases a serem cumpridas quando se trata de uma pesquisa onde a metodologia utilizada é a de estudo de caso. Sendo as fases de definição da unidade (pessoa, família, organização, etc) que será o caso a ser estudado; a coleta de dados; a análise e interpretação dos dados coletados e, por fim, a elaboração de um relatório. Lembrando que tanto para coleta como para análise e interpretação dos dados é necessário que seja feita anteriormente a essas atividades, uma revisão de literatura ou revisão bibliográfica que aborde, necessariamente, o tema estudado para um embasamento e fundamentação teórica no momento de coleta e, principalmente, no momento de análise e interpretação dos dados coletados, a fim de concluir a pesquisa com a elaboração do relatório que é definida como sendo, a última fase do estudo de caso. Sendo este relatório, a dissertação a ser apresentada como resultado final desta investigação.

Esta pesquisa é de natureza exploratória qualitativa descritiva com observação sistemática simples não estruturada, ou também, como é conhecida observação assistemática, ou seja, sem um roteiro previamente estabelecido cujo método aplicado será o estudo de caso.

O estudo de caso é uma maneira de refletir também, sobre as práticas de arquivo, e transformá-las não, apenas, em relatos de experiências, mas percebê-las enquanto contribuição fundamental para teoria. O universo de pesquisa é constituído por um Instituto privado situado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Para o desenvolvimento da análise do iFHC, a partir de referenciais teóricos, os procedimentos metodológicos abordarão: o levantamento bibliográfico para revisão de literatura com aprofundamento nos seguintes temas: organização da informação; arquivos pessoais e privados; transição paradigmática na Arquivística contemporânea; princípios e conceitos fundamentais da Arquivística como, princípio da proveniência, princípio da ordem original, princípio da organicidade, contexto e função de documentos no que diz respeito a produção, vigência e o tramite. Sendo o embasamento teórico necessário para desenvolvimento de coleta de dados na instituição.

A observação do iFHC realizou-se com o objetivo de coletar informações do instituto com relação as atividades intelectuais e técnicas de organização da informação desenvolvidas e realizadas na instituição, por meio de publicações de livros, relatórios, plano de classificação, tabela de temporalidade entre outras

publicações do próprio iFHC a respeito da organização do seu acervo que possa contribuir para análise e coleta de dados. Além, claro, da coleta de dados por meio do *Website* do instituto disponível em: www.ifhc.org.br . Após a realização da coleta de dados, fez-se a análise e interpretação dos dados coletados fazendo uma correlação com a literatura revisada resultando assim, na redação dos dados obtidos ao longo da pesquisa.

Dado o exposto, esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa de Produção e Organização da Informação do Departamento do Programa de Pós Graduação da em Ciência da Informação (PPGCI) da UNESP – Campus de Marília, visto que contribui para o desenvolvimento e enriquecimento de teorias no que tange a organização da informação arquivística e a organização da informação em arquivos pessoais e privados, bem como para ampliação da compreensão e consolidação da proposta do paradigma pós-custodial no âmbito da Arquivística contemporânea.

A partir disso, o capítulo teórico que segue após essa introdução, abordará questões no cerne da evolução histórica e paradigmática tanto na Ciência da Informação, bem como na Arquivística. Além de apresentar questões a respeito dos arquivos pessoais e privados e, a partir disso, a discussão a respeito dos princípios fundamentais da Arquivística, bem como o contexto de produção e a função dos documentos, o método quadripolar juntamente com os princípios formulados para arquivística a partir do paradigma pós-custodial.

O terceiro capítulo se ocupará da discussão a respeito da constituição da memória e o arquivo, em especial, a questão que cerca o arquivo, nesta pesquisa representado pelo iFHC, como lugar de memória.

O quarto capítulo se ocupará da apresentação do objeto de estudo desta pesquisa, Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) de acordo com a realidade observada e considerações a partir de sua análise a partir da perspectiva pós-custodial da teoria Arquivística.

Dessa forma, espera-se desta pesquisa que a revisão bibliográfica realizada juntamente com a análise crítica da realidade prática do Instituto Fernando Henrique Cardoso, contribua para a reflexão sobre arquivos pessoais e privados, bem como para reflexões a respeito da proposta de paradigma pós-custodial postulada por Fernanda Ribeiro, Armando Malheiro da Silva e Terry Cook na Arquivística contemporânea.

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA

Este capítulo visa apresentar a evolução histórica bem como a transição paradigmática tanto da Ciência da Informação (C.I.) como também da Arquivística, pois na proposta do paradigma “pós-custodial” cunhada por Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, a Arquivística é entendida como um ramo aplicado da C.I., no que tange a produção, organização, fluxo, recuperação e uso, armazenamento e preservação da informação de diferentes tipos (e não apenas a jurídico-administrativa) feita e recebida por organizações públicas e privadas. (SILVA, 2009).

Diante disso, o texto inicia-se com a evolução histórica e as transições paradigmáticas da Ciência da Informação para, posteriormente, abordar a evolução e as transições paradigmáticas da Arquivística.

2.1 Na Ciência da Informação

Para Saracevic, “[...] a Ciência da Informação teve sua origem no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial” num “processo de emergência de novos campos ou de refinamento/substituição de conexões interdisciplinares dos campos antigos”. Dessa forma, para o autor, “a Ciência da Informação está seguindo os mesmos passos evolutivos de muitos outros campos”. (SARACEVIC, 1996, p. 42).

Saracevic (1996) destaca o artigo de Vannevar Bush em 1945 como um dos eventos históricos marcantes para a origem da Ciência da Informação. Neste artigo, Saracevic pontua que Bush (1945) “identificou o problema da *explosão informacional*, isto é, o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia”. (SARACEVIC, 1996, p. 42).

Cabe ressaltar outro evento histórico para a Ciência da Informação, a Teoria Matemática da Comunicação¹, também conhecida como “Teoria Matemática da

¹ De acordo com Araújo, “Shannon e Weaver reconhecem que as questões relativas à comunicação envolvem três níveis de problemas. O primeiro trata dos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em um papel). O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. Enquanto o primeiro nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de determinada materialidade (sonora, visual, etc), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. O terceiro nível é o pragmático, relaciona-se com a eficácia. Quem

Informação”, postulada por Shannon e Weaver no final da década de 1940, é considerada como uma teoria inaugural para a área da Ciência Informação, uma vez que, a partir dela projetou-se o conceito de ‘informação’.

Na ‘Teoria Matemática da Informação’ de Shannon e Weaver, a informação é entendida como “uma medida da incerteza – não como aquilo que é informado, mas como aquilo que se poderia informar”. (ARAÚJO, 2009, p. 194).

A partir disso, é possível dizer que entre os autores da área da Ciência da Informação (C.I.), é consenso afirmar que esta surge em meados do século XX, e na década de 1960 que são elaborados os primeiros conceitos e definições e, assim, inicia-se o debate sobre a origem e os fundamentos teóricos da nova área.

A respeito da Ciência da Informação, Saracevic (1996) pontua três características gerais para justificar tanto a existência da Ciência da Informação, bem como sua evolução:

Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando.

Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos.

Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna *em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial*.

Terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação.

A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. (SARACEVIC, 1996, p. 42).

É importante salientar que o conceito de Ciência da Informação, no que concerne como um campo de pesquisa emergiu no início dos anos 1960. A partir disso, tem-se a afirmação postulada por Borko em 1968, onde Ciência da Informação (CI) é entendida como,

a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização,

emite informações a outrem deseja, de algum modo, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar um produto, eleger um candidato, pedir um favor, etc)”. (ARAÚJO, 2009, p. 193). Para Shannon e Weaver “os processos que envolvem a informação passam a ser compreendidos numa lógica linear”, e, dessa forma, os referidos autores definem a comunicação como “um processo em que uma fonte, a partir de um transmissor, por meio de um canal, envia informação a um receptor, que a conduz a um destino”. (ARAÚJO, 2009, p. 194).

estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação [...]. Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (BORKO, 1968 apud SARACEVIC, 1996, p. 45-46).

Para Araújo (2009) a Ciência da Informação caracteriza-se como uma ciência voltada para o estudo da produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação. E, portanto, a Ciência da Informação deve ser considerada como uma disciplina voltada para os processos envolvidos com a informação, isto é, “processos normalmente entendidos como processos técnicos, aplicados, de intervenção”. (ARAÚJO, 2009, p. 200).

Por consequência, Araújo considera que o conceito de informação que se destaca é “a ideia de informação como uma ‘coisa’, um ente da realidade dotado de objetividade”. (ARAÚJO, 2009, p. 200).

É possível notar ser a Ciência da Informação uma ciência recente e desenvolvida no período histórico da modernidade e apoiada em outras áreas da ciência tidas como moderna como, as ciências exatas, a partir de elementos emprestados de áreas como, a matemática e a física, bem como da biologia e, também, da psicologia, além das contribuições significativas e cruciais das áreas das ciências humanas como, a sociologia, a antropologia, as teorias da comunicação.

A partir disso,

[...] pode-se perceber, na evolução da ciência da informação, a tentativa de consolidação de uma disciplina nos moldes das disciplinas científicas resultantes do processo de construção da ciência moderna. Além disso, é possível visualizar sinais de que a ciência da informação, ainda bem no seu início, tentava constituir-se nos moldes da ‘ciência pós-moderna’². (ARAÚJO, 2003, p. 26).

² “A ‘ciência pós-moderna’ é entendida como o movimento de superação da crise do paradigma científico dominante desde o século XVII, pela superação do modelo de racionalidade cartesiana, de separação do sujeito e do objeto, a busca da ordem, a separabilidade dos elementos constituintes da realidade, movimento esse motivado pelas crises geradas com a evolução e a aplicação do conhecimento científico, tais como as guerras, os regimes totalitários, a poluição e os desastres ecológicos, a exclusão do acesso ao conhecimento, reforço das desigualdades socioeconômicas, a sofisticação dos instrumentos de dominação”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1990 apud ARAÚJO, 2003, p. 26).

Seguindo com a trajetória histórica da Ciência da Informação, é possível identificar na literatura da área da Ciência da Informação, que alguns autores aceitem que esta tenha passado pelos seguintes paradigmas: o primeiro seria o paradigma físico; o segundo, o paradigma cognitivo; e o terceiro, denominado paradigma social. (CAPURRO, 2003).

Faz-se necessário destacar serem estes três paradigmas distintos, porém, possuem relações entre si e, de alguma maneira, são complementares. Por esse motivo, neste item do trabalho, defende-se uma linha evolutiva na trajetória histórica da Ciência da Informação, entendendo que tal linha pode ser representada a partir da discussão a respeito dos paradigmas da área.

Antes de apresentar os três paradigmas da Ciência da Informação, faz-se necessário entender que neste trabalho,

um paradigma pode ser considerado como um conjunto de realizações científicas reconhecidas por uma determinada comunidade, durante algum tempo, fornecendo problemas e soluções modelares que podem ser identificados no seu campo de atuação. (KUHN, 2011, p. 13).

Dessa forma, é possível compreender que a mudança de paradigmas na ciência, bem como na Ciência da Informação, na verdade, diz respeito quando “um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”. (KUHN, 2011, p.125).

Faz-se necessário ressaltar que em vários momentos da história da ciência, o paradigma dominante nem sempre conseguiu dar suporte para todas as pesquisas emergentes. A partir disso, de acordo com Kuhn (2011), é possível identificar a abertura de espaço para o surgimento de novas teorias incompatíveis com a anterior, isto é, a transição paradigmática na ciência. Kuhn (2011) complementa afirmando que

[...] as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma. Tanto no desenvolvimento político como no científico, o sentimento de funcionamento defeituoso, que pode levar à crise, é um pré-requisito para a revolução. [...] as revoluções científicas precisam parecer revolucionárias somente para aqueles cujos paradigmas sejam afetados por elas. (KUHN, 2011, p. 125-126).

Portanto, considera-se que um novo paradigma pode substituir outro a partir do momento em que haja consenso entre os pesquisadores da área de que esse novo paradigma proposto supere os feitos do anterior. Cabe salientar que “a estrutura teórica de uma ciência nunca é completa ou fechada, oferece continuamente novos problemas”. (BROOKES, 1980, p. 125 apud MAIMONE; SILVEIRA, 2007, p. 56).

A partir disso, tem-se que o paradigma físico da Ciência da Informação aproxima-se exatamente do modelo positivista³ e funcionalista e pela sua proximidade com as ciências exatas, a Ciência da Informação, de acordo com Araújo, “encontrou, exatamente naquele conjunto de ciências sociais também próximas às ciências exatas, maior identidade de propostas e métodos”. (ARAÚJO, 2003, p. 24).

Diante do exposto, entende-se que o paradigma físico é centrado em sistemas informatizados, onde o conceito de informação aproxima-se de um sentido estritamente técnico, onde é possível evidenciar as aproximações com as áreas das ciências exatas como, a matemática. Isto é,

Em tal perspectiva, a informação é entendida como um fenômeno objetivo, com existência independente dos sujeitos e dos contextos, algo possível de ser transmitido tal como é de um ponto a outro num processo de comunicação. (ARAÚJO, 2012, p. 146).

Neste paradigma, os estudos teóricos da Ciência da Informação não objetivavam as percepções, as necessidades e as interpretações do usuário dos sistemas, naquilo que diz respeito ao processo de recuperação e acesso da informação, mas focavam em sistemas que pudessem processar o maior número de informações em um menor espaço de tempo, ou ainda, “uma ‘gestão de dados’ mais eficiente”. (ALMEIDA; et al., 2007, p. 20).

³ “Dentre as concepções filosóficas de longo alcance e forte influência na construção científica até o século XXI, se destaca o positivismo. Essa corrente de pensamento tem sua origem no empirismo desde a Antiguidade. Porém, as bases concretas se instauram na Idade Moderna, que tem início no século XVI, solidificando-se no século XVIII. O positivismo da ciência se consolida no século XIX com o francês Augusto Comte (1798-1857) ao defender a substituição de uma especulação racional da filosofia pelos dados positivos da ciência. Em suas ideias, Comte salienta uma postura científica baseada na exaltação da observação dos dados reais. Neste sentido, o termo positivo passa a ser inserida segundo uma concepção do real em oposição às formas metafísicas predominantes da filosofia da época e, numa visão reducionista, a ciência torna-se a única forma de conhecimento válida. Outra característica marcante do positivismo baseia-se na ideia de que a ciência é progressiva e cumulativa na aquisição de conhecimentos científicos e, portanto, distinta e superior a qualquer outro tipo de conhecimento”. (RAMOS; NEVES; CORAZZA, 2009, p. 2-3).

Seguindo a linha evolutiva e histórica da Ciência da Informação, é possível identificar que após a Conferência de Copenhagen, em 1977, as discussões na literatura da Ciência da Informação passaram a objetivar o usuário, no que concerne seu conhecimento e, então, a partir dessa mudança, verificou-se que a Ciência da Informação rompe com o paradigma físico e, passa para o segundo paradigma dessa linha evolutiva, o paradigma cognitivo.

É importante salientar que este paradigma cognitivo na Ciência da Informação tenha tido como inspiração os estudos e trabalhos de Paul Otlet, na década de 1970, onde este procurou demonstrar a diferença entre conhecimento e os registros de informação nos documentos. A partir disso, tem-se que

para sua conformação científica, foi essencial a fundamentação filosófica de Karl Popper, que distinguia na realidade a existência de três “mundos”: o físico, formado pelos objetos físicos da natureza; o da consciência, formado pelos pensamentos humanos; e o do conhecimento objetivo, isto é, aquele composto pelos elementos da consciência humana transformados em objetos físicos. (ARAÚJO, 2012, p. 146).

Seguindo a linha evolutiva e histórica da Ciência da Informação, para Almeida et. al (2007), “o paradigma social enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo”. (ALMEIDA; et al., 2007, p. 22). Dessa forma, entende-se que a Ciência da Informação, no paradigma social, volta-se para o usuário no que diz respeito ao seu contexto social.

É importante salientar o lugar ocupado pelo sujeito neste paradigma social da Ciência da Informação, que na linha evolutiva e histórica apresentada aqui, entende-se como sendo o terceiro paradigma da Ciência da Informação.

Neste paradigma, compreende-se que o sujeito não se trata de um ser isolado e que possui sim relações sociais e um contexto sócio-cultural que não pode e nem deve ser destacado de sua composição.

Nesta perspectiva, entende-se que no paradigma social da Ciência da Informação, o sujeito não deve ser entendido “apenas como um ser cognoscente, que se relaciona com o mundo apenas preenchendo ‘pedaços’ de conhecimento àquilo que já possui na mente”. (ARAÚJO, 2012, p. 146).

Destaca-se ainda que no paradigma social da Ciência da Informação, a informação é entendida como uma “construção social, algo que é definido no terreno

da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas, isto é, interações”. (ARAÚJO, 2012, p. 146).

Neste paradigma social da Ciência da Informação, entende-se que

não se desliga o homem (sujeito cognitivo) da informação (elemento de estudo da CI), os sistemas de informação são desenvolvidos para que a informação seja recuperada, garantindo assim seu uso futuro por um indivíduo e pela sociedade. (MAIMONE; SILVEIRA, 2007, p. 66).

Em síntese, pode-se afirmar que os três paradigmas que constituem a linha evolutiva e histórica da Ciência da Informação caracterizam-se da seguinte maneira: o paradigma físico apoia-se na abordagem sistêmica, que tem como premissa os recursos tecnológicos e tudo o que envolve a interação que se dá entre o homem e a máquina, sem a preocupação direta no processo interpretativo, isto é, sem preocupação com o processo cognitivo do sujeito. Já o paradigma cognitivo está relacionado diretamente com o processo mental, ou seja, com todo o processo cognitivo do sujeito. E, por último, o paradigma social que está centrado diretamente nas relações sociais e coletivas do sujeito.

Ressalta-se que esses três paradigmas que compõe a linha evolutiva e histórica da Ciência da Informação são resultado dos estudos de Capurro e são pautados a partir do estudo da hermenêutica.

E, por fim, faz-se necessário ressaltar que cada um dos paradigmas acima descritos são composto por conceitos, termos e objeto de estudo próprios, isto é, cada um dos paradigmas possuem conceito próprio, principalmente, em relação à Ciência da Informação e seu objeto de estudo, a informação. Além disso, estes paradigmas da Ciência da Informação não se anulam, mas sim, complementam-se.

2.2 Na Arquivística

A escrita surge pela necessidade do Homem registrar e comunicar os seus atos, conhecimentos ou sentimentos. Até a descoberta dos meios audiovisuais, a memória individual e coletiva será dominada pelos registros escritos como aponta Silva et al (2002).

Na visão de Silva et al, “a origem dos arquivos dá-se, pois, naturalmente, desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana” (SILVA; et al, 2002, p. 46).

Para Ribeiro,

a necessidade de criar uma memória duradoura dos actos e acontecimentos mais relevantes conduziu ao aparecimento da escrita (registo de informação sobre um suporte material), surgindo, assim, condições para que a informação perdurasse ao longo do tempo. (RIBEIRO, 2005 b, p. 1).

A partir disso, Ribeiro considera a Arquivística como disciplina e, por isso, esta é “um ‘produto’ da Modernidade e, portanto, muito recente quando comparada com a longevidade dos arquivos (hoje, entendidos como sistemas de informação), seu objecto de estudo”. (RIBEIRO, 2005b, p. 1).

Seguindo esse ponto têm-se as palavras de Schellenberg afirmando que “os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega”. (SCHELLENBERG, 2002, p. 25). Na antiga civilização grega como coloca Silva et al, “o arquivo passa a expressar a ideia de um espaço físico onde se recolham documentos de valor, por constituírem prova ou memória de atos ocorridos anteriormente” (SILVA; et al, 2002, p. 70). No entanto, será na transição do Mundo Antigo para a Idade Média que o conceito ‘arquivo’ se consolida e se torna popular.

Para Schellenberg “o desenvolvimento atingido pelos arquivos, durante o declínio das civilizações antigas e na Idade Média, exerce alguma influência no carácter dos arquivos que apareceram no início da Idade Moderna”. (SCHELLENBERG, 2002, p. 25).

Faz-se necessário destacar que para Silva et al, a linha evolutiva e histórica, no que concerne aos arquivos, pode ser identificadas a partir de quatro práticas determinadas, isto é, “Civilizações Pré-Clássicas; Grega e Romana; Medieval e Moderna; Contemporânea e a arquivística como disciplina”. (SILVA; et al, 2002, p. 25).

A partir disso, ressalta-se a afirmação de Silva et al, que diz “não se pode dizer que os arquivos do Estado são uma criação da época moderna”. (SILVA; et al, 2002, p. 80).

A partir do século XVI há um aumento na produção documental por toda Europa, tanto em quantidade como em extensão e, também, na diversidade documental produzida pelo sistema político e burocrático da época conhecido como Absolutismo.

Como afirma Silva et al, “só mais tarde com a ruptura do sistema político e burocrático e com o advento de novas preocupações sociais é que, efectivamente, surgirá à teorização arquivística”. (SILVA; *et al*, 2002, p. 81).

No entanto, é a partir da Revolução Francesa (1789) que surgiu aquele que seria o marco na Arquivística, isto é, a criação de uma instituição arquivística, o chamado Arquivo Nacional da França (Archives Nationales). O objetivo desta instituição arquivística, foi em sua criação, o de armazenar e preservar toda a documentação produzida durante a revolução e anteriormente a ela no Estado da França.

Considerando ser a Revolução Francesa (1789) um marco histórico, cabe destacar que esta revolução propiciou à burguesia a ascensão ao poder político e ao domínio econômico e, a partir disso, contribuiu significativamente para instituir definitivamente o campo científico como um espaço de produção social, bem como material e, principalmente, simbólico.

Para Ribeiro,

Com efeito, a nova ordem burguesa e liberal, que se impôs por via revolucionária em França, em 1789, veio favorecer a implantação de um modelo político-administrativo e cultural, que afectou de forma marcante os sistemas de informação arquivística. A nacionalização dos bens das classes dominantes do Antigo Regime (em particular a Igreja) e a remodelação radical das estruturas administrantes e governativas do país levaram os novos detentores do poder, por razões de ordem ideológica, política e administrativo-financeira, a apropriarem-se da documentação relativa aos bens nacionalizados. Deste modo passaram para as mãos do Estado Liberal os arquivos e as bibliotecas das antigas estruturas organizacionais (públicas e privadas), num processo não isento de vicissitudes as mais complexas, resultando em separações arbitrárias de conjuntos orgânicos unitários e em reorganizações anti-naturais de documentação que, por efeito das nacionalizações, fora fisicamente desagregada e indevidamente misturada. (RIBEIRO, 2005b, p.2).

A partir do exposto, verifica-se a importância da Revolução Francesa (1789) para a teoria Arquivística e toda a sua influência para a área até hoje.

Neste contexto, Schellenberg (2004) pontua que a criação do Arquivo Nacional da França ocorreu por conta da importância reconhecida e dada aos documentos durante a Revolução Francesa (1789) e, também, para a preservação da memória da antiga sociedade, bem como para o estabelecimento da nova sociedade e do seu Estado e, assim, buscou-se preservar os direitos públicos conquistados.

A respeito da criação do Archives Nationales e sua relação com a Revolução Francesa (1789),

O processo revolucionário francês teve, ainda, por consequência – como solução pragmática para instalação e consequente utilização dos arquivos nacionalizados – a criação de uma instituição/serviço de novo tipo, destinada a custodiar, tratar e disponibilizar a informação que passara a ser propriedade da Nação, a qual recebeu o nome de Archives Nationales. (RIBEIRO, 2005 b, p. 2).

Então, a partir da criação desta instituição, ficou estabelecido que a instituição arquivística criada, seria o órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos pela administração do Estado nos seus diferentes níveis de organização.

A composição histórica, em especial, dos arquivos, ocorreu de forma bastante linear e contínua, seguindo as alterações que ocorriam nas esferas sociais, políticas, econômica e cultural ao longo tempo.

A Revolução Francesa com sua formação burguesa e liberal destaca-se como um dos momentos históricos que mais influenciou e provocou transformações no sistema utilizado pelos arquivos da época. De modo que tais transformações culminaram com o estabelecimento do chamado ‘modelo francês’, modelo este que auxiliou, posteriormente, na arquitetura do paradigma custodial.

É importante destacar que antes dessa época, os arquivos eram vistos como instrumentos de apoio às administrações na perspectiva jurídica e administrativa e aos interesses políticos.

O ‘modelo francês’ disseminado por toda Europa do século XIX, consolida de maneira paradigmática, “uma visão de cariz historicista e custodial que, ao longo do século XX, ganhou novos contornos por força do desenvolvimento tecnológico”. (RIBEIRO, 2005b, p.4).

Assim como a França, a Inglaterra 50 anos mais tarde criou o seu arquivo central em 1838 chamado de *Public Record Office*. Schellenberg ressaltava as razões para a criação do *Public Record Office* britânico destacando que estas “tanto foram de ordem prática como de ordem cultural”. (SCHELLENBERG, 2002, p. 28). Ressalta-se ainda que o impulso cultural para a criação do arquivo central da Inglaterra partiu dos historiadores da época.

Seguindo os passos de França e Inglaterra, os Estados Unidos cem anos mais tarde, 19 de junho de 1934, criou o seu arquivo nacional.

Schellenberg (2002) destaca quatro razões básicas para a criação desses três arquivos nacionais mencionados acima. Primeira razão a necessidade de incrementar a eficiência governamental; a segunda de ordem cultural; a terceira o interesse pessoal e a quarta razão de ordem oficial.

Dessa forma, destaca-se dessas quatro razões, a de ordem cultural, pois, como Schellenberg afirma, “os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus”. (SCHELLENBERG, 2002, p. 31).

A respeito da razão de ordem cultural para a criação de arquivos, Ribeiro pontua que

o regime liberal, se, por um lado, precisou de se apropriar dos arquivos para gerir os bens a que estes se referiam, por outro lado, também procurou concentrar e dominar fisicamente a documentação por razões de índole cultural, ou seja, porque ela era necessária para se poder escrever a História da Nação. (RIBEIRO, 2005 b, p. 3).

Outro momento importante foi à publicação do célebre *Manual dos Arquivistas Holandeses*, em 1898, onde a Arquivística se firmou como técnica e distanciou-se da História, a partir desse momento constituiu-se a fase técnica e custodial.

É possível identificar outro momento histórico de grande importância para a Arquivística como, a Segunda Guerra Mundial que “acentuou a movimentação do volume de documentos, em razão de ordem política, ideológica, militar, e mesmo, de Estado”. (SILVA; et al., 2002, p. 131).

A partir disso, tem-se as palavras de Fonseca que destaca, na atualidade (final do século XX e século XXI), que duas visões emergem, como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento na Arquivística:

aquela que identifica o momento atual como de uma mudança de paradigma, e a outra que reconhece como o momento de inserção em uma nova *episteme* - a da pós modernidade. Ambas não se apresentam como excludentes. Propõem mudanças importantes na estrutura da disciplina. Inclusive, destacando o deslocamento de seu objeto de estudo – o arquivo para a informação arquivística. (FONSECA, 2008, p. 9).

Neste contexto, verifica-se que a Arquivística encontra-se num momento de revisão de conceitos, princípios e objeto de estudo, caracterizando assim, a chamada “era pós-custodial”.

A transição paradigmática em curso na Arquivística contemporânea visa, principalmente, a ampliação do paradigma atual para além da custódia, ou seja, o acesso à informação.

A respeito do paradigma pós-custodial, Fonseca retoma as palavras de Thomassen para pontuar que "o novo paradigma da arquivologia é mais do que a passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos – é a passagem para uma arquivologia pós-custódia, ou arquivologia pós-moderna". (THOMASSEN, 1999 *apud* FONSECA, 2005, p. 59).

Em continuidade, tem-se as palavras de Cook, a respeito da transição paradigmática na Arquivística. Então, para Cook

no coração do novo paradigma está a mudança que faz com que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos como objetos físicos estáticos e passem a ser entendidos como conceitos virtuais dinâmicos; uma mudança na visão dos documentos arquivísticos como produto passivo da atividade humana ou administrativa para serem considerados como agentes ativos na formação da memória humana e organizacional [...]. (COOK, 2012. p. 125).

Dado o exposto, Silva propõe que a Arquivística tende, naturalmente, a ser um ramo aplicado da C.I., que incide sobre a produção, organização, fluxo, recuperação e uso, armazenamento e preservação da informação de diferentes tipos (e não apenas a jurídico-administrativa) feita e recebida por Organizações públicas e privadas. (SILVA, 2009, p. 5).

Após a apresentação do processo evolutivo e histórico da Ciência da Informação no item anterior, cabe destacar que para Silva (2009) este processo é composto por três fases, sendo: a sincrética e custodial, a técnica e custodial e a científica e pós-custodial.

A partir disso, é importante compreender que esta concepção parte da ideia de que a Ciência da Informação é

baseada na dinâmica transdisciplinar de disciplinas práticas e profissionais como a Arquivística, é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno infocomunicacional, perceptível e cognoscível através da confirmação, ou não, das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação). (SILVA, 2009, p. 5).

O paradigma custodial (histórico, tecnicista e documentalista), se afirmou e consolidou ao longo do século XIX e do século XX, visto que mesmo após a composição desta proposta de pós-custodialidade na Arquivística, ocorre que a prática é, em sua maioria, ainda hoje, voltada para o perfil custodial.

Neste contexto,

a simbiose entre a informação e a tecnologia digital veio pôr em causa a noção estática e duradoura de “documento” (tendencialmente identificado com mensagens registradas num suporte papel) como conceito operatório e como objecto de estudo e marcou a entrada dos arquivos e da Arquivística na chamada “era pós-custodial”. Mas esta mudança de paradigma exige, naturalmente, uma formação em conformidade. (RIBEIRO, 2005 b, p. 7).

É possível identificar a partir da afirmação de Ribeiro que, além da necessidade de uma formação em conformidade, há também, uma necessidade de infraestrutura e investimento em recursos para essa mudança se consolidar de fato e, assim, tornar-se uma realidade, no que concerne principalmente, nos arquivos brasileiros.

A partir disso, entende-se neste trabalho que o iFHC aplica essa mudança de paradigma desde o momento de sua criação, como pode-se constatar nos capítulos que se, no que diz respeito a formação do iFHC e, seus métodos e técnicas de organização e de acesso a informação custodiada no instituto mesmo com algumas ressalvas.

A fase nomeada de sincrética custodial antecedeu a técnica e custodial e sua principal característica deve-se ao fato de que nesta fase o Arquivista-Paleógrafo e seu trabalho técnico eram vistos como auxiliares da História.

Por todos esses aspectos apresentados, temos a criação e consolidação do paradigma custodial adjetivado de patrimonialista, historicista e tecnicista.

De acordo com Silva (2009) o paradigma custodial caracteriza-se pela super valorização da custódia, conservação e restauro do suporte; ênfase na memória; elaboração de instrumentos de pesquisa com objetivo de facilitar o acesso ao ‘conteúdo’ informacional; separação entre as instituições Arquivo e Biblioteca, bem como a divisão delimitadora da atuação profissional de arquivistas e bibliotecários.

Nesta perspectiva, faz-se necessário destacar a interferência e influência que a mudança de paradigma na teoria Arquivística acarreta na atividade do profissional arquivista, como bem pontua Cook, pois

para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). (COOK, 2012, p. 125).

É importante salientar que a proposta de um paradigma pós-custodial desenvolvida, principalmente, por Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva é diretamente influenciada pela perspectiva defendida, desde a década de 1990, pelo arquivista canadense Terry Cook de uma arquivologia pós-moderna.

Além disso, cabe salientar que o canadense Terry Cook é considerado o criador do pensamento pós-moderno na arquivologia. Então, a partir disso, tem-se que

o pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseada nos princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou da análise textual clássica, é descartada como quimera. (COOK, 2012, p. 128).

Em linhas gerais, Terry Cook propõe a identificação de proveniência dos documentos que compõe o acervo do arquivo, a partir do contexto que motivou e provocou sua criação distanciando-se da proposta que considera que essa identificação deve partir do local de produção e/ou recolhimento, isto é,

a arquivologia pós-moderna é processo ao invés de produto, contexto no lugar do texto e dinâmico em vez de estático. Na arquivologia pós-moderna não há absolutos universais. (COOK, 2012, p. 32).

Neste contexto, percebe-se que o pensamento pós-moderno, defendido por Terry Cook, repensa a disciplina arquivística, no que diz respeito a seus conceitos e técnicas, e, também, a própria atuação do arquivista. “A partir do pensamento pós-moderno para Arquivologia, é possível verificar que surgem novas formulações para ‘velhos conceitos’”. (COOK, 2012, p. 144).

A partir disso, verifica-se que a proposta de um paradigma pós-custodial é decorrente das necessidades⁴ de acesso à informação que surgiram a partir dos

⁴ No que concerne à necessidade de acesso à informação, isto é, a busca pela informação, Rousseau; Couture (1998) pontuam que esta busca está intimamente ligada à ânsia por sabedoria e, assim, sugere uma espécie de perfeição intelectual. A partir disso, Rousseau; Couture (1998) complementam considerando que como a presença de sabedoria numa pessoa implica numa dependência em relação ao conhecimento e, num outro grau, à informação, fica fácil conceber, a partir disso, o fascínio humano diante dessa busca e necessidade de acesso a informação.

anos 1980 do século XX, posterior ao processo de industrialização. Pois, a partir deste período, é possível identificar uma intensa e acelerada produção de informação registrada, isto é, um aumento na produção de documentos que demandam um estudo crítico visando à revisão de princípios, conceitos e objeto de estudo.

Em virtude dos fatos mencionados, a Informação afirma-se como objeto de estudo em torno do qual se produz conhecimento científico numa área que, a partir de 1958, foi batizada de *Information Science* nos Estados Unidos da América.

Diante disso, Ribeiro afirma que a partir dos anos sessenta do século XX,

a construção científica da C. I., que toma como objeto de estudo a Informação, tem-se feito de uma forma não isenta de controvérsia e de ambiguidade, quer quanto ao seu carácter inter, multi ou transdisciplinar, quer quanto à identidade dos profissionais com ela conotados. (RIBEIRO, 2005, p. 6).

Para Ribeiro (2005) a intensa e estreita relação entre a informação e a tecnologia digital influenciou tanto os Arquivos como as Bibliotecas a convergirem para a chamada “era pós-custodial”.

É possível destacar na proposta pós-custodial, três fatores fundamentais que saltam aos olhos quando nos debruçamos no seu estudo e análise.

No primeiro momento, temos a inserção da Arquivística à Ciência da Informação, isto é,

a Arquivística – é uma disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação, que estuda os arquivos - sistemas de informação (semifechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente. (RIBEIRO, 2011, p. 69).

A inserção da Arquivística como campo aplicado da Ciência da Informação, de acordo com Ribeiro (2011) é recente e configura como o início da “era pós-custodial”, “em que os arquivos emergem como sistemas de informação, cuja complexidade nem sempre se confina à ordem material dos documentos e cuja organicidade transcende as vicissitudes da sua tradição custodial”. (RIBEIRO, 2011, p. 61).

Em consonância com a perspectiva pós-custodial, a respeito da Arquivística exposta acima, entende-se arquivo como

um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a

natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (SILVA; et al., 1999 apud RIBEIRO, 2011, p. 69).

Nessa afirmação destacam-se “a natureza orgânica”, isto é, a estrutura a qual a informação materializada faz referência, bem como “a natureza funcional”, isto é, o serviço e/ou o uso dessa informação materializada. Então, a partir disso, fica evidente que tanto a organicidade como também a função são prerrogativas a serem respeitáveis na instituição arquivística no que diz respeito o tratamento técnico a ser empregado.

Nesta perspectiva, tem-se que ‘arquivos’ são

o conjunto dos documentos pouco importando a sua idade, o tipo de suporte (incluindo os magnéticos e informáticos) ou o seu valor (administrativo, legal, financeiro ou de testemunho), que contêm **informação orgânica**, isto é, informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito da missão de uma pessoa física ou moral. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 24).

Destaca-se nessa afirmação que para Rosseau; Couture, os documentos também possuem característica orgânica em sua estrutura independente do suporte a qual a informação está registrada.

Em continuidade, na proposta pós-custodial, outro fator vislumbrado que merece destaque, refere-se, portanto, ao fato de a informação tornar-se o objeto de estudo e produção de conhecimento científico. Diante disso, a informação, na proposta pós-custodial, define-se como

conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.37).

É importante destacar que na proposta pós-custodial, a informação possui, de maneira delimitada, algumas propriedades. A partir disso, é possível identificar seis propriedades para a informação. (RIBEIRO, 2011).

Dado o exposto, tem-se que a informação possui a propriedade de “estruturação pela acção (humana e social)”, isto é, trata-se do ato individual e/ou coletivo que funda e modela, de maneira estrutural, a informação. (RIBEIRO, 2011).

A segunda propriedade da informação, diz respeito à “integração dinâmica”, ou seja, concerne no ato informacional que implica ou, até mesmo, resulta nas

condições e circunstâncias internas, bem como das externas, na atividade do sujeito envolvido com a ação de produção da informação. (RIBEIRO, 2011).

Para a terceira propriedade da informação, proposta no paradigma pós-custodial, tem-se a 'pregnância'. Esta propriedade retrata a enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo da própria informação, isto é, da ação fundadora e modeladora da informação. (RIBEIRO, 2011).

Na proposta pós-custodial, a informação, possui como quarta propriedade, a 'quantificação' e, portanto, a informação é considerada como algo possível e passível de ser mensurado quantitativamente, podendo ser essa informação uma codificação linguística, numérica ou gráfica. (RIBEIRO, 2011)

As duas últimas propriedades da informação propostas pelo paradigma pós-custodial, se destacam, pois estas duas propriedades possuem relação direta com a tecnologia, especialmente, com o meio WEB.

Diante disso, a quinta propriedade da informação no paradigma pós-custodial, retrata a 'reprodutividade' da informação, isto é, Ribeiro (2011) pontua que a informação possui a propriedade de ser algo reprodutível, de maneira que essa reprodutividade é entendida como algo sem limites e que possibilita a retenção e memorização de informação.

A partir disso, verifica-se que a WEB é um meio, consideravelmente potente, para que esta quinta propriedade da informação se faça valer.

E, como sexta e última propriedade da informação, no paradigma pós-custodial, identifica-se a 'transmissibilidade'. Ribeiro (2011) considera ser esta propriedade, a responsável pela característica de reprodução informacional, pois entende ser a informação algo potencialmente transmissível e, também, comunicável.

A partir das definições, acima apresentadas, a respeito da Arquivística, do Arquivo e da Informação, bem como das suas propriedades, no contexto do paradigma pós-custodial, Ribeiro afirma serem essas

as bases mínimas e fundamentais para o discurso científico sobre o que consideramos ser o objecto de estudo e de trabalho tanto da Arquivística como também da Ciência da Informação, áreas teóricas-prática em consolidação, que dá sustentação a competências profissionais multifacetadas, em consonância com os contextos e as exigências do desempenho profissional. (RIBEIRO, 2011, p. 67).

Em continuidade e, por força de um comparativo da proposta pós-custodial frente ao paradigma custodial, destaca-se a alteração de objeto de estudo e, conseqüentemente, produção de conhecimento ocorrida. Tal alteração se consolida como fundamental e principal diferencial dessa proposta pós-custodial.

Na proposta pós-custodial, o terceiro fator a ser destacado é, sem dúvida, a supervalorização dada ao acesso à informação. É possível ser este, o fator mais vislumbrado frente aos outros dois expostos, pois a proposta pós-custodial faz dessa supervalorização ao acesso à informação, o seu “carro-chefe” quando comparada ao paradigma custodial.

Diante do exposto, verifica-se que as duas últimas propriedades da informação, descritas acima, isto é, a propriedade de ‘reprodutividade’ e ‘transmissibilidade’ harmonizam-se com este terceiro fator no paradigma pós-custodial.

É importante salientar, que mesmo sendo o acesso à informação o seu mais expressivo diferencial frente ao paradigma custodial, não devemos minimizar os outros fatores que compõe essa proposta, pois assim, estaríamos desconstruindo todo um estudo cujos estudiosos mais cômicos são Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva na Universidade do Porto e, também, o arquivista canadense Terry Cook. Além, claro, de correremos o risco de esfacelar e transformar tal proposta numa falácia.

Em vista dos argumentos apresentados a respeito da proposta pós-custodial, destacamos as palavras de Silva afirmando que a partir de 1945,

adensaram-se as condições políticas, sociais, econômicas, tecnológicas que possibilitaram a gênese de um paradigma emergente, diretamente associado à Era da Informação e ao impacto global das TIC, em curso. Um paradigma pós-custodial, informacional, e tecno-científico, que dá forma e impulsiona a dinâmica transdisciplinar da Ciência da Informação. (SILVA, 2009, p. 4).

Diante de tal perspectiva, é possível estabelecer, a respeito deste paradigma emergente abordado neste trabalho como proposta, traços essenciais como:

valorização da informação enquanto fenômeno humano e social; Constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele no trinômio: criação – seleção natural – acesso/uso e, o segundo, na antinomia efêmero-permanente; Prioridade máxima concedida ao acesso à informação por todos, mediante condições específicas e totalmente

definidas e transparentes, pois só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; Imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica, composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutros de criação, classificação, ordenação e recuperação. (SILVA, 2009, p. 4).

Diante do exposto, a respeito dos traços essenciais do paradigma pós-custodial na teoria Arquivística, tem-se as palavras de Ribeiro, que complementa Silva, afirmando que

o novo paradigma emergente, implica uma alteração profunda de perspectiva, muda o objecto de estudo e de trabalho do “documento” para a “informação”, convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral, e encara a Arquivística, não como um técnica com especificidades próprias, mas sim como uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação. (RIBEIRO, 2005b, p. 7-8).

A partir disso, é possível identificar na proposta do paradigma pós-custodial para a teoria Arquivística, o alcance e as modificações que são propostas neste paradigma emergente para área, pois o paradigma pós-custodial da teoria Arquivística, também chamado de científico-informacional, tem como ponto central a valorização da Arquivística enquanto ciência e institucionaliza a informação como seu objeto de estudo, além de assegurar ser a Arquivística uma disciplina aplicada da área da Ciência da Informação.

2.2.1 Arquivos Pessoais/documentos privados

Neste item apresentar-se-á conceituações relativas a arquivos pessoais compostos por documentos privados de uma personalidade pública, o Fernando Henrique Cardoso (FHC), e, seu caráter científico relevante não apenas para pesquisadores e historiadores, mas também a relevância desses documentos privados para o cidadão comum interessado no conhecimento que pode ser agregado além da contribuição que pode ser dada no desenvolvimento de sua cidadania, a partir do contato direto com essa documentação, isto é, a partir do acesso à informação custodiada.

Primeiramente, é importante salientar que neste trabalho, os arquivos pessoais são entendidos como fontes tanto para historiadores como e, também,

para pesquisadores, no que tange o entendimento, a sistematização, a compreensão e/ou a recomposição de um determinado momento do passado por meio das pesquisas que estes profissionais desenvolverem.

Dessa maneira, faz-se necessário ressaltar que a função de preservação da memória esteve presente nos arquivos desde o princípio.

Neste contexto de arquivos pessoais, em especial, o arquivo de uma figura pública como FHC cujos documentos caracterizam por serem privados, cabe destacar um questionamento neste momento. Porque preservar documentos, principalmente, documentos privados? Para responder essa questão, faz-se necessário, primeiramente, que se compreenda a diferença entre coleção e arquivos pessoais. Isto é, a coleção trata-se, na verdade,

de uma junção de documentos realizada de forma desconectada à produção dos mesmos; ou seja, o que dita à composição de um determinado conjunto é o interesse de quem coleta os elementos que dele farão parte, seja o colecionador um indivíduo ou uma instituição (museu, biblioteca, etc.). (CANTANHEDE; FONTANA, 2011, p. 5).

Enquanto que no arquivo, é sabido que os documentos são acumulados no decorrer de sua produção, sendo que tanto a procedência como e, também, a função e a relação orgânica estabelecidas no momento de produção destes registros, influenciará, de forma direta e concreta, na organização física e intelectual, daquilo que será no futuro, o arquivo permanente. Além, claro, que no caso de arquivos pessoais como do FHC, sua preservação se justifica, entre outros motivos, pela necessidade de se fazer durável e vindouro, todo o conhecimento e experiências adquiridas ao longo de sua carreira nas diferentes áreas atuadas, para a sociedade a qual o produtor pertence.

Dado o exposto, fica evidente que o fator que justifica a preservação de documentos pessoais/privados, especialmente, os documentos do iFHC, são pois, o fato de serem estes documentos uma rica fonte de informação para pesquisadores entre outros interessados, curiosos e desejosos de absorção de conhecimento.

Ainda neste contexto, Bellotto afirma que os “arquivos públicos e/ou arquivos privados constituem a espinha dorsal de todo o manancial de matéria-prima de pesquisa histórica”. (BELLOTTO, 2004, p. 265).

Levando-se em consideração o exposto, entende-se que ao utilizar esses arquivos pessoais, o pesquisador terá conhecimento de detalhes não oficiais daquilo

que está nas entre linhas dos documentos oficiais que poderá ser compreendido por meio da informação materializada em um suporte, isto é, o documento, independente de seu material físico, que compõe esses arquivos pessoais.

Em continuidade, cabe salientar que documento privado caracteriza-se por ser o

documento primário isolado, produzido ou recebido por entidade não-governamental ou pessoa física, documento que, tendo perdido seus liames orgânicos com o meio onde foi gerado, acabou por tornar-se elemento de coleção (pública ou privada) ou mesmo objeto de guarda/posse única de um particular (pessoa física ou jurídica) ou de uma entidade pública. (BELLOTTO, 2004, p. 250).

Dessa maneira, é possível considerar que parte dos documentos custodiados pelo iFHC caracterizam-se como documentos privados destacando algumas características em comum com as enunciadas por Bellotto, por exemplo,

origem por razões funcionais, jurídicas, administrativas, profissionais ou pessoais – razões que o identificam como documento de arquivo, dentro das atividades de instituições não-governamentais ou de pessoas físicas. (BELLOTTO, 2004, p. 250).

Diante disso, documentos como do então fundador do iFHC, Fernando Henrique Cardoso, no exercício de atividade como sociólogo/pesquisador e professor universitário, ou, até mesmo, no exercício de atividades pessoais; ou ainda os documentos derivados da antropóloga Ruth Cardoso – que também são custodiados no iFHC – se enquadram nessa característica definida por Bellotto do que são documentos privados.

Cabe ressaltar que a Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados contempla de maneira concreta e objetiva a questão dos arquivos privados em relação ao poder público. A partir disso, é válido apresentar aqui os artigos 12 ao 15 da referida lei e adiantar o destaque para o artigo 12.

Art. 12. Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional;

Art. 13. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Parágrafo único – Na alienação desses arquivos o poder público exercerá preferência na aquisição.

Art. 14. O acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor.

Art. 15. Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas. (BRASIL, 1991).

Como exposto acima, é importante salientar que “no âmbito dos arquivos públicos, é preciso não confundir coleções com fundos de arquivo”, (BELLOTTO, 2004, p. 253), o mesmo ocorre no âmbito dos privados além do que esse cuidado deve ser redobrado.

Na verdade, na teoria Arquivística clássica uma exclusão dos arquivos pessoais no que diz respeito ao modo de tratamento desses arquivos onde

os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, antinaturais, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos oficiais e públicos. (COOK, 1998, p. 132).

Para Bellotto é necessário que se faça uma distinção entre “os arquivos gerados por instituições não-governamentais e os arquivos gerados por famílias e/ou indivíduos”. (BELLOTTO, 2004, p. 254). Pois, a “conceituação dos arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados”. (BELLOTTO, 2004, p. 256).

Diante disso, é possível destacar que se tratando de “papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos [...]”, pois para Bellotto “são papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc”. (BELLOTTO, 2004, p. 256).

Para Cook, os arquivos pessoais são, na verdade, “produtos de um desejo de perpetuar intencionalmente certa imagem”, e, dessa maneira, “uma monumentalização do próprio indivíduo”. (COOK, 1998, p. 131).

Neste contexto, é válido destacar que para Cook (1998) os arquivos públicos e os arquivos pessoais/privados possuem natureza comum e que tanto nos arquivos públicos quanto nos arquivos pessoais/privados usam-se procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes no que tange o modo de dar acesso, de descrição, de armazenamento físico e conservação dos arquivos públicos ou arquivos pessoais/privados e, também, a disponibilização de ambos para fins de pesquisa.

Ainda neste contexto, verifica-se que uma documentação como a que é custodiada pelo iFHC é, sem dúvida alguma, uma documentação privada de caráter e interesse público e social por conta do seu conteúdo e do papel representativo perante a sociedade a qual a entidade geradora da documentação custodiada está inserida. Tal papel é de grande relevância por se tratar de um ex-presidente da República do Brasil além de ser um político de grande influência no cenário político e econômico do país e internacionalmente, não deixando de lado e nem desmerecendo a sua sólida contribuição como sociólogo e pesquisador. Além, claro, da documentação de Ruth Cardoso que também possui caráter público pelos mesmos motivos da documentação de FHC, e, também, pelo seu papel representativo perante a sociedade.

É importante ressaltar que por todos os motivos acima citados a possibilidade do cidadão comum de ter o contato direto com essa documentação implica no movimento de agregar conhecimento sobre fatos, acontecimentos, determinado momento histórico, além de um enriquecimento no conhecimento de temáticas como: política, economia e, também, do fazer administrativo público convergindo todo esse conhecimento que, pode ser agregado com esse contato, para uma melhoria no desenvolvimento da cidadania, do social e do cultural deste(s) cidadão(s) comum(s).

Por fim, cabe salientar que essa documentação privada é detentora de conteúdo cultural e social passível de ser utilizada cientificamente tanto por pesquisadores e historiadores quanto por aquele indivíduo comum que busca para si conhecimento e compreensão de áreas científicas como a política, economia, história e sociologia além de desenvolver seu lado social e cultural.

2.2.2 Arquivos Permanentes

Na composição deste item do capítulo, apresentar-se-á questões e conceituações referentes aos arquivos permanentes.

Na visão de Bellotto (2004), o arquivo permanente visa o público que compõem a esfera da pesquisa científica ou apenas aqueles que possuem interesse puramente cultural, como os historiadores, jornalistas, sociólogos, cientistas políticos etc, para disseminação da informação nele preservada. Podendo também, o seu usuário ser o cidadão que compõem a sociedade na qual esta instituição

arquivística, considerada de ordem permanente está situada, com o desejo de absorção de conhecimento de cunho cultural e histórico para seu desenvolvimento social.

Bellotto explica a importância da existência de arquivos permanentes, os chamados arquivos de terceira idade, com a seguinte afirmação “a existência de arquivos de terceira idade justifica-se por seus sentidos patrimonial e testemunhal”, (2004, p. 263), em seguida, tem-se a sua explicação distinguindo os dois lados a serem observados com relação à importância da existência dos arquivos permanentes,

por um lado, é preciso preservar como patrimônio esses conjuntos orgânicos de informações e respectivos suportes, por motivos de transmissão cultural e visando a constituição/reconstituição incessante das formas de identidade de um grupo social como tal; por outro, é imprescindível assegurar aos historiadores os testemunhos de cada geração, o modo de pensar e de atuar de seus elementos quando em sua contemporaneidade. (BELLOTTO, 2004, p. 263).

Diante disso, ressalta-se a característica inferida por Bellotto acima, de que o arquivo permanente é, sim, um lugar de transmissão cultural, passível de atuar como uma fonte de alimentação no desenvolvimento sociocultural da sociedade a qual ele está inserido e, não apenas, para o chamado ‘público comum’ de arquivo, isto é, pesquisadores, mas, sim, daquele cidadão comum que busca, de alguma forma, nessa entidade subsídios concretos informativos que possam ajudar de maneira, direta e/ou indireta, no desenvolvimento de seu lado social e de sua cultura.

É sabido que, na verdade, os arquivos permanentes são vistos como uma fonte de alimentação, em especial, para pesquisa de natureza histórica. Neste contexto, uma possível justificativa, concentra-se no fato de que para compreender o presente é necessário um entendimento daquilo que ocorreu no passado e, dessa maneira, os documentos ali preservados configuram-se como possíveis dispositivos de testemunho para o andamento de cada geração.

Em continuidade, faz-se necessário retomar o conceito de arquivo pessoal, isto é,

o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administrativos, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. (BELLOTTO, 2004, p. 266).

Tal definição se faz necessária neste momento, de forma clara e concreta, pois não será todo e qualquer ser humano que terá seus arquivos pessoais recolhidos por arquivos ou centros de documentação. E, sim, somente aqueles que possuírem materiais cujo caráter científico, artístico, social e cultural estiver presentes em sua documentação. Além de que a entidade detentora de tais documentos necessita de possuir um papel representativo diante da sociedade a qual está inserido.

Por fim, é válido afirmar que no caso do iFHC, existe uma documentação privada de interesse público e social por ser o Fernando Henrique Cardoso uma personalidade pública onde seu arquivo pessoal se enquadra exatamente na definição e prerrogativas inferidas por Bellotto para o que é chamado de arquivos pessoais. Pois, o iFHC é um organização privada custodiadora da documentação do seu próprio fundador, Fernando Henrique Cardoso, uma personalidade pública, cuja documentação abrange, não somente, documentos do período em que o seu fundador foi presidente da República do Brasil e, ministro, mas também, documentos pessoais, assim como documentos de seus estudos enquanto sociólogo, além, dos documentos, da então antropóloga, Ruth Cardoso, uma personalidade pública que também faz jus por ter seu arquivo pessoal, ou seja, sua produção intelectual custodiado pelo iFHC por assim como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso se enquadrar nas prerrogativas inferidas por Bellotto.

2.2.3 Conceitos e Princípios Arquivísticos da era Custodial

Em continuidade a discussão aqui apresentada, neste item, apresentar-se-á questões relativas aos principais conceitos bem como os princípios fundamentais próprios do paradigma intitulado como custodial na Arquivística.

Primeiramente, faz-se necessário a discussão sobre as fases do arquivo e, claro, o ciclo de vida dos documentos de arquivo.

O ciclo de vida documental na concepção de Rosseau; Couture é caracterizada da seguinte maneira, “na idade activa, o documento serve regularmente para a administração; na idade semiactiva, é utilizado ocasionalmente, e na idade inactiva, é destruído ou conservado de modo permanente”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 53).

A proposta pós-custodial para a teoria Arquivística visa sim o acesso e, também, o armazenamento da informação sob o domínio das tecnologias, mas também, a necessidade de que seja planejado todo o tramite documental, isto é, desde o momento da criação do documento, passando por todas as etapas, ou como nomeia Rousseau e Couture, ‘ciclo de vida documento’, até o momento de apenas guarda, de modo que esse mesmo documento continue sendo acessível e não obsoleto, ou seja, torne-se uma ‘peça de museu’, como pontua Ribeiro (2005a).

Dessa maneira, fica evidente que a chamada “idade activa” do documento faz referência à fase corrente do arquivo; já a chamada “idade semiactiva” do documento refere-se à fase intermediária do arquivo; e, portanto, a chamada a “idade inactiva” do documento refere-se à fase permanente do arquivo ou, até mesmo, o descarte do documento em questão.

A fase corrente do arquivo abriga os documentos durante o seu uso funcional, administrativo, jurídico naquilo que tange sua tramitação legal, isto é, a sua utilização ligada às razões pelas quais os documentos foram criados. Levando-se em consideração o exposto, cabe salientar que se faz necessário que essa fase do arquivo se institucionalize junto do seu produtor/administrador e, que os “documentos em sua fase inicial, apresentam valor primário”. (BELLOTTO, 2004, p. 25).

Em continuidade, Bellotto afirma que “a fase do arquivo intermediário é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizadas pelo produtor”. (BELLOTTO, 2004, p. 24).

Rousseau; Couture afirmam que “quando acaba o período de semiactividade dos documentos inseridos no arquivo intermediário, esses passam para o período de inactividade”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 115-116).

O período de ‘inactividade’ do documento é caracterizado pela sua ou eliminação ou conservação nos arquivos permanentes, onde está configura-se como a terceira fase do arquivo. Pois, de acordo com Rousseau; Couture, “é o período a partir do qual os documentos inactivos deixam de ter valor previsível para a organização que os produziu”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 116).

Ainda neste contexto, cabe salientar que essa conservação dos documentos em fase inativa, por parte dos arquivos permanentes, é denominada por Bellotto

“como uma operação de recolhimento⁵ que conduz os papéis a um local de preservação definitiva [...]”. (BELLOTTO, 2004, p. 24). Pois para Bellotto, “passado totalmente o uso primário do documento, iniciam-se os usos científicos, social e cultural dos documentos”. (BELLOTTO, 2004, p. 24).

Em continuidade, faz-se necessário adentrar na questão do duplo valor dos documentos de arquivo. Pois, conforme o exposto e discutido acima, fica evidente há uma harmonia nas definições de Bellotto (2004) e Rosseau; Couture (1998) com relação ao duplo valor dos documentos de arquivos. Dessa forma, verifica-se que de um lado, o valor primário do documento está associado a sua fase inicial que abrange os períodos de ‘atividade’ e ‘semi-atividade’, e, por outro lado, o valor secundário do documento associa-se a sua fase de ‘inatividade’.

Para Rosseau; Couture,

o documento activo ou semiactivo configura-se como um objecto que se conserva pelo seu valor primário, o que é associado à necessidade administrativa, e, por outro lado, o documento que faz parte dos arquivos definitivos como algo que se conserva pelo seu valor secundário muitas vezes associado a uma necessidade estritamente histórica. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 123).

Porém, cabe ressaltar que para Rosseau; Couture, não se deve associar o valor secundário à necessidade exclusivamente histórica, pois

uma vez que se prova que os documentos conservados por essa razão são utilizados para toda a espécie de fins e que a necessidade puramente histórica é apenas uma entre outras. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 123).

Em continuidade, a referida discussão, faz-se necessário a definição da termo ‘acervo’.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, acervo refere-se aos “os documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p.12).

Neste contexto, o acervo quando armazenado por uma instituição arquivística, segundo Bellotto (2004), tem a necessidade indispensável que sua ordenação seja realizada por fundos. Pois mesmo se tratando de arquivos de administração pública ou mesmo instituições culturais que abrigam acervos particulares, como no caso do

⁵Recolhimento é “1 a entrada de documentos públicos em arquivos permanentes (2), com competência formalmente estabelecida; 2 operação pela qual um conjunto de documentos passa de arquivo intermediário (2) para o arquivo permanente (2)”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 133).

iFHC, Bellotto afirma que “seus arquivos não podem dispensar a fixação de fundos”. (BELLOTTO, 2004, p.127).

Essa fixação de fundos no acervo da instituição arquivística se faz compreensível, pois como é indicado por Bellotto (2004), o documento de arquivo sozinho, não tem sentido, e isto só se faz possível quando o documento estabelece relação com outros documentos de arquivo totalizando assim em um conjunto. Cabe salientar que essa relação com outros documentos de arquivo configura-se exatamente naquilo que Silva et al (2002) chamou de ‘natureza orgânica (estrutura)’ e ‘natureza funcional (serviço/uso)’.

Seguindo com a discussão, tanto Bellotto (2004) como Silva et al (2002), atribuem a autoria da teoria dos fundos a Natalis de Wailly (1805-1886) que, após o processo de Revolução Francesa (1789), enunciou algumas instruções que ficaram conhecidas no seu conjunto como o ‘princípio do respeito pelos fundos’.

Neste contexto, Rosseau; Couture afirmam que “o fundo de arquivo tem sua origem teórica a partir da aplicação do princípio da proveniência [...]”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 92).

De acordo com Silva et al (2002), “o princípio foi rapidamente adotado por variados países da Europa, consagrando-se o conceito através do termo *fundo*”. (SILVA; et al, p. 107).

Para Silva et al (2002) “o ‘princípio de respeito pelos fundos’ tem sido considerado como o fundamento essencial da Arquivística”. (SILVA; et al, 2002, p. 107).

Nas palavras de Bellotto, fundo de arquivo refere-se ao

conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2004, p.128).

Bellotto considera que “o ponto norteador da constituição do fundo é o órgão produtor, a origem do documento, o que ele representa no momento de sua criação”. (BELLOTTO, 2004, p. 130).

Para Rosseau; Couture,

cada documento, qualquer que seja o suporte ou a sua natureza e independentemente de qualquer outra consideração, pelo simples

facto de existir, comprova uma ou mais informações nele encerradas e que, obviamente, nos dá a conhecer. É o valor de informação do documento. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90).

Além disso, continuam Rosseau; Couture:

o agrupamento de todos os arquivos de uma pessoa física ou moral num conjunto permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou organismo. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90).

Nessa afirmação, cabe ressaltar a importância do agrupamento de arquivos de uma mesma pessoa física ou jurídica – chamada por Rosseau; Couture como pessoa moral – em fundos. Ressalta-se ainda que para Bellotto “a grande figura da teoria arquivística no âmbito dos arquivos permanentes é o fundo”. (BELLOTTO, 2004, p. 162).

Os dois fundos de arquivo que compõem o acervo custodiado pelo iFHC são os que provém do seu então fundador Fernando Henrique Cardoso e o da sua esposa já falecida Ruth Cardoso. Observou-se que o fundo de arquivo custodiado pelo iFHC do seu então fundador é caracterizado como um fundo aberto e o fundo de arquivo da então antropóloga falecida Ruth Cardoso é considerado como fundo fechado.

Antes de adentrar na discussão de fundo aberto e fundo fechado no arquivo, vale destacar a definição da termo custódia. De acordo com a resolução do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, custódia é “a responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p.54).

Em continuidade, tem-se que na concepção de Bellotto, um fundo de arquivo aberto caracteriza-se por sua “acumulação ser contínua, uma vez que os documentos de valor permanente passam a integrá-lo pouco a pouco, à medida que vencem os estágios anteriores de vigência e validade administrativa e jurídica”. (BELLOTTO, 2004, p. 165).

Em paralelo a essa concepção, Rosseau; Couture simplificam afirmando que fundo aberto de arquivo é “um conjunto de arquivos ao qual vão continuar a juntar-se documentos”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 92).

Para Bellotto, um fundo fechado de arquivo caracteriza-se pelo fato de que “a entidade produtora/acumuladora já encerrou suas atividades ou as teve tão

substancialmente modificadas que justificam um encerramento do fundo e a abertura de outro”. (BELLOTTO, 2004, p. 165).

Corroborando com a concepção de Bellotto, Rosseau; Couture afirmam que o fundo fechado de arquivo é, na verdade, “um conjunto de arquivos ao qual não se irão juntar mais documentos, como é o caso, por razões evidentes, do arquivo de uma pessoa falecida”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 92).

Dessa forma, fica evidente que o fundo da antropóloga falecida, Ruth Cardoso, custodiado pelo iFHC é considerado como fundo fechado de arquivo.

Na visão de Rosseau; Couture (1998), o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio da proveniência seja aplicado. Tanto o fundo de arquivo como o princípio da proveniência é aplicável na organização do acervo do arquivo em qualquer uma de suas fases, tanto na corrente como e, também, na intermediária e, claro, na permanente.

Rosseau; Couture (1998) destacam que na Arquivística há três princípios fundamentais, tratando-se do princípio da territorialidade, do princípio do respeito pelos fundos ou, como é mais conhecido, princípio da proveniência e as três fases do arquivo que já foram discutidos em parágrafos anteriores.

Para Bellotto, o princípio fundamental da Arquivística, no que diz respeito à fase permanente do arquivo, é o chamado princípio da proveniência que

consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada, ou seja, não mesclar documentos de fundos diferentes, (BELLOTTO, 2004, p.130),

harmoniza-se e reforça a definição dada por Rosseau; Couture para esse mesmo princípio que

define-se como o princípio fundamental segundo o qual os arquivos de uma mesma proveniência não devem ser misturados com os de outra proveniência e devem ser considerados segundo a sua ordem primitiva, caso exista. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p.82).

Cabe salientar que, para Rosseau; Couture (1998), a ordem primitiva faz referência ao princípio de respeito à ordem original do fundo. E, portanto, “o princípio da proveniência é a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p.79).

É importante salientar que o fator determinante para que um conjunto documental assuma sua condição de arquivo é, sem dúvida, o princípio da proveniência, pois de acordo com Duchein, este princípio

consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. (DUCHEIN, 1986, p.14).

Para Schellenberg (2004), a partir do princípio da proveniência, os arquivos devem ser arranjados de tal maneira que a organização e funções que os produziram, neles se reflitam tanto em unidade administrativa por unidade, como subunidade por subunidade e, também, série por série de documentos.

Dessa maneira, fica evidente, mais uma vez, a necessidade de respeitar aquilo que Silva et al (2002) chamou de 'natureza orgânica' e 'natureza funcional' no arquivo.

Para Schellenberg, é importante seguir esse princípio no ato do arranjo, pois, "o arranjo afeta não só a acessibilidade aos arquivos, mas também os valores comprobatórios dos mesmos". (SCHELLENBERG, 2004, p. 161). A sua justificativa para tal afirmação é de que "os arquivos devem ser arranjados de maneira a proteger sua integridade, como evidência histórica e como evidência da organização e função". (SCHELLENBERG, 2004, p. 161).

Neste contexto, cabe salientar que de acordo com Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o termo 'arranjo' está definido como uma

sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo(1) ou coleção, utilizando-se diferentes métodos, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 29).

Ainda a respeito do 'arranjo' na arquivística, Bellotto considera a operação arranjo como

à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos correntes e intermediários), obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos, interna e externamente. (BELLOTTO, 2004, p. 136).

Retomando a discussão do princípio da proveniência, Rosseau; Couture, ressaltam que "a aplicação do princípio da proveniência é o único meio de garantir, por um lado, a integridade administrativa dos arquivos de uma unidade e, por outro,

o pleno valor de testemunho dos documentos de um fundo de arquivo”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p. 84-85). Pois, “o princípio da proveniência favorece também a recuperação da informação e maximiza o processo de gestão dos arquivos”. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p.85).

A partir disso, verifica-se que esta ação de conservar juntamente aquilo que foi, em sua origem, produzido e mantido em conjunto, resulta, dessa maneira, no que se compreende por fundo. Para Delmas, o fundo de arquivo trata-se de “um conjunto solidário e orgânico” que se constitui a partir de “documentos reunidos por uma pessoa ou instituição em razão de suas necessidades”. (DELMAS, 2010, p. 56).

Seguindo com a discussão dos princípios fundamentais da Arquivística, Rosseau; Couture consideram o princípio da territorialidade como

o princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último [...] para que os arquivos permaneçam vivos e sejam utilizados e melhor entendidos, devem ser conservados nos meios que influenciaram a sua produção. (ROSSEAU; COUTURE, 1998, p.52).

Outro princípio que também faz parte do conjunto de princípios fundamentais da Arquivística é a organicidade que nas palavras de Guaye, “a organicidade é, portanto, a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente, sendo precisamente a base da noção de fundo de arquivo”. (GUAYE, 1984 apud. BELLOTTO, 2004, p. 152).

Complementando a discussão com relação ao princípio de organicidade no arquivo, tem-se a definição dada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística onde

a organicidade, hoje, passa a ser compreendida como a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. (ARQUIVO NACIONAL, 2004 apud BELLOTTO, 2004, p.164-165).

Levando-se em consideração o exposto, faz-se compreensível como às relações administrativas orgânicas se refletem no documento de arquivo em questão.

Ainda percorrendo sobre o conjunto dos princípios fundamentais da Arquivística, tem-se de maneira sucinta, o princípio da unicidade que determina que cada documento caracteriza-se por ser único, pois é produzido por uma determinada instituição no cumprimento de suas funções – ‘natureza funcional (serviço/uso)’ –,

sobre um determinado assunto em um dado momento. Mesmo que as condições de criação de um documento repitam-se não será nunca totalmente igual.

A respeito do princípio de indivisibilidade, outro princípio integrante do conjunto de princípios fundamentais da Arquivística, infere que um arquivo só pode ser considerado como tal se permanece integrado logicamente, ou seja, a partir do princípio da indivisibilidade, o arquivo não pode ser desmembrado sem a utilização de critérios técnicos.

É importante salientar que o princípio da indivisibilidade assemelha-se com o princípio da integridade arquivística, que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é decorrente do princípio da proveniência e “consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 98). Ou seja, determina que um fundo deva ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou, até mesmo, acréscimo indevido ao mesmo.

Ainda de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, destaca-se o princípio da reversibilidade, também integrante do conjunto de princípios fundamentais da Arquivística, onde este princípio determina que “todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos (1) deveria poder, se necessário, ser desfeito”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p.127).

Dado o exposto, faz-se necessário adentrar na questão da descrição documental no arquivo permanente. Para Bellotto (2004), a descrição documental é, na verdade, o veículo pelo qual o usuário de arquivo permanente chega ao documento pesquisado.

Cabe salientar que, somente, a partir dessa descrição documental que são elaborados os chamados instrumentos de pesquisa que podem ser tanto em formato impresso e/ou digital, permitindo assim, o acesso ao material a ser pesquisado, ou seja, o acesso à informação como vislumbra o paradigma pós-custodial.

Bellotto (2004) destaca que é através do instrumento de pesquisa que o usuário terá acesso ao conteúdo informacional dos depósitos de arquivo. Baudot (1970) adendo Bellotto (2004) de encontro com destaque anterior afirma que

a massa de informações contidas em um arquivo só tem utilidade quando instrumentos de pesquisa que permitam o acesso a ela são difundidos entre os usuários. (BAUDOT, 1970 apud BELLOTTO, 2004, p.179-180).

Para Bellotto (2004) o grande objetivo dos arquivos permanentes é a exploração de seus fundos com exceção daqueles que apenas são de custódia patrimonial. Ressalta-se que a partir da operação de arranjo, há duas tarefas operacionais básicas que são, obrigatoriamente, a descrição e a disseminação da informação no arquivo permanente, por consequência, o acesso à informação.

Para tanto, Bellotto afirma que,

as operações básicas da descrição eram a identificação do arquivo, do fundo ou da parte dele a ser trabalhada; a caracterização diplomática, jurídica e administrativa dos tipos documentais; os limites cronológicos e quantitativos das séries; ou resultado da análise documentária e da indexação e, finalmente, a localização do documento no acervo por meio de códigos topográficos. (BELLOTTO, 2004, p. 181).

Levando-se em consideração o exposto, faz-se necessário complementar a presente discussão acrescentando características dos quatros tipos de instrumentos de pesquisa mais recorrentes num arquivo permanente, isto é, instrumentos que permitem o acesso à informação materializada em um suporte, ou seja, os guias, os inventários, os catálogos e os índices.

Neste contexto, para Bellotto (2004) o guia caracteriza-se como o instrumento de pesquisa “mais abrangente e o mais ‘popular’”, pois este instrumento de pesquisa

está vazado numa linguagem que pode atingir também o grande público e não especificamente os consulentes típicos de um arquivo: historiadores e administradores. (BELLOTTO, 2004, p. 190).

Atualmente, é uma discussão recorrente tanto na área de Arquivística como também na Ciência da Informação, os termos ‘consulente(s)’ e ‘usuário’, contudo, esse não é o objetivo deste trabalho, mas por uma questão de esclarecimento e harmonização, acredita-se que ao abordar em sua afirmação o termo consulente, Bellotto está remetendo o termo ao sujeito, indivíduo utilizador, recorrente e presente de um arquivo de característica permanente que são os historiadores e pesquisadores de um modo geral.

Em continuidade, Bellotto considera o guia, um instrumento de pesquisa que “serve também para divulgar e promover o arquivo junto aos meios escolares, administrativos e culturais em geral – os da comunicação – enfim e também os historiadores”. (BELLOTTO, 2004, p.191). Cabe salientar que no arquivo permanente, o guia, deve ser, necessariamente, o primeiro instrumento de pesquisa a ser elaborado.

Neste contexto, Bellotto, considera o inventário ser “o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentos tais ou partes do fundo”. (BELLOTTO, 2004, p. 197). E, no que diz respeito ao catálogo, Bellotto afirma que este é o “instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação”. (BELLOTTO, 2004, p.202).

Para finalizar com as considerações, a respeito dos instrumentos de pesquisa, cabe ressaltar que para Schellenberg (2002), é possível compreender por índice, as listas em ordem alfabéticas de nomes ou assuntos com referências a documentos onde podem ser encontrados.

É importante ressaltar que, no que concerne a descrição documental no arquivo permanente, Bellotto considera como objetivo da descrição, “identificar, definir, informar e localizar no acervo”. (BELLOTTO, 2004, p. 222).

A partir do exposto, o próximo item tem por objetivo adentrar nas questões que corroborarão para o entendimento da era pós-custodial na Arquivística, no que concerne na apresentação do método quadripolar e o conjunto de princípios arquivísticos formulados, especificamente, para o contexto do paradigma pós-custodial na Arquivística.

2.2.4 O Método Quadripolar e os princípios da era Pós-Custodial

O paradigma pós-custodial na Arquivística se destaca pela super valorização que deposita na informação e, também, por consagrá-la como objeto de estudo da Arquivística, bem como da Ciência da Informação. No entanto, faz-se necessário destacar que o paradigma pós-custodial vai além de propor a mudança de foco da custódia para o acesso à informação. Este paradigma reformula alguns conceitos fundamentais da Arquivística custodial como, por exemplo, o fundo e, ainda, propõe o método quadripolar e quatro novos princípios fundamentais para a Arquivística.

A partir disso, este item tem por objetivo apresentar alguns conceitos reformulados, o método quadripolar e os quatro princípios considerados fundamentais para o contexto do paradigma pós-custodial da Arquivística.

No paradigma pós-custodial o conceito de ‘sistema de informação’ nasce da reformulação do conceito de fundo, termo este que foi determinante para a

consolidação do ‘princípio arquivístico de respeito aos fundos’. Então, tem-se que sistema de informação no paradigma pós-custodial refere-se a um sistema

no qual se interligam o factor estrutura orgânica, o factor serviço/uso e a memória, reflectindo toda a dinâmica e a complexidade da teia de relações, transversais e intersectoriais, verticais e interorganizacionais que caracterizam qualquer sistema produtor. (PINTO, 2001, p. 2).

E, a partir disso, retomando o conceito de arquivo pós-custodial, este paradigma propõe que o arquivo, na verdade, trata-se de

um sistema (semi-)fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores. (SILVA et al., 1999 apud RIBEIRO, 2011, p. 69).

Por conta do exposto, é passível de se compreender o motivo pelo qual o paradigma pós-custodial estabelece que a Arquivística apresenta-se como uma ciência da informação social que estuda os arquivos (sistemas de informação) orgânico-funcional de informação social que possui estruturação interna e com dinâmica própria, tanto no que diz respeito a sua interação com os outros sistemas correlativos (políticos, económicos, jurídico-administrativo, cultural, etc) e, que também, coexistem no contexto envolvente da informação. (PINTO, 2001).

A informação no paradigma pós-custodial estabelece-se como objeto de estudo para Arquivística e destaca-se por possuir dois factores essenciais para serem analisados. Por um lado tem-se o factor referente à sua estrutura orgânica, isto é, a organicidade e, também, o contexto. Por outro lado, tem-se o factor relativo à função, isto é, o serviço e o uso dessa informação, atribuídos de maneira funcional, ou seja, é o factor de funcionalidade na informação.

Diante disso, cabe ressaltar que o paradigma pós-custodial exalta o arquivo como um sistema de informação cujo objeto de estudo é a própria informação e que deva ser analisada a partir de sua estrutura orgânica e funcional, isto é, a partir da organicidade e da funcionalidade.

É possível destacar que uma das críticas elaboradas pelo paradigma pós-custodial, concerne na estruturação dos processos informacionais, na tramitação e na recuperação da informação, pois entende que os problemas detectados em uma dessas fases “advêm do facto de não ter existido, na generalidade dos casos, uma

verdadeira política de gestão de documentos/informação com o natural envolvimento da fase inicial de produção e de circulação administrativa”. (PINTO, 2001, p. 3).

O paradigma pós-custodial estabelece também críticas à postura do arquivista frente às novas demandas sociais. A partir disso, identifica que uma das tarefas mais complicadas e desafiadoras para o arquivista concerne em conhecer a estrutura orgânica e funcional da informação, sua produção e seu tramite.

[...] consideramos o mais difícil, mas também, o mais importante dos desafios que se colocam ao arquivista contemporâneo a análise da estrutura organizacional, passando pela identificação e representação dos fluxos informacionais, formas de produção/aquisição, armazenamento e recuperação da informação (incluindo a transferência para suportes digitais do acervo existente), coube-lhes conciliar e garantir um trinômio importantíssimo: a tecnologia, os processos e as pessoas. (PINTO, 2001, p. 4).

Dado o exposto, cabe salientar que, neste trabalho, há concordância com o paradigma pós-custodial quando este estabelece que, faz-se necessário ao arquivista no desenvolvimento de suas tarefas “afirmar a unidade do arquivo, não estabelecendo divisões artificiais em função do suporte no qual está registrada a informação ou da idade do documento [...]”. (PINTO, 2001, p. 5).

Em continuidade, destaca-se que o paradigma pós-custodial apoia-se no método de investigação quadripolar, pois para Ribeiro

o método de investigação quadripolar, concebido por Paul de Bruyne e outros autores (DE BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1974), é o dispositivo mais adequado às exigências do conhecimento da fenomenalidade informacional, uma vez que não se restringe a uma visão meramente instrumental. Trata-se de uma proposta na qual é recuperada a ideia essencial de ‘Método’ como conjunto completo de etapas indispensáveis para que o processo de identificação do problema, formulação de hipóteses, adopção de teorias e/ou modelos, comprovação destes através de operações ou procedimentos técnicos como a observação, o inquérito e respectivo tratamento quantitativo (estatístico), as entrevistas semi-estruturadas, a análise de conteúdo, etc., e a formalização final dos resultados. (RIBEIRO, 2011, p. 67).

Diante disso, faz-se necessário destacar que este método concentra sua dinâmica investigativa na interação entre quatro polos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico.

Para Ribeiro (2011), a apropriação deste método pelo paradigma pós-custodial justifica-se, pois, este método, a partir da sua dinâmica investigativa, possibilita uma projeção permanente dos paradigmas interpretativos, bem como das

teorias, dos modelos na operacionalização da pesquisa e, também, na apresentação dos resultados.

A partir disso, Ribeiro caracteriza o polo epistemológico, deste método quadripolar, como “instância superior imbricada no aparato teórico e institucional (a comunidade científica dos especialistas em Informação, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais)”. (RIBEIRO, 2011, p. 67).

O polo epistemológico é responsável pela

permanente construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação, ou seja, dá-se a reformulação constante dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade) que norteiam todo o processo de investigação. (RIBEIRO, 2011, p. 67).

Em continuidade, no polo teórico do método quadripolar,

manifesta-se a racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do "contexto teórico" elaborado (plano da prova). (RIBEIRO, 2011, p. 67).

De maneira que este polo caracteriza-se por respaldar a componente técnica e instrumental do método e, portanto, dá sentido à explanação de resultados que consubstancia o quarto polo do método quadripolar, o polo morfológico. Pois, “havendo, naturalmente, diferentes teorias e modelos que sustentam o modo de ver e de pensar o fenómeno/processo informacional”. (RIBEIRO, 2011, p. 68).

Neste contexto, Ribeiro afirma que

O polo epistemológico (referencial paradigmático) e o polo teórico condicionam decisivamente a componente aplicacional da CI, que se inscreve, em pleno, nos pólos técnico e morfológico, é óbvio que a mudança de paradigma em curso e as teorias adoptadas (Teoria Sistémica, no nosso caso) implicam uma revisão do quadro tecnicista que tem sido o fundamento essencial das disciplinas aplicadas que integramos na CI. (RIBEIRO, 2011, p. 69).

Para Ribeiro, no polo técnico do método quadripolar, “o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada”. (RIBEIRO, 2011, p. 67).

Neste polo, tem-se, necessariamente, a revisão do alinhamento de técnicas canalizadas para a representação formal da documentação e para o

armazenamento, transferência, recuperação e difusão, no que concerne a Arquivística descritiva. Pois, este polo, do método quadripolar, permite a verificação ou refutação do 'contexto teórico' do dispositivo metodológico que, de acordo com Ribeiro, "nada tem a ver com uma mera "listagem" arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente)". (RIBEIRO, 2011, p. 67-68).

Em continuidade, Ribeiro afirma que

no polo morfológico assume-se por inteiro a análise/avaliação e parte-se não apenas para a configuração do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção, relativamente à função de comunicação. (RIBEIRO, 2011, p. 68).

Então, é no polo morfológico que se tem, na verdade, a organização e a apresentação dos dados. Dados estes, que foram, devidamente, crivados no polo teórico e aferidos no polo epistemológico. Para Ribeiro, esse é o motivo que configura "o pendor interactivo da investigação quadripolar". (RIBEIRO, 2011, p. 68).

FIGURA 1 – Esquematização do método quadripolar e a interação entre os polos



FONTE: RIBEIRO, 2011, p. 69 – adaptado

Neste contexto, faz-se necessário salientar que o paradigma pós-custodial parte de uma perspectiva da Teoria Sistêmica e, portanto,

o método quadripolar implica uma visão holística e uma dinâmica investigativa em permanente avaliação e aperfeiçoamento, única perspectiva que dá sentido à construção de um conhecimento científico. (RIBEIRO, 2011, p. 69).

Em conclusão, no que diz respeito ao método quadripolar, cabe salientar que o polo teórico, uma vez ajustado à investigação arquivística,

emerge, a racionalidade indutiva e há um vasto “material” acumulado empiricamente que, à luz do paradigma de cientificidade aqui perfilhado, pode ser convertido em “contexto teórico” disponível para projectos de investigação. (RIBEIRO, 2011, p. 71).

No contexto do paradigma pós-custodial, tem-se um conjunto de princípios, formulados especificamente para o contexto arquivístico.

Para Ribeiro, estes princípios derivam do ‘patrimônio’ adquirido, no qual se inscreve a representação de tipologia do objeto e, portanto, insere-se no paradigma da Arquivística científica, da mesma forma que os princípios de ‘respeito pelos fundos’ e de ‘respeito pela ordem original’ se inseriam no paradigma dos conceitos técnicos, isto é, o paradigma custodial, historicista e tecnicista. (RIBEIRO, 2011).

Neste contexto, Ribeiro determina que

este ‘patrimônio’ tem de ser incluído necessariamente na formulação dos conceitos e operações, das hipóteses e das teorias explicativas dos casos, abordados por indução, e revistos obrigatoriamente na fase probatória [...] no que respeita ao contexto orgânico (contexto de produção), quer na sua orientação funcional (de serviço), isto é, a rede dos circuitos por onde transita a informação e dos diversos instrumentos que permitem transferi-la, recuperá-la e difundi-la. (RIBEIRO, 2011, p. 71).

Dado o exposto, tem-se que o conjunto de princípios formulados especificamente para Arquivística no paradigma pós-custodial é composto pelo princípio da ação estruturante, princípio da integração dinâmica, princípio da grandeza relativa e o princípio da pertinência.

A partir disso, é possível estabelecer que ‘*princípio da acção estruturante*’ determina que, de acordo com Ribeiro, “todo o Arquivo resulta de um acto fundador, individual ou colectivo, formal ou informal, que molda a estrutura organizacional e a sua especificidade funcional em evolução dinâmica”. (RIBEIRO, 2011, p. 71).

No que concerne o ‘*princípio da integração dinâmica*’, este determina que “todo o Arquivo integra e é integrado pela dinâmica do universo sistémico que o

envolve (interligação e relação com outros sistemas conexos)". (RIBEIRO, 2011, p. 71).

Neste contexto, Ribeiro segue afirmando que "todo o Arquivo se desenvolve como estrutura orgânica simples (unicelular) ou complexa (pluricelular)". (RIBEIRO, 2011, p. 71). Então, essa característica determina o '*princípio da grandeza relativa*' no paradigma pós-custodial.

E, por fim, Ribeiro conclui que "todo o Arquivo disponibiliza informação que pode ser recuperada segundo a pertinência da estrutura organizacional". (RIBEIRO, 2011, p. 71). Assim, configura-se o quarto e último princípio, o '*princípio da pertinência*', no paradigma pós-custodial.

3. A MEMÓRIA E O ARQUIVO

Primeiramente, neste capítulo, apresentar-se-á uma discussão e reflexão a respeito das peculiaridades que compõe o campo da memória (individual e coletiva), e, posteriormente, os 'lugares de memória', pois neste trabalho, o arquivo é entendido como um lugar de memória.

3.1 Memória individual e coletiva

O objetivo deste item é o de apresentar o jogo político e contínuo de negociação que ocorre entre lembrar e esquecer, no que diz respeito à constituição da memória, tanto individual como, também, coletiva e, por consequência, a influência deste jogo na construção da identidade e, também, dos 'lugares de memória'.

Para a construção deste item do trabalho destacam-se, principalmente, autores como Maurice Halbwachs⁶ e sua obra *A Memória Coletiva*⁷, bem como Michael Pollak, Andreas Huyssen, Paul Ricoeur, Jöel Candau, Jacques Le Goff, Pierre Nora e outros que empenharam seus esforços na construção de trabalhos cuja temática é a memória (coletiva e individual) e as questões que a envolvem como a construção da identidade (individual, social e cultural), a lembrança e o esquecimento e, também, a própria preservação da memória e seus lugares.

É fato que para constituição da memória, faz-se necessário que se estabeleça uma relação entre a memória individual e coletiva. À medida que se estabelece essa relação, verifica-se a presença de um jogo político e contínuo na própria memória para seleção daquilo que será preservado e, por isso, lembrado, bem como aquilo que deverá ser excluído, isto é, esquecido. Esse jogo se constitui e influencia diretamente na construção e, também, na manutenção da identidade individual, social e cultural na sociedade como um todo.

Diante disso, essa construção de identidade na sociedade atual sofre com influências, por exemplo, da manipulação midiática quando esta seleciona os fatos e acontecimentos que serão evidenciados em suas exposições em rádios, televisão, e, atualmente, *Internet*, bem como aqueles que serão excluídos ou, até mesmo, marginalizados de sua vitrine.

⁶ Maurice Halbwachs (1877-1945) sociólogo francês da escola durkheimiana.

⁷ A Memória Coletiva obra póstuma de Maurice Halbwachs cuja primeira versão foi publicada em 1950.

Dado o exposto, destaca-se que, atualmente, é possível identificar na sociedade atual traços característicos de uma excessiva obsessão pela memória conforme bem pontua Andreas Huyssen (2000). Essa obsessão de alguma forma alimenta aquilo que Paul Ricoeur (2007) chama de o “dever de memória”, também exposto pela sociedade.

Levando-se em consideração ser a memória a capacidade humana de guardar no cérebro impressões das experiências vividas, cabe destacar as palavras de Von Simson, que afirma que a memória pode ser, ao mesmo tempo,

subjetiva ou individual, pois se refere a experiências únicas vivenciadas ao nível do indivíduo, mas também social porque é coletiva, pois se baseia na cultura de agrupamento social e em códigos que são aprendidos nos processos de socialização que se dão no âmago da sociedade. (VON SIMSON, 2003, p. 4).

Diante disso, Von Simson (2003) considera a memória individual como aquela guardada por um indivíduo, bem como suas próprias vivências e, também, experiências, mas que contém também, aspectos da memória coletiva, isto é, memória do grupo social no qual o indivíduo está inserido.

Na perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs (1990), no processo de rememoração, o indivíduo precisa se apoiar nas lembranças dos outros, para assim, reconstituir com mais exatidão a experiência passada. Dessa forma, fica evidente de que a memória trata-se de uma construção social, isto é, uma memória coletiva como é enfatizado por Halbwachs (1990).

Dado o exposto, é válido apresentar que para Von Simson (2003) a memória coletiva, trata-se da memória formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade de forma mais ampla.

Halbwachs (1990) considera que o compartilhamento de conhecimentos comuns estabeleceria uma estrutura referencial à constituição e à rememoração das vivências individuais, ou seja, para a formação e, conseqüentemente, rememoração das experiências vividas ou não, o indivíduo precisaria se apoiar em um grupo que proporcione referências a respeito do passado no qual ele busca por lembranças.

É importante salientar que Halbwachs (1990) em suas considerações a respeito da memória, como uma construção social, enfatiza que o ambiente e os depoimentos de testemunhas, por exemplo, podem corrigir ou reorientar ou, até

mesmo, se incorporar às lembranças, reajustando assim, os fatos e constituindo lembranças, muitas vezes, fictícias.

Na verdade, constata-se que na construção ou, até mesmo, na rememoração, o que ocorre é um jogo político e contínuo de negociação entre a memória individual e a memória coletiva. O mesmo acontece quando selecionamos o que será lembrado e o que será excluído, isto é, esquecido.

É importante salientar que a memória nunca se apresenta de maneira ordenada e, principalmente, ela não é cronológica, pois a memória funciona por meio de associações livre entre as vivências e os fatos do passado, como bem pontua Von Simson (2003).

Diante disso, tem-se que essa relação de dependência entre memória individual e coletiva remete a existência de uma memória seletiva. Pois, conforme aponta Pollak (1989), tanto a memória individual como a coletiva precisa ser conciliada, para que assim, as lembranças que os outros trazem possam ser constituídas sobre uma mesma base.

Para Von Simson (2003) a capacidade seletiva da memória humana é uma das mais importantes funções, pois para a autora, a capacidade seletiva é, na verdade, o poder de escolher aquilo que deve ser preservado como, por exemplo, as lembranças que julgamos serem importantes, ou então, aqueles fatos e/ou vivências que julgamos poder excluir.

Nesse contexto de jogo político e contínuo de negociação entre memória individual e coletiva, bem como de lembranças e esquecimentos e, também, da consolidação de determinados fatos históricos, cabe ressaltar as considerações Jöel Candau (2011) que relaciona a memória ao processo de constituição da identidade. Pois, para o autor, é este jogo político e contínuo de negociação que ocorre entre as memórias que permite a constituição da identidade cujos elementos necessários são, primordialmente, lembranças e esquecimentos.

Para Halbwachs (1990) a memória hoje assume traços diferentes e muito específicos, pois a sociedade atual, não mais está inserida em uma tradição de oralidade, tanto para a organização comunitária como, também, para a comunicação. A partir disso, Halbwachs (1990) é enfático quando estabelece que é preciso inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança.

Diante disso,

criamos, então, museus e centros de memória; recolhemos fotografias, documentos, resquícios do que aconteceu; editamos livros e publicações especiais comemorativos; produzimos imagens em vídeo e filme – tudo para garantir o não esquecimento. (BERGER; CHAVES, 2009, p. 30).

Em concordância com a afirmação acima, verifica-se que a partir dos anos 1980, há uma intensa e acelerada produção de informação registrada, isto é, uma tendência à documentação, consequência do desejo de guardar as vivências e/ou acontecimentos históricos, ou seja, tudo aquilo que de alguma forma exige o não esquecimento e, portanto, uma “obsessão” necessária, como considera Huyssen, ou, como considera Paul Ricoeur, o “dever de memória” pela memória, isto é, pela preservação da própria memória.

É possível ser essa “obsessão” pela memória ou esse sentimento de “dever de memória”, consequência da diminuição da prática contínua da capacidade seletiva da própria memória nas sociedades atuais, como bem ressalta Von Simson (2003) e, a partir disso, ocorra esse despertar para uma “necessidade” de guardar e lembrar-se de tudo.

Cabe salientar que as memórias de um fato podem ser transmitidas e, até mesmo, solidificadas na mente de quem vivenciou ou não o acontecimento. Tal transmissão pode se dar por meio, por exemplo, da narrativa ou história oral, bem como da constituição de *lugares de memória* como arquivos, bibliotecas, museus, imagens, monumentos, entre outros, como está exposto acima na afirmação, mas também, por meio dos recursos tecnológicos utilizados na e para comunicação como rádio, televisão e *Internet*, atualmente.

A respeito da memória individual e suas questões como lembrança, esquecimento e sua influência na constituição da identidade, cabe ressaltar que Michael Pollak (1992) considera que a memória individual agrega um processo de seleção mnemônica, isto é, um processo na qual a lembrança possibilita alocar em si aquilo que se escolheu registrar e, conseqüentemente, resta ao esquecimento àqueles fatos que de alguma maneira foram selecionados para serem excluídos, pois como vimos, a memória é seletiva.

A partir disso, constata-se que o que realmente é armazenado na memória individual é resultado de um processo de contínua escolha entre o que lembrar e o que esquecer, configurando assim, mais uma vez, um jogo político e contínuo de negociação.

Halbwachs (1990) ressalta que as lembranças não permanecem estáticas na memória e, portanto, é possível que essas lembranças sejam reformuladas e, até mesmo, excluídas, dependendo, unicamente, da forma como os fatos estão alocados na memória.

Nesse contexto, verifica-se que esse jogo político e contínuo de negociação que ocorre com as lembranças sofre influência direta do vínculo e, também, dos níveis de proximidade e interação entre o indivíduo e os grupos e/ou agrupamentos sociais nos quais esse se apoia e, conseqüentemente, suas lembranças, para encontrarem suporte para sua constituição.

Diante disso, tem-se que, por um lado, na medida em que novos grupos de interesse desse indivíduo surgem no presente, despertando mais entusiasmo e envolvimento, os grupos com os quais ele se relacionava vão se afastando e, conseqüentemente, sua memória sofre influência permitindo, algumas vezes, que lembranças já armazenadas sejam excluídas e outras armazenadas. Por outro lado, verifica-se que as zonas de sombras, silêncios e não-ditos, caracterizados por Pollak (1992), possam ser substituídas, configurando assim, mais uma vez, um jogo político e contínuo de negociações entre o que se deve lembrar e o que será esquecido.

Para Andreas Huyssen (2000) a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados e, dessa forma, a memória caracteriza-se como uma outra forma de esquecimento e, por sua vez, o esquecimento é uma forma de memória, porém, escondida.

Em continuidade, Huyssen (2000) é enfático em afirmar que há uma “obsessão” contemporânea pela memória e, também, um pânico geral do público em relação ao esquecimento. Por conta dessa constatação, Huyssen (2000) questiona se é o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou ao contrário, isto é, se é o desejo de lembrar integralmente do momento não mais presente, ou seja, o passado, que faz com que o medo do esquecimento se sobreponha na sociedade atual?

Na tentativa de esclarecer tal questionamento prevalecem as considerações expostas acima, onde se afirma que é preciso “*inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança...*” e, exatamente, por isso, criamos os “*lugares de memória*” (museus, arquivos, bibliotecas e centros de memória, monumentos, aniversários entre outros) conforme pontua Pierre Nora (1984) e, também,

registramos e documentamos tudo aquilo que é possível, tanto de caráter público como, também, privado.

Os *lugares de memória* como os arquivos, as bibliotecas e os museus foram considerados, desde a sua concepção, como lugares da memória da humanidade, a partir de uma perspectiva onde a memória é vista, essencialmente, como preservação de algo para alguém ou para algo.

Diante disso, ao preservar documentos públicos e/ou privados, os lugares de memória guardam materialmente, a memória de um povo ou, apenas, de um indivíduo ou de organização privada (arquivos pessoais, empresariais) podendo ser, também, de uma cidade ou, até mesmo, de um país.

A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, de modo que um não existe sem o outro, no que concerne o processo de atualização do passado, quando este é acionado. Na verdade, é a memória que possibilita a sensação de pertencimento e, também, existência, daí a importância dos *lugares de memória* para as sociedades, bem como para os indivíduos.

Diante do questionamento de Huyssen, exposto acima, no que concerne a dicotomia política entre lembrar e esquecer cabe mencionar também, o questionamento, de Berger e Chaves que pontuam: “o paradoxo destes tempos de reavivamento e circulação ininterrupta de memórias é: lembrar para esclarecer ou lembrar para esquecer?”. (BERGER; CHAVES, 2009, p. 35).

Para dialogar com o questionamento de Berger e Chaves, destaca-se as considerações de Santos que afirma que é, pois,

segundo suas formas de sentir, que o sujeito lembra e esquece e narra. Aparece aqui o esquecimento como o par da memória, como exercício de relação entre presente e passado. O contar, concomitante ao dizer, silencia e oculta; escolhe e faz divisões entre o que deve permanecer e o que pode ou deve ser esquecido. E o esquecido assume duas feições: o ausente e o não dito. O ausente não existe, perdeu-se, foi esquecido, é a lacuna que, muitas vezes, cabe à imaginação, e não à memória, preencher. (SANTOS, 2009, p. 6).

A respeito do esquecimento, Paul Ricoeur (2007) considera que tudo o que se deseja esquecer aparece, de alguma forma, relacionado ao mal, àquele mal que se torna um fardo para a memória castigada por esse relembrar tenebroso e a impossibilidade do esquecimento.

Nessa perspectiva, Paul Ricoeur pontua ainda que “a vinda de uma lembrança é, sim, um acontecimento, já o esquecimento não, pois o esquecimento trata-se de algo que ocorre ou que se faz ocorrer”. (RICOEUR, 2007, p. 508). Então, o esquecimento “não é, como a memória, um acontecimento, uma lembrança, uma recordação que se reatualiza, se revive”, mas sim, “um processo no qual se sabe apenas que algo foi esquecido”. (SANTOS, 2009, p. 7). Portanto, o esquecimento é responsabilidade da própria sociedade, pois é,

na coletividade que os interditos, as experiências não ditas, os grupos não lembrados vão provocando, instigando e institucionalizando o esquecimento, impondo proibições e silenciamentos. O não dito, nesse caso, prefigura o esquecimento a partir do que não se narra, pois não sendo dito não tem como ser transmitido a outrem, ao próximo que virá e, dessa maneira, não tem como superar o tempo limitado da geração que experimentou tal acontecimento e perpetuá-lo, já que não há a quem passá-lo. (SANTOS, 2009, p. 7-8).

É importante salientar que a rememoração dos elos que se estabelece com o passado e, principalmente, as formas como se faz essa rememoração é que define no presente a identidade, isto é, contribuem diretamente para a construção diária de nossa identidade, pois indivíduos e sociedades, de maneira geral, necessitam do passado para construir e ancorar suas identidades, bem como alimentar uma perspectiva de futuro.

A partir disso, tem-se que a obsessão pelo passado é mais uma consequência dessa sociedade pós-moderna que se caracteriza por se ancorar, numa necessidade obsessiva e incontrolável pela memória, influenciada pelo ritmo, cada vez mais, acelerado do próprio esquecimento no qual a sociedade está diariamente submetida e exposta.

Na verdade, a questão da identidade reveste-se, pois, de grande importância no processo de formação de todo e qualquer cidadão. De acordo com Ulpiano Bezerra de Menezes

exilar a memória do passado é deixar de entendê-la como força viva do presente. Sem memória, não há presente humano, nem tão pouco futuro. Em outras palavras: a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexisteria uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro. É a memória

que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento. (MENEZES, 1984, p. 33).

Para Jöel Candau (2011) é a memória enquanto faculdade primeira que alimenta a identidade. No entanto, como expôs anteriormente Pollak (1992), a memória é seletiva, portanto, cabe ressaltar que nem todos os fatos vivenciados pelo indivíduo são gravados, visto que a seleção dos acontecimentos pela memória individual, no jogo político e contínuo de negociações, é que seleciona quais os fatos que constituem sua identidade.

Nesse contexto, verifica-se que são os acontecimentos selecionados que se estabeleceriam na memória como marcos ou pontos relativamente invariantes, isto é, imutáveis e, assim, que se solidificam na essência da pessoa, constituindo sua identidade, como aponta Pollak (1992).

Diante disso, tem-se que a identidade pode ser interpretada como a imagem que o indivíduo tem de si, para si e para os outros. E, portanto, esta imagem é constituída sobre valores disputados em conflitos sociais e/ou intergrupais, pois assim como a memória, a identidade também está em contínuo processo atualização, consequência do jogo político e contínuo de negociação.

Nesta perspectiva, identifica-se a concepção da memória enquanto construção social, como enfatizado por Halbwachs (1990), na medida em que a memória individual se integra à coletiva e, no decorrer deste percurso e do jogo político e contínuo de negociações, estabelece assim, sua identidade.

É fato que a necessidade de manter vivas as lembranças, o esforço incessante de preservação da memória de certos eventos, fatos e lugares e momentos, bem como a importância dada ao esquecimento, por consequência do medo ou, até mesmo, o esforço para evitá-lo, na atual conjuntura social, recebem, inegavelmente, forte influência da mídia e, também, de seus produtos culturalmente construídos.

Na verdade, os meios de comunicação atuais, podem ser sim, considerados como *lugares de memória* na sociedade contemporânea, pois estes meios harmonizam-se, com o que considera Nora (1990), a respeito dos *lugares de memória* que podem ser pensado nos três sentidos da palavra, isto é, tanto material, quanto simbólico e funcional, bem como espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea. Então, não há como não vislumbrar, na atual

conjuntura social, a relação que se estabelece entre os discursos midiáticos e a própria produção da memória, mesmo que esta não seja produzida espontaneamente como aponta Nora (1990). Diante disso, verifica-se que a mídia tornou-se um dos principais *lugares de memória* atualmente.

Assim sendo, o esquecimento tem posição de destaque, pois para a mídia ditar os estilos de vida a serem adotados, bem como os padrões de alimentação e de beleza e, até mesmo, influenciar nas decisões políticas da massa, faz-se necessário o esquecimento, para evitar, justamente, que esses assuntos caiam no esquecimento. Então, a técnica usada pela mídia é colocar em pauta constantemente temáticas dessa natureza, agendadas de variados e diferentes enfoques e em diversos veículos de comunicação.

Diante disso, Huyssen (2000) enfatiza que a ameaça do esquecimento emerge, muitas vezes, da própria tecnologia à qual atualmente, confiamos a imensa e variada quantidade de registro eletrônico de informação e, dessa forma, configura-se uma sociedade “obsessiva” pela memória pelo fato de não saber delimitar o que é importante lembrar, isto é, uma sociedade composta por indivíduos que abriram mão de sua capacidade seletiva.

É importante salientar que no estudo das Teorias da Comunicação tem a Teoria do Agendamento ou *agenda-setting teory* que se caracteriza por detalhar essa técnica usada pela mídia para escolha daquele assunto que será evidenciado ou esquecido.

Nessa perspectiva, ocorre que a mídia ganha o estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e das transformações sociais e, por isso, acaba ocupando o papel de testemunha ocular da história. No entanto, cabe ressaltar que é necessário a mídia ser coerente, pois será, exatamente, isso que lhes dará credibilidade e aceitação frente à massa.

De fato, tem-se que, na atualidade, uma forma determinante de fixar e de difundir a memória ocorre por meio das *representações midiáticas*. A partir disso, verifica-se que as representações são, de acordo com Silveira (2004, p. 1), “formações culturais sintéticas, abstrações complexas que atuam através de determinadas opções” e, assim, sua reflexão permite “ponderar acerca de aspectos do estatuto representacional das mídias aplicado aos usos que de algum modo estão vinculados à exposição das identidades chamadas de contemporâneas”.

Nessa perspectiva, Silveira (2004, p. 2) esclarece que “o recolhimento e a seleção de objetos e suas imagens” que habitualmente são descartados como o que se considera a memória, “estabelecem os mecanismos pelos quais se elabora a concretização das representações”.

A respeito das questões das representações midiáticas faz-se necessário salientar que representar, como estabelece Couchot (1993, p. 40), trata-se de “poder passar de um ponto qualquer de um espaço em três dimensões a seu análogo”, isto é, seu transformador, “num espaço de duas dimensões” onde possa ser possível e se estabeleça “também uma relação imediata entre o objeto a figurar, sua imagem e quem organiza o encontro de ambos”. Pois, a representação “alinha, no espaço e no tempo, o Objeto, a Imagem e o Sujeito”. (COUCHOT, 1993, p.40 apud SILVEIRA, 2004, p. 6).

Para Silveira (2004) o termo *mediáticas*, em sua raiz latina *medium* e seu plural *media*, concerne na faculdade daquilo ou daquele que lhe “habilita a estar acessível a todos”.

Nesse contexto, cabe ressaltar a relação estabelecida entre memória e as representações midiáticas, pois de acordo com Lopes “a produção de artefatos de memória é compreendida como a construção de representações latentes no universo das mídias”. (LOPES, 2011, p. 2).

Assim sendo, tem-se que, de acordo com Lopes, artefatos de memória configuram-se como “informações contendo algumas significações (implícitas e explícitas) possíveis de serem detectadas como marcas/vestígios, em emissões das mídias” podendo ser nos gêneros de ficção, humor, jornalístico, mas e, principalmente, aqueles que enfocam temas de natureza histórica e social. Pois, compreendem-se, também, “como construções ideológico-representacionais que remetem ao nosso passado, sendo ressocializadas por efeito da comunicação midiática contemporânea”. (LOPES, 2011, p. 2).

Para Lopes, atualmente,

tem-se a edição, a publicação, o uso da intertextualidade, dos arquivos, das bibliotecas, dos computadores e da possibilidade de ‘manter’ a memória por meio dos recursos midiáticos distribuídos socialmente. Portanto, pode construir e reconstruir os ‘artefatos de memória’, desde que se respeitem padrões básicos, possivelmente quase sempre desconhecidos ou pouco conscientes. (LOPES, 2011, p. 3).

É evidente que a emergência social das novas tecnologias de comunicação responde à necessidade de um mundo que ânsia conhecer-se e estabelecer relações mais próximas, tal constatação parte, por exemplo, do já consagrado sucesso das redes sociais na *Internet*.

Na verdade o que ocorre, atualmente, com as redes sociais, a partir da perspectiva do indivíduo que nela está inserido, é que ao fazer uso dessas redes, o passado volta com uma força muito semelhante à intensidade de quando aconteceu pela primeira vez. Então, a partir disso, verifica-se que esse permanente retorno ao passado, proporcionado, atualmente, pelas redes sociais, permitem, por exemplo, que os indivíduos que fazem uso dessas redes, reencontrem antigos conhecidos e amigos, e, dessa forma, ocorre, ainda que minimamente, um fenômeno capaz de remexer o presente.

Diante dessa possível modificação do presente, vislumbra-se que aquilo que passou torna-se atual e, assim, altera-se o processo de constituição da memória que, por sua vez, altera também, a construção e manutenção da identidade.

É notória, a influência das redes sociais atuais, não somente, na memória e/ou identidade individual, mas também, na memória coletiva, pois essas redes sociais possibilitam o registro coletivo e, também, o compartilhamento de imagens, percepções, pensamentos, opiniões críticas, sugestões, reclamações entre outras, a respeito de lugares, fatos, acontecimentos, personalidades, momentos, enfim, alterando continuamente o presente e, por vez, o passado.

É interessante vislumbrar que o uso das redes sociais permite trazer para o presente o que foi bom, mas também, atualizar e, talvez até melhorar, o que não foi no passado, isto é, remediar e remontar momentos e experiências ruins dos indivíduos. Então, dessa forma, verifica-se que as redes sociais, atualmente, configuram-se, de certa forma, com o que é proposto por Nora para *lugares de memória*.

Neste contexto, do uso atual das redes sociais e sua relação com a memória e a identidade, cabe ressaltar que “relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória [...]”. (LOWENTHAL, 1998, p.84-85).

A dicotomia política de memória se divide em duas partes numa mesma proposta. Pois, por um lado, visa não deixar esquecer e, por outro, o objetivo é lembrar para que não volte acontecer, pois o passado retorna ao presente na perspectiva do futuro onde se estabeleça novos caminhos, talvez menos traumáticos.

Diante disso, verifica-se que o esquecimento, passa a ser impeditivo à reapropriação do próprio passado quando este surge como mandamento, isto é, quando o esquecimento passa a ser uma imposição. E, portanto, deixa de ser condição de memória e passa a ser um esquecimento comandado ou, até mesmo, uma imposição ameaçadora contra a própria memória.

É fato que a cultura midiática atenta aos movimentos da sociedade e, a partir disso, vislumbra-se o interesse pela memória e, por meio da indústria cultural, investe na produção memorialística com objetivo claro de ser esta produção, um produto de consumo e manipulação da grande massa.

É importante ressaltar que é assim que vem sendo construída e produzida, por exemplo, a *cultura da memória* que diz respeito ao período da ditadura no Brasil, pois de acordo com Berger e Chaves a *cultura da memória*

se inscreve no movimento internacional que recorda traumas nacionais; ela conta, para a sua produção, com os relatos das testemunhas da época; ela acontece na mídia ou através dos suportes midiáticos disponíveis e carrega as ambiguidades da triangulação entre lembrar, esquecer e narrar. E deixa suspensa a pergunta sobre as possibilidades de a cultura produzida nos suportes midiáticos iluminar e esclarecer o acontecido. (BERGER; CHAVES, 2009, p. 30).

Para Huyssen (2000), *cultura da memória* concerne, sobretudo, à obsessão pelo passado que, atualmente, está evidenciada pela crescente comercialização e midiaticização da própria memória.

Neste contexto, cabe ressaltar que Huyssen (2000) não concorda totalmente que a *cultura de memória* seja um fenômeno exclusivo da sociedade atual.

Assim sendo, tem-se que a memória dos passados traumáticos tem momentos de maior visibilidade e, claro, momentos de silenciamento. No entanto, faz-se necessário ressaltar que ela, também, retorna motivada pela lógica da produção cultural midiática, pois esta investe na exposição e visibilidade dos

sentimentos, como forma de reativar e, muitas vezes, tirar da zona sombria uma lembrança traumática do passado.

Dessa forma, vislumbra-se o fato de que essa memória midiaticizada, no que concerne sua produção, é capaz de cumprir o papel de ao lembrar, contribuir para naturalizar e, assim, descumprir a razão de ser da memória subterrânea. Pollak (1989) considera que há memórias subterrâneas e que disputam sentidos com outras e, principalmente, com a memória oficial e, por isso, a memória coletiva não é consensual, pois, continua Pollak (1989), em qualquer contexto, é impossível encontrar uma visão e uma interpretação única do passado, compartilhada por toda a sociedade.

A memória oficial é quase sempre contada sob a perspectiva daqueles que representam e são considerados como os vencedores, portanto, as memórias subterrâneas de Pollak (1989) caracterizam-se por ser a outra face da história, muitas vezes, não tão conhecida e disseminada como é a oficial, mas muito esclarecida e, até mesmo, bem fundamentada quanto.

Diante disso, o que fica evidente é que o grande problema imposto às memórias subterrâneas configura-se na dificuldade de passar do não dito à exposição.

3.2 A instituição arquivística iFHC como um lugar de memória

Neste trabalho, Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centro de documentação são entendidos como “lugares de memória”. Desse modo, destaca-se a definição dada por Nora do que são esses lugares de memória,

Lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente matéria, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe aura simbólica. (NORA, 1993, p.21).

A partir da Idade Moderna, surge em meio à sociedade o desejo de uma memória nacional composta, assim, por memórias de indivíduos inseridos em uma determinada sociedade, originando dessa maneira, a memória coletiva para que fosse possível então, a composição de algo que se compreende como sendo a memória nacional, onde há, necessariamente, requisitos a serem estabelecidos, atingidos e desenvolvidos por essa sociedade – nação – como, por exemplo, língua comum, leis, costumes, tradições, símbolos e signos, que de um modo geral,

compõem a memória nacional - memória coletiva de uma determinada sociedade e, dessa forma, também, a sua própria história.

Neste contexto, Pollak afirma que “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”. (POLLAK, 1989, p. 3).

Retomando o exposto, a respeito da Revolução Francesa (1789) com todos os seus ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, no capítulo anterior, é válido salientar ser esta revolução responsável por uma série de consequências e modificações nas estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas, transformando de certo modo, toda uma época e sua sociedade, desconfigurando todo um aparato das estruturas, além de criar novos conceitos como, por exemplo, nação e identidade nacional.

A novidade do direito dado ao cidadão comum de ter acesso aos arquivos públicos, fato também já mencionado no capítulo anterior, é decorrente e consequente também da Revolução Francesa (1789), pois traz a tona a ideia de cidadania, isto é,

ora, a sociedade, ao aproximar-se dos arquivos, foi ao encontro dos registros de seus direitos e de seus deveres, dos codificados aos consuetudinários. A rede das relações entre o Estado e o cidadão encontra, nos arquivos o seu *habitat*, sejam essas relações de ordem administrativa, jurídico, política, social ou econômica. (BELLOTTO, 2002, p.169).

A esta afirmação, cabe acrescentar, a questão cultural que, também, é existente no que diz respeito a relações entre o Estado e o cidadão comum.

É fato que mesmo na antiguidade já havia uma vontade e, porque não dizer, a existência, praticamente, de uma necessidade de registro da memória.

Então, a partir dos anos 1980, há uma intensa e acelerada produção de informação registrada, isto é, uma tendência à documentação, consequência do desejo de guardar as vivências e/ou acontecimentos históricos, ou seja, tudo aquilo que de alguma forma exige o não esquecimento e, portanto, uma “obsessão” necessária, como considera Huyssen (2000), ou, como considera Paul Ricoeur (2007), o “dever de memória” pela memória, isto é, pela preservação da própria memória.

É possível ser essa “obsessão” pela memória ou esse sentimento de “dever de memória”, consequência da diminuição da prática contínua da capacidade

seletiva da própria memória nas sociedades atuais, e, a partir disso, ocorra esse despertar para uma “necessidade” de guardar e lembrar-se de tudo.

Então, é possível considerar ser a partir desse interesse que surgem os lugares de memória. Daí a afirmação de Nora, veem no sentido de confirmar que

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações são naturais [...]. (NORA, 1993, p. 13).

Na verdade, muitas vezes, para que seja possível compreender o presente faz-se necessário olhar o passado. Dessa forma, se faz necessária a preservação dessas memórias para a construção e compreensão do futuro. É necessário compreender essas memórias de forma materializada, registrada e documentada, de modo que, passam a ter uma relação direta com o Arquivo enquanto instituição, e, enquanto, lugar de memória, especificamente, o arquivo permanente.

A partir disso, entende-se que o arquivo, nesse caso, o arquivo permanente, possui um caráter social ao permitir a aproximação do cidadão comum e, também, do seu já conhecido público, pesquisadores e historiadores, com a sua identidade, com a sua história, com a história da sociedade a qual está inserido, ajudando dessa maneira, não somente nas pesquisas, mas também, no desenvolvimento da cidadania e da cultura desses indivíduos.

Dessa forma, então, pode-se considerar o arquivo, não somente como um lugar de memória ou como um guardião da memória, mas e também, como um espaço de referência e de fomento tanto à produção de conhecimento (pesquisa científicas e históricas), como também para desenvolvimento sociocultural da sociedade a qual pertence.

Dado o exposto, cabe ressaltar as palavras de Nora a respeito da relevância da existência dos lugares de memória.

A razão dos lugares de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisa, imortalizar a morte, materializar o imaterial, o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, incessante ressaltar de seus significados e silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

Neste contexto, é válido ressaltar que locais como um Arquivo, uma Biblioteca, um Museu ou um Centro de documentação, são, na verdade, locais que devem e podem permitir a aproximação dos indivíduos constituidores da sociedade a qual estão inseridos, transformando e desenvolvendo, assim, a sua cidadania. Então, dessa maneira, é possível compreender, no caso do Arquivo, o seu papel social em meio à sociedade a qual está inserido. Pois, o arquivo, nesse caso, o arquivo permanente, por meio do seu caráter social e ao permitir a aproximação do cidadão comum e também do seu já conhecido público, pesquisadores e historiadores, com a sua identidade, com a sua história, com a história da sociedade a qual está inserido, contribui de forma direta, não somente para pesquisas, mas também, no desenvolvimento da cidadania e da cultura desses indivíduos.

Diante disso, é possível considerar ser o arquivo não somente como um lugar de memória ou como um guardião da memória, mas, também, um espaço de referência e de fomento tanto à produção de conhecimento (pesquisa científicas e históricas), como também para desenvolvimento sociocultural da sociedade a qual pertence.

Nesta perspectiva, entende-se que a memória está inserida no âmbito da cultura, do lazer, da cidadania e, até mesmo, no âmbito da recuperação e manutenção da identidade de grupos sociais e, por que não dizer, das personalidades públicas.

É importante ressaltar, que apesar de a memória caminhar junto da história não devemos confundi-las. Pois como afirma de Decca, “memória e história não são a mesma coisa e inclusive se opõe constantemente”. (DECCA, 1992, p. 130). Corroborando com essa distinção feita por Decca, Nora infere que

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma preservação do passado. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existentes; o que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (NORA, 1993, p.9).

É sabido que algumas outras instituições arquivísticas brasileiras como, por exemplo, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Memorial do Imigrante, já promoveram e/ou ainda promovem atividades culturais assim como ocorre no objeto de estudo deste trabalho, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC). Dentre as atividades desenvolvidas por outras instituições estão palestras, debates e lançamentos de obras entre outras. Sendo que essas outras instituições ainda organizam ou, até mesmo, patrocinam atividades como simpósios, congressos, jornadas de estudos e discussões, atuando assim, não somente na pesquisa, mas também, na cultura da sociedade a qual estão inseridas como, também, ocorre no iFHC.

Atuando dessa maneira, o arquivo contempla e atende, não somente aquele público comum já conhecido dos arquivos (pesquisadores e historiadores), mas também, os outros membros que compõem a sociedade e que, por muitas vezes, desconhecem a existência do arquivo e quando, raramente, conhecem, não possuem o hábito de frequentá-lo, pois acreditam não poder ou não possuir condições para tal.

Diante disso, verifica-se que por meio dessas atividades culturais o grande público e o arquivo só têm a ganhar, pois o cidadão comum passa a reconhecer e compreender e, até mesmo, utilizar um espaço que o ajudará no seu desenvolvimento sociocultural como também no desenvolvimento do seu lado cidadão, podendo ainda, ajudá-lo a agregar e absorver novos conhecimentos sobre temáticas como, política, economia, religião, cultura, história entre outros temas que são pertinentes ao interesse público e, por outro lado, o arquivo ganha o reconhecimento perante a sociedade a qual está inserido e, até mesmo, perante o olhar do Estado, que, por muitas vezes, não o valoriza.

Levando-se em consideração o exposto, é passível de se afirmar que o iFHC, é sim, um lugar de memória, um importante lugar de memória, pois, abriga consigo a memória materializada, documentada e registrada de uma importante personalidade pública que por oito anos esteve a frente do governo federal da República Federativa do Brasil, assim como ocupou outros cargos públicos no governo. O iFHC guarda consigo não somente documentos particulares, mas também, memória materializada, documentos de caráter e interesse público e coletivo.

4. O INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (iFHC)

Neste capítulo apresentar-se-á o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) com informações sobre a sua fundação, sua missão, seus valores, sua organização, seus apoiadores, seu fundador (FHC) e a socióloga Ruth Cardoso, suas atividades culturais e as especificidades do acervo custodiado pela instituição no que concerne sua estrutura, sua organização e preservação, sua disponibilização para o público de modo geral, isto é, os meios que o instituto disponibiliza para o acesso à informação.

Primeiramente, este capítulo abordará uma sucinta descrição biográfica a respeito das personalidades públicas, Fernando Henrique Cardoso e Ruth Cardoso, responsáveis pelo acervo custodiado pela instituição arquivística em questão.

4.1 Vida e obra de FHC

Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931, numa família de militares. Foi casado com a antropóloga Ruth Côrrea Leite Cardoso até 24 de junho de 2008, como frutos desse matrimônio possuem três filhos. Formou-se em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1952. Foi perseguido pelo golpe de 1964 e viveu seu exílio no Chile e na França. Voltou ao Brasil em 1968. Teve uma participação no Senado entre os anos de 1978 a 1983 e em 1986. Participou também da campanha das “Diretas-já” no Brasil em 1984. Foi relator da Constituinte de 1988. Fundou juntamente com Mário Covas, Franco Montoro e José Serra o partido PSDB. No governo de Itamar Franco assumiu o ministério das Relações Exteriores. E, em 1993, tornou-se ministro da Fazenda, onde conseguiu aprovar e instaurar o seu plano de estabilização, o Plano Real. De 1994 a 2002 presidiu a República Federativa do Brasil. Além da Universidade de São Paulo (USP), da qual é professor emérito, ensinou em Universidades do Chile, Estados Unidos, Inglaterra e França.

Fernando Henrique Cardoso é titular do acervo e provedor da maior parte dos documentos que estão depositados no iFHC. Sua obra é extensa e variada, reúne livros, artigos, discursos, palestras, prefácios e entrevistas, de caráter acadêmico e político, além de intervenções na grande imprensa.

4.2 Vida e obra de Ruth Cardoso

Ruth Côrrea Leite nasceu em Araraquara em 19 de setembro de 1930. Casou-se em 1952, com Fernando Henrique Cardoso, seu colega de faculdade com quem teve três filhos. Faleceu em 24 de junho de 2008 na cidade de São Paulo. Foi antropóloga, professora universitária e pesquisadora. Desenvolveu pesquisas e publicou livros e artigos no Brasil e no exterior sobre temas situados na interseção entre sociedade, cultura e política, incluindo: imigração, movimentos sociais, juventude, gênero, meios de comunicação de massa, violência, cidadania, desenvolvimento local sustentável e trabalho.

Formou-se em Ciências Sociais em 1952 pela Universidade de São Paulo (USP), obteve o título de mestrado em Sociologia em 1959, e, doutorado em Ciências Sociais em 1972, e, em 1988, obteve o título de pós-doutorado pela Columbia University, em Nova York, EUA.

Durante o mandato presidencial de seu marido, Fernando Henrique Cardoso, fundou e presidiu o Conselho da Comunidade Solidária (1995-2002). A iniciativa mobilizou parcerias entre ONGs, universidades, empresas e governos para a construção e a difusão de programas sociais inovadores.

Entre 2002 e 2008, presidiu a Comunitas, organização da sociedade civil de interesse público, criada para assegurar a continuidade das experiências dos programas da Comunidade Solidária.

O conjunto da obra escrita de Ruth Cardoso reúne livros, artigos, entrevistas e depoimentos, prefácios etc. A listagem permite seguir, para cada espécie, o percurso profissional da autora. A obra de Ruth Cardoso engloba ainda tanto suas realizações na presidência do conselho do programa Comunidade Solidária quanto suas ações em prol de uma sociedade mais justa.

Dessa maneira, é possível ressaltar que tanto FHC como Ruth Cardoso tiveram uma participação efetiva na sociedade no que diz respeito ao meio político, social e científico, caracterizando e justificando dessa forma, a relevância de ambos os acervos para a sociedade como já apontado no item *Arquivos Pessoais/documentos privados*, do capítulo anterior deste presente trabalho.

4.3 O Instituto Fernando Henrique Cardoso

No *Website* do Instituto Fernando Henrique Cardoso, o iFHC, é possível ter acesso a uma carta de apresentação redigida pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, na qual apresenta os motivos pelos quais o levaram, após o fim do seu mandato presidencial, a criar o instituto para armazenar e, também, preservar, como o próprio fundador descreve.

O instituto iFHC possui um acervo composto “de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos etc., que acumulara não apenas em alguns anos no Palácio do Planalto, mas em muitas décadas como sociólogo, senador e ministro”. (CARDOSO, 2004).

A criação e a fundação do instituto foi possibilitada – como o próprio Fernando Henrique Cardoso coloca em sua carta de apresentação – devido a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que discorre sobre “acervos privados dos presidentes da República”. Sua inauguração se deu em maio de 2004 com um seminário que reuniu políticos e intelectuais do Brasil e do exterior. Diante disso, ressalta-se que no mês de maio deste ano de 2014, o iFHC comemorou seus dez anos de fundação.

Fernando Henrique Cardoso coloca nessa carta de apresentação que seu desejo ao fundar o instituto não era apenas para que ele se tornasse “um centro de memória histórica, mas, também, um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento”, (CARDOSO, 2004), FHC continua afirmando que o instituto possui a missão de “contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o país e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo”, (CARDOSO, 2004).

O acervo documental do iFHC compreende tantos os documentos acumulados pelo próprio FHC quanto pelos documentos da antropóloga já falecida, Ruth Cardoso. Ainda na carta de apresentação, FHC destaca que o acervo documental do instituto está sendo aos poucos disponibilizado para o público por diferentes meios como *Internet*, exposições, seminários e programas que ele chamou de ‘programas educacionais’.

Ainda sobre o acervo documental, FHC ressalva que para que o conteúdo pudesse ser disponibilizado para o público de modo geral, principalmente por meio dos recursos da *Internet* “foram quase cinco anos de organização, catalogação e

digitalização parcial das várias centenas de milhares de itens que o compõem”. (CARDOSO, 2004).

Ao fim de sua carta de apresentação, FHC destaca seu contentamento com uma das atividades realizadas mensalmente no instituto que é o encontro com uma turma de alunos do ensino médio onde os alunos em questão escolhem um tema e a partir daí se dá o desenrolar desse encontro com a participação direta e ativa do FHC, respondendo as questões levantadas por esses alunos que quase sempre envolvem os assuntos como: política, economia, presidência da república, participação efetiva do próprio FHC na política do Brasil hoje entre outros assuntos.

Essa atividade assim como outras serão abordadas com mais abrangência e refino de detalhes ainda nesse capítulo.

Ao analisar a descrição da missão do instituto vemos a sua declaração de que o iFHC é um instituto “sem fins lucrativos e apartidário”, mesmo sendo criado e fundado por um ex-presidente da República. Ressalta-se que há um duplo propósito como é observado na sua página de web, sendo o primeiro destacado como o de “preservar e disponibilizar os arquivos de Ruth e Fernando Henrique Cardoso”, e o segundo propósito de “produzir e disseminar conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, em sua relação com o mundo”. (CARDOSO, 2004).

Na própria missão do instituto, é possível destacar quatro pontos trabalhados pelo iFHC para tratar dos desafios descritos no parágrafo anterior. Sendo esses pontos ligados diretamente com o desenvolvimento de atividades culturais e com a preocupação, a partir da percepção da necessidade de uma melhoria no desenvolvimento da cidadania por parte do cidadão comum, do público em geral que pode e deve ter acesso ao iFHC, bem como a informação ali custodiada. Esses pontos abordados pelo instituto, como forma de trabalhar os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, são: identificação e debates que propõem caminhos para superar os desafios; promoção de intercâmbio entre atores sociais, políticos e intelectuais; estimular o compromisso da sociedade, do público de modo geral com a política democrática e; ampliar o interesse sobre os temas da agenda pública do iFHC.

Para cumprir os objetivos propostos pela missão, o iFHC realiza algumas atividades como exposições, eventos educativos, debates interdisciplinares, estudos e publicações.

Para o iFHC seus valores referem-se a preservação da memória histórica; a disseminação do conhecimento; o respeito ao pluralismo de opiniões; promoção do debate qualificado de ideias e, por fim, adesão à democracia.

A organização do iFHC está, atualmente, estruturada da seguinte maneira: o conselho curador, o conselho fiscal, a diretoria e a equipe executiva. Sendo que esses quatro seguimentos que compõem a estrutura da organização do iFHC possuem definidas, clara e objetivamente, suas funções como é possível visualizar na web página do próprio instituto.

Diante disso, para uma melhor compreensão da estrutura interna do instituto, é possível especificar as atividades pelas quais cada um desses quatro seguimentos é responsável.

Neste contexto, tem-se que o conselho curador do iFHC é responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades: determina as estratégias de ação da Fundação; aprova a programação anual de atividades; aprova o relatório anual; aprova os demonstrativos contábeis da Fundação, em conjunto com parecer do Conselho Fiscal; aprova o orçamento anual, estabelecendo o montante de recursos componentes do Fundo Patrimonial; decide sobre a realização de convênios, acordos, ajustes e contratos; institui a Superintendência Executiva; fixa diretrizes de salários, vantagens e outras compensações dos funcionários; institui o Regime Interno da Fundação e outras normas que julgue necessárias; delibera sobre a constituição do Fundo Patrimonial e aprova proposta de gestão apresentada pela Diretoria; nomeia e destitui os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Em continuidade, o conselho fiscal do iFHC é responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades: fiscaliza a gestão econômico-financeira da Fundação, por meio do exame das demonstrações financeiras, balanços e demais documentos contábeis; emite parecer a respeito das demonstrações financeiras da Fundação, relatórios de auditoria e financeiros, a serem encaminhados ao Conselho curador.

Assim como o conselho curador e o conselho fiscal, a diretoria do iFHC também possui atividades próprias dentro da estrutura organizacional do instituto.

Sendo elas: orientar, dirigir, fiscalizar, supervisionar e coordenar as atividades ordinárias da Fundação; elaborar proposta orçamentária e a programação anual das atividades a serem desenvolvidas, inclusive, sugerindo o montante de recursos componentes do Fundo Patrimonial; elabora o relatório anual das atividades; contrata e demite funcionários.

Para finalizar a descrição da estrutura interna do instituto, tem-se a equipe executiva é composta por uma Superintendência-executiva, três Coordenadorias de área (Acervo; Estudos & Debates; e Eventos), uma Assessoria de Comunicação & Imprensa e uma Gerência Administrativo-Financeira e de Recursos Humanos.

Ressalta-se que todas essas informações foram retiradas a partir da análise do *Website* do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) para uma primeira coleta de dados. O endereço eletrônico do iFHC que está disponível em: www.ifhc.org.br.

O iFHC se caracteriza por ser um “sociedade civil sem fins lucrativos” que conta com o apoio de empresas e pessoas que compartilham dos seus valores descritos acima e acreditam na sua missão também descritos acima. Cada projeto desenvolvido no instituto conta com financiamentos específicos e as doações que são feitas para o iFHC vão para o fundo de manutenção da instituição.

É por meio da Lei Rouanet que o iFHC têm recebido recursos para o amparo as atividades ligadas ao tratamento técnico do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e algumas atividades do próprio instituto. Além de que, o balanço do iFHC é auditado, atualmente, pela *PricewaterhouseCoopers*.

Dessa forma, por meio da análise do *Website* do iFHC, para uma primeira coleta dados, foi possível compreender um pouco mais sobre sua fundação, sua missão, seus valores, sua estrutura organizacional.

4.3.1 O acervo iFHC

Neste item do presente capítulo apresentar-se-á o acervo do iFHC, no que concerne suas características principais e peculiaridades.

Estão depositados no Instituto arquivos privados como o do FHC e da Ruth Cardoso, os quais são denominados pelo próprio Instituto como, o Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, o Arquivo Ruth Cardoso, respectivamente. Ressalta-se que o Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso

é respaldado por leis como, Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 e Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991.

Cabe salientar que a nomenclatura dada ao conjunto documental de Ruth Cardoso se deve ao fato de que este conjunto se refere à produção intelectual, acadêmica, política e familiar da antropóloga. No entanto, há uma pequena parcela desse acervo, algo próximo a 15%, que se encontra sob a tutela de caráter sigiloso do próprio instituto com a justificativa de que esta parcela refere-se a seus documentos/correspondências particulares.

Neste contexto, faz-se necessário destacar que o acervo de Ruth Cardoso está dividido em quatro elementos nomeados pela função a qual o documento estava organicamente atrelado no momento de sua produção. A partir disso, esses quatro elementos são, respectivamente, função familiar e social, função acadêmica, função política e, por fim, complementos que contempla todos os documentos reunidos posteriormente ao seu falecimento.

A preservação da documentação do acervo no iFHC segue critérios metodológicos tanto nas instalações físicas, quanto na organização e na manutenção preventiva. Além disso, o Instituto possui um “programa de História Oral” que foi iniciado em 2008, visando contextualizar os documentos por meio de entrevistas de colaboradores do governo FHC tratando de preservar entendimentos variados sobre esse período histórico.

O acesso ao acervo do iFHC se dá por três modos de pesquisa, que pode ser realizada pelo acesso ao endereço eletrônico do Instituto, www.ifhc.org.br, através da busca feita por palavras-chave, ou então, no Portal do Acervo, onde os documentos serão liberados para consulta, à medida que estiverem em formato eletrônico. E, por fim, quando for o caso de pesquisas mais complexas, destinadas a especialistas, o iFHC fornece um endereço de e-mail para contato. Até o presente momento o e-mail que o iFHC fornece para esse tipo de consulta é acervoprifhc@ifhc.org.br.

Como formas de divulgação da documentação do instituto são realizadas atividades de educação e cultura, centradas no “Programa Diálogos com um Presidente”, assim como, exposições, seminários de discussão metodológica abordando temáticas como a Arquivística e a Museologia, bem como visitas técnicas de profissionais de áreas afins.

De maneira que todas essas atividades culturais (atividades de educação e cultura, exposições, seminários, visitas técnicas), estão contempladas pelo projeto “Preservação, catalogação, digitalização e acesso ao Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso” que foi realizado de dezembro de 2004 até janeiro de 2007 com recursos do próprio Instituto e a partir de janeiro de 2007 teve o apoio da Lei Rouanet até o período de dezembro de 2010.

É importante destacar que nos anos de 2011, 2012, 2013 e meados do ano de 2014 realizou-se no iFHC o projeto “Tratamento Técnico e Difusão dos Acervos Presidente Fernando Henrique Cardoso e Antropóloga Ruth Cardoso. Projeto este que também é apoiado pela Lei Rouanet⁸.

A partir disso, faz-se necessário destacar que ao intensificar seus esforços em um projeto para captação de recursos, especialmente para digitalização de documentos que estão sob sua custódia, para que posteriormente possa oferecer acesso a esses documentos por meio WEB, isto é, por meio de recursos tecnológicos e digital, é possível identificar nessa ação a compreensão da necessidade e do dever de acesso e, também, a consciência de que o documento tradicional deu lugar a realidade virtual, como bem afirma Ribeiro,

O documento tradicional (objecto que se guardava em instituições destinadas a preservar a memória) deu já lugar a uma realidade virtual, que se constrói e reconstrói permanentemente, que se transfere de lugar e de suporte físico em fracções de segundos e que se reproduz sem limites passando a localizar-se, simultaneamente, numa pluralidade de espaços e tempos. (RIBEIRO, 2005a, p. 8).

Destaca-se que o guia do “Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso” é dividido em três períodos, sendo eles: o período pré-presidencial, o período presidencial e o período pós-presidencial. Como pode ser observado ao acessar o *Website* do iFHC.

Quanto às instalações do iFHC, para preservação da documentação de valor secundário e histórico do arquivo permanente, foram adotados critérios técnicos arquivísticos considerados como de padrão mundial para assegurar sua conservação. Para isso, o iFHC adaptou sua sede que está situada em um prédio na cidade de São Paulo onde ocupa um andar deste mesmo prédio e mais dois subsolos do mesmo prédio para abrigar o acervo e seus técnicos. O local recebeu

⁸ Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que restabelece princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 onde institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

equipamentos para controlar condições ambientais de luminosidade, ventilação, temperatura e umidade, além de eventuais ataques por pragas. A distribuição do acervo se dá de três maneiras. Os documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros se encontram em estantes deslizantes no espaço climatizado no 2º subsolo; já as telas, gravuras e fotos em chassis, as roupas e tecidos e os recortes de jornal estão na área ventilada do 2º subsolo do prédio do iFHC e, por fim, os objetos e artefatos adquiridos estão agrupados no 1º subsolo do prédio com ventilação própria para seus suportes materiais.

É possível identificar que o iFHC desenvolve um trabalho estruturado em normas e procedimentos de padrões de organização de seu acervo se norteando pelo material e a lógica. Tal configuração material é compreendida a partir da análise da organização no que diz respeito os pontos de determinação de procedimento de acondicionamento e armazenamento dos documentos nos depósitos e ambientes favoráveis à sua integridade física, e, também, para a racionalização do uso efetivo do espaço. Pois, o iFHC estabeleceu na sua organização, unidades de arquivamento sendo que cada unidade dessas têm um código numérico de identificação correspondente, permitindo dessa forma, a localização dos documentos nos depósitos e mobiliários do Instituto.

De modo que a configuração lógica na organização permite a consulta a partir de critérios universais de acesso e classifica os documentos de modo a preservar sua organicidade e funcionalidade, bem como sua proveniência.

No entanto, para uma rápida contextualização, a utilização desses princípios faz a ligação do documento com a instituição que lhe deu origem e, dessa forma, deve refletir as atividades desta. Contudo, a justificativa da curadoria do Instituto para a utilização da funcionalidade na organização dos documentos, parte do pressuposto que deve garantir assim, que os documentos representem as circunstâncias e o contexto as quais foram produzidos e, podem assim, dar subsídios para justificar sua acumulação e guarda por este Instituto.

É importante ressaltar, que por este motivo acima descrito, de acordo com o que estão expostos no *Website* do instituto, os documentos são descritos individualmente e trazem consigo o registro das circunstâncias que estes foram criados ou acumulados, (iFHC, 2011).

No modo de descrição dos documentos do iFHC, é possível encontrar descrito no *Website* do Instituto que os arquivos possuem três grandes sistemas de signos, isolados ou em combinação. Sendo estes, a palavra escrita, a imagem e o som. Diante disso, faz-se necessário destacar a existência de objetos tridimensionais que no iFHC só adquirem estatuto de testemunho a partir de uma contextualização adequada de acordo com as normas e padrões utilizados no Instituto.

Cabe ressaltar, nesse momento, que as autoras como Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart fazem considerações relevantes no que diz respeito a esses objetos tridimensionais do acervo contido no Instituto.

os inúmeros artefactos do acervo são submetidos às operações de contextualização que se aplicam aos documentos de arquivo. Com exceção de algumas peças que ostentam, de forma indelével, inscrições elucidativas da funcionalidade que cumpriram, as demais retiram única e exclusivamente do contexto seu estatuto documental. A sua simples presença de objetos tridimensionais não implica a criação de um ambiente técnico museológico, como tem sido a opção de várias instituições similares. No nosso caso, por mais que demandem armazenamento e cuidados especiais nas múltiplas dimensões e suportes sob os quais se apresentam, e por mais que tenham lugar de destaque nas atividades expositivas do Instituto Fernando Henrique Cardoso, os artefatos compõem, ao lado de outros gêneros documentais, o conjunto articulado e indissociável a que chamamos de arquivo. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 57).

Destaca-se, nessa afirmação, que a presença de objetos tridimensionais no Instituto não o caracteriza como um ambiente museológico, pois esses objetos ou esses artefactos, compõem juntamente com o restante dos documentos do acervo do iFHC, um conjunto misto, mas, ainda assim, um conjunto e que esse conjunto está inserido em um real contexto, caracterizando então, um acervo arquivístico de uma personalidade pública.

Neste contexto, é válido reafirmar que a constatação, no capítulo anterior, de que o iFHC é uma instituição arquivística, bem como um lugar de memória, mesmo tendo um conjunto misto formador de seu acervo, harmoniza-se diretamente com a afirmação acima exposta das autoras e, também, responsáveis técnicas pela organização do acervo do iFHC, Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart.

Em continuidade, verifica-se, no que tange a conservação do acervo do iFHC, que o instituto faz uso da preservação preventiva. Além, claro, de que a organização do material se dá por um armazenamento contínuo, agrupando os documentos que

possuem um mesmo padrão físico, ou seja, o mesmo suporte. Então, os arquivos dessa maneira, reúnem peças de formatos semelhantes e materiais compatíveis. O iFHC possui um mobiliário de armazenamento que reúne os arquivos em estantes deslizantes, armários e mapotecas de aço. As caixas que guardam os papéis são de poliondas, entretanto, alguns outros documentos textuais e iconográficos estão acondicionados em pastas suspensas.

O ambiente dos dois subsolos, no qual estão à maior parte da reserva técnica do iFHC, tem uma parte ventilada e outra climatizada, sendo que nessa parte climatizada encontram-se os documentos mais sensíveis. Há utilização de desumidificadores em funcionamento intermitente, mantidos nas áreas ventiladas, a fim de garantir maior estabilidade da umidade do ar. As condições ambientais são monitoradas por sensores cujos dados são colhidos por *software*.

O iFHC tem um espaço dedicado a abrigar arquivos e/ou coleções reunidas por pessoas que participaram, ativa e efetivamente, do governo Fernando Henrique Cardoso, no intuito de enriquecer, preservar e difundir a memória desse período. O iFHC aceita doações, a partir dessa prerrogativa acima exposta, de documentação que esteja em forma física ou virtual.

A partir dessa iniciativa, resultou o Portal do Projeto Memória das Telecomunicações, que abriga hoje, documentos do Arquivo Sérgio Motta, Ministro das Comunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso do período de janeiro de 1995 até seu falecimento, em abril de 1998. Além disso, o iFHC custodia também o Arquivo Joaquim Ignácio Batista Cardoso e o Arquivo Leônidas Cardoso.

Diante disso, é possível compreender que ao dar acesso a essa documentação, o iFHC disponibiliza informações sobre o processo de privatização do sistema Telebrás e a modernização das telecomunicações no Brasil de modo geral.

É importante ressaltar, que toda essa descrição feita do acervo do iFHC com suas características e peculiaridades, foram extraídas a partir de uma análise exploratória do *Website* do iFHC, (www.ifhc.org.br).

4.3.2 Os documentos fotográficos no Arquivo e seu tratamento diplomático

Neste momento, verifica-se a necessidade de uma discussão de maior profundidade a respeito dos documentos fotográficos custodiados em arquivos no

que diz respeito o tratamento técnico, a organização, bem como o acesso, em especial, dos documentos fotográficos que compõe o acervo do iFHC.

Então, a partir disso, este item se ocupará das questões que envolvem os documentos fotográficos e arquivística, bem como o tratamento diplomático aplicado a esses documentos.

É fato que a primeira fotografia reconhecida trata-se de uma imagem produzida em 1826 pelo francês Joseph Nicéphore Niépce. Para produção desta imagem foi necessário uma câmera e, aproximadamente, oito horas de exposição à luz solar. A este processo de produção da primeira fotografia, Niépce chamou de “heliografia”, pois ocorreu uma gravura a partir do uso da luz do Sol. Em paralelo a esta produção, Louis Jacques Mandé Daguerre, através do uso de uma câmera escura produzia efeitos visuais.

Após vários contatos por correspondências, Daguerre e Niépce, firmaram uma parceria no ano de 1829 e após a morte de Niépce, Daguerre desenvolveu um processo denominado de daguerreotipia cujo resultado seria o daguerreótipo. Este processo foi desenvolvido no ano de 1839. Por conta da expressiva popularização dos daguerreótipos, na época surgem especulações de que seria então, o fim da pintura.

A fotografia popularizou-se como produto de consumo somente a partir do ano de 1888 e sua inserção nos arquivos ocorreu somente após sua popularização.

A presença de fotografias em arquivos é mais recorrente naqueles cujo acervo foi acumulado por pessoas físicas, isto é, arquivos pessoais e privados, mas as fotografias estão também presentes nos arquivos empresariais e públicos. Ressalta-se que em torno da fotografia há uma discussão a respeito da existência ou não do seu caráter documental. Tal discussão caracteriza-se por ser uma indagação atual cujo entendimento varia de acordo com o cenário que se encontra custodiada.

Para Lacerda, tal discussão é consequência de duas visões,

de um lado, a crença que as imagens são fundamentalmente obras artísticas ou criações pessoais, e que devem ser tratadas uma a uma, como peças de uma coleção; de outro, o caráter de registro objetivo, socialmente atribuído à imagem obtida pelo dispositivo fotográfico devido à capacidade que tem de registrar, com alto grau de semelhança, a aparência das coisas e, sobretudo, de estar conectado a esse referente pela natureza indicial desse tipo de signo visual. (LACERDA, 2009, p.118).

O entendimento de fotografia como documento e, até mesmo, como documento de arquivo não é consenso na área da Arquivologia. Heredia Herrera (1993) enfatiza as inúmeras dificuldades existentes para a concretização da equiparação dos documentos fotográficos com os demais documentos considerados documentos de arquivo. Tais dificuldades dizem respeito à composição do cenário de produção, circulação e uso dos registros fotográficos. No entendimento da autora, “as fotografias estariam sempre sujeitas à vontade de alguém” para sua criação, e, portanto, “formariam, com muito mais frequência, coleções”. (HERRERA, 1993, p.10).

No livro, *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*, de André Rouillé (2009), é possível identificar como cada tempo, ao longo dos anos, compreendeu a fotografia (da captura à ampliação) desde sua criação.

Rouillé (2009) discute a respeito do ser ou não a fotografia, um documento. O autor argumenta que o *status* de documento foi adquirido devido a uma crença na imagem como prova, como impressão direta, verdadeira e verídica do real, isto é, crença de que o recorte que a captura faz do instante da realidade no processo de fotografar é, de fato, a imagem verossímil da realidade.

No entanto, Rouillé (2009), argumenta que o *status* de documento da fotografia foi sendo questionado, pois entre real e imagem sempre se interpõe uma série infinita de outras imagens, invisíveis, mas operantes, que se constituem de forma visual.

Dado exposto é possível compreender o quanto nebuloso e complicado é afirmar ser a fotografia um documento.

Na concepção de Lacerda (2008), as fotografias só constituíram-se como documentos típicos de arquivo, ao integrarem documentos como relatórios e dossiês, pois as fotografias nunca compartilharam uma configuração atrelada a uma função documental.

Tradicionalmente as fotografias presentes nos acervos das instituições arquivísticas, públicas e/ou privadas, são submetidas a tratamentos que objetivam apenas sua identificação para posterior classificação e descrição não levando em consideração o contexto de produção.

Tal tratamento deve-se ao fato, de que desde os manuais teóricos e trabalhos científicos a respeito da Arquivística à prática realizada nessas instituições, enfocam,

único e especialmente, os chamados documentos tradicionais ou convencionais de arquivo. Isto é, os documentos do gênero textual, preferencialmente de natureza administrativa cuja produção foi baseada em procedimentos controlados e padronizados, para que possam exercer e responder, efetivamente, as prerrogativas jurídicas e legais.

Outro motivo que justifica tal tratamento concerne no fato de que tanto as fotografias como os filmes, por exemplo, caracterizam-se por serem registros produzidos e, conseqüentemente, acumulados, a partir da segunda metade do século XIX, ou seja, são documentos recentes nas instituições arquivísticas. Além disso, Lacerda afirma que as fotografias “não pertencem à categoria de documentos criados para representar ações com valor jurídico ou legal”, pois, “não apresentam em suas formas externas e internas traços que as classificariam de acordo com uma natureza oficial compartilhada”. (LACERDA, 2008, p. 77).

Na maioria das instituições arquivísticas, é possível verificar que as fotografias, geralmente, são organizadas e arquivadas sob uma lógica técnica específica e exclusiva, fundamentada nos critérios, principalmente, de conservação e preservação do seu suporte material. Dessa forma, tal organização é responsável pela descontextualização e isolamento das fotografias em relação ao restante dos documentos custodiados de mesma proveniência, além de impossibilitar qualquer conexão clara com a entidade que as produziram.

Tal abordagem é vista por teóricos da Arquivística como uma compensação metodológica, visando minimizar a falta de elaboração e execução de métodos adequados para a organização desses documentos. Em consonância, Lacerda (2008, p. 80) afirma que “tratar fotografias em arquivos, em muitos casos significa sistematizar conhecimentos metodológicos relativos à conservação, restauração e preservação”.

Nas instituições arquivísticas que são empregados este tratamento, é possível identificar que a organização das fotografias ocorreu de forma equivocada. Pois, a não integração – contextualização – de todos os documentos, independentemente do seu gênero ou suporte, influencia negativamente no acesso a esses documentos, podendo até mesmo, torná-lo inviável.

Diante disso, Lopez afirma que

somente com respeito à proveniência é que toda a dimensão comunicativa da mensagem da fotografia pode ser exercida, pois não

basta disponibilizar as fotografias para o pesquisador se estas não estiverem claramente ligadas ao seu vínculo institucional. A recuperação do contexto de produção – de documentos imagéticos ou não – trata-se de uma tarefa indispensável da organização arquivística. (LOPEZ, 2007, p. 1).

Retomando o dicionário de terminologia arquivística, tem-se que o princípio da proveniência é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 127).

A partir do contexto apresentado, a respeito dos equívocos realizados, no que concerne o tratamento dado as fotografias, é possível vislumbrar que uma aproximação com a Diplomática possibilita reflexão a cerca da natureza arquivística das fotografias no que concernem sua autenticidade⁹ e veracidade¹⁰ mesmo estes sendo menos evidentes. Para tanto, faz-se necessário que o contexto de produção e sua proveniência sejam clara e efetivamente respeitados, pois como afirma Lopez, “o que definirá o documento fotográfico de arquivo será a relação orgânica com o produtor”. (LOPEZ, 2007, p. 7).

Em consonância, Lacerda afirma que “a abordagem contextual dos arquivos é uma boa conduta a ser adotada na organização de qualquer acervo”, pois tal abordagem “objetiva ultrapassar a força dos conteúdos dos documentos e mover-se em direção às razões e circunstâncias de sua existência e os sentidos de sua produção”. (LACERDA, 2009, p.124).

Nesse sentido, entende-se que uma aproximação entre a fotografia e a Diplomática com todo seu arcabouço teórico metodológico proporcionará, o entendimento e reconhecimento das características de natureza arquivística da fotografia, além de poder contribuir para a desmistificação de ser necessário que este documento seja tratado no arquivo apenas visando sua conservação e preservação de suporte.

⁹ De acordo com Luciana Duranti, autenticidade está vinculada ao *continuum* da criação, manutenção e custódia. Os documentos são autênticos porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantias para futuras ações ou para informação, e são definitivamente separados para preservação, tacitamente julgados dignos de serem conservados por seu criador ou legítimo sucessor como testemunhos escritos de suas atividades no passado. (DURANTI, 1994, p. 51).

¹⁰ De acordo com Luciana Duranti (1994, p. 50), “a veracidade de um documento depende das circunstâncias de sua criação e preservação”.

4.3.3 A Diplomática aplicada a documentos fotográficos

A Diplomática, enquanto disciplina, surgiu no século XVII com o objetivo de analisar criticamente e verificar a autenticidade de documentos procedidos por autoridades soberanas e, também, os títulos da Igreja, através da aplicação de suas regras pré-estabelecidas e, até o século XIX, o objeto de estudo da Diplomática voltava-se apenas para os documentos de natureza jurídica, isto é, documentos que comprovassem as relações estabelecidas entre Estado e os cidadãos.

A partir do século XIX, com a introdução dos estudos a respeito da Diplomática nas Escolas europeias ocorreu uma ampliação do objetivo dessa disciplina, isto é, os documentos seriam analisados para comprovar a autenticidade e, também, o contexto de produção, as funções desempenhadas, as competências e atividades do órgão produtor.

A partir do século XX, verifica-se um aumento expressivo na velocidade e na quantidade de documentos produzidos e, no século XXI, tem-se que qualquer documento produzido para todo e qualquer fim pode ser analisado pelas regras teóricas metodológicas estabelecidas pela Diplomática. Pois, como afirma Rodríguez atualmente a Diplomática

vem sendo reconhecida por diversos autores como instrumento útil à análise de documentos modernos e contemporâneos, na medida em que o emprego de seus conceitos e técnicas de análise permite o reconhecimento de padrões e fórmulas jurídicas adotadas no registro do ato. (RODRÍGUEZ, 2011, p. 66).

Para Bellotto (2002), a Diplomática tem sua teoria baseada nos estudos da estrutura formal dos documentos, evidenciando sua legitimidade e, assim, passando a ser aceito como documento original e oficial para a entidade a que pertencem. Rodríguez complementa afirmando que

a Diplomática se esforça em averiguar a autenticidade, a validade e a autoridade, da mesma forma que a plena compreensão do conteúdo, através da observação dos distintos elementos constitutivos do documento, sem que isso represente uma preocupação específica sobre o assunto tratado. (RODRÍGUEZ, 2011, p. 66).

Dado o exposto, o objetivo do enfoque à estrutura formal dos documentos, bem como a necessidade de assegurar e atestar sua autenticidade, é decorrente da necessidade de que o conteúdo documental seja, de fato, confiável para, por exemplo, auxiliar em pesquisas.

Ao longo dos séculos, a Diplomática vem se transformando e se reinventando com objetivo claro de se adequar as necessidades impostas no decorrer do tempo. Tal transformação decorre do complexo processo de produção dos documentos em virtude da burocracia e, também, pela necessidade de auxiliar o profissional arquivista a identificar o documento de arquivo na atual esfera contemporânea.

Atualmente destacam-se os estudos de Luciana Duranti na área da Diplomática como resposta às atuais necessidades em relação ao documento de arquivo.

Luciana Duranti¹¹ propõe ser possível a utilização dos mesmos critérios aplicados aos documentos medievais, cujo objetivo era de identificar a sua autenticidade, aos documentos contemporâneos, no que concernem sua criação, manutenção e preservação. Em virtude dessa proposta, temos então, a chamada Diplomática Contemporânea.

A Diplomática Contemporânea proposta por Luciana Duranti possibilita por meio da aplicação de seus fundamentos teóricos e metodológicos, a identificação de tipologias documentais.

A tipologia documental, de acordo com Bellotto, consiste na “ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”. (BELLOTTO, 2006, p. 52).

Desse modo, a tipologia documental diferencia-se da Diplomática, pois estuda os tipos de documento enquanto a Diplomática volta-se para a espécie documental. Para Rodríguez (2011), a tipologia documental concentra-se na análise do documento orgânico e não do documento isolado. No entanto, a tipologia documental parte do uso da Diplomática clássica para realizar sua análise.

É importante salientar que o trabalho arquivístico depende diretamente da escolha de abordagem a ser empregada na análise documental. Pois, como afirma Rodríguez

Enquanto que a diplomática tem por objeto a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, a tipologia documental ultrapassa esse limite agregando a seu objeto o estudo de componentes

¹¹ Luciana Duranti é professora na Universidade de British Columbia no Canadá e dedica-se ao estudo da teoria arquivística, diplomática contemporânea e gestão de documentos digitais e eletrônicos.

relativos ao conjunto orgânico, ou seja, se preocupa com a relação estabelecida entre os integrantes de uma mesma série documental, levando em conta o fato de esses documentos serem correspondentes à mesma atividade. (RODRÍGUEZ, 2011, p. 68).

Para Lacerda, a valorização da Diplomática, na área dos arquivos, como

quadro conceitual e metodológico voltado ao questionamento das formas documentais e de sua relação com a gênese documental no intuito de estabelecer sua autenticidade e valor, representa um grande avanço para a disciplina arquivística [...] em relação à natureza e ao caráter dos documentos de arquivo e sua relação com o contexto operacional no qual foram constituídos. (LACERDA, 2008, p. 79).

Pois, entende-se que embora a Diplomática esteja voltada para o estudo da natureza dos documentos de modo individual, “seus pressupostos podem ser expandidos numa situação serial, na qual o aporte arquivístico ajuda a dar contornos mais precisos”. (LACERDA, 2008, p. 79-80).

A partir do exposto, faz-se necessário salientar que o acondicionamento dos documentos iconográficos no IFHC, em especial, as fotografias, se faz separadamente dos documentos textuais apenas no que concerne seu arranjo físico por consideração à preservação e conservação de seus suportes, mas é possível verificar a referência que estes documentos iconográficos possuem e fazem com os demais documentos do acervo. Essa referência permite a contextualização dos documentos, a manutenção da organização empregada, além do respeito à proveniência e a funcionalidade dos documentos.

4.3.4 A fotografia no IFHC

É fato que nas últimas décadas ocorreram expansivas transformações nos conceitos bem como na utilização da diplomática e, em consequência disso, para Rodríguez (2011), a diplomática, atualmente, vem sendo empregada em larga medida na análise de documentação arquivística, com o objetivo claro de recuperação do contexto funcional da produção documental.

Corroborando com tal concepção, Rodrigues afirma que na área da Arquivística, “a Diplomática tem sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea”. (RODRIGUES, 2008, p. 153).

A respeito do contexto funcional dos documentos, Lacerda (2009) considera sua aplicação um desafio metodológico, principalmente, no que concernem as características dos documentos fotográficos quanto sua “função original” de produção, pois os documentos fotográficos não são autoexplicativos e, em sua maioria, não foram produzidos em base de procedimentos controlados.

A necessidade de compreensão do contexto documental está diretamente relacionada com a importância e necessidade, cada vez mais expressiva e desafiadora, de acesso à informação.

Em virtude disso, é possível vislumbrar ser o acesso à informação a problemática contemporânea da Arquivística e o impulso gerador da ruptura paradigmática em desenvolvimento na atualidade, isto é, a transferência do paradigma custodial para o “pós-custodial”, caracterizando assim, a ampliação para além da custódia, ou seja, o acesso.

A concepção de que os documentos fotográficos possuem características de natureza arquivística se opõe, necessariamente, ao enfoque tradicional dado a esses documentos.

De acordo com Lacerda (2008), a visão tradicional em relação aos documentos fotográficos, os considera desprovidos de qualquer caráter contextual de produção, bem como de vínculos a ele associados, além de indicar que o tratamento aos documentos fotográficos seja de modo isolado partindo do seu conteúdo informativo factual.

Em virtude disso, ao propor uma aproximação da Diplomática aos estudos dos documentos fotográficos nos arquivos visando à compreensão de suas características de natureza arquivística, busca-se enfatizar o valor probatório da fotografia bem como sua autenticidade aliada ao seu contexto funcional, além de sua produção documental. Em consequência, Lacerda (2008), aponta que o valor informativo da fotografia baseada em seu conteúdo, passa a ser secundário além de que a correta contextualização de produção do documento fotográfico auxilia efetivamente na compreensão dos diferentes significados a que estão sujeitas as fontes fotográficas.

É importante salientar que o método empregado no tratamento técnico do acervo do iFHC, isto é, a organização do acervo, fundamenta-se no contexto, na

organicidade e funcionalidade. Destacando que a organização dos documentos iconográficos¹² no iFHC fundamentou-se também nestes critérios.

Como já exposto, a organicidade que nas palavras de Guaye é, portanto, “a relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente, sendo precisamente a base da noção de fundo de arquivo”. (GUAYE, 1984 apud. BELLOTTO, 2004, p. 152). O Dicionário de Terminologia Arquivística complementa esta definição conceituando organicidade como “a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004 apud. BELLOTTO, 2004, p.164-165).

A fundamentação na organicidade faz a ligação do documento com a instituição que lhe deu origem e, dessa forma, deve refletir as atividades desta. A utilização da funcionalidade na organização dos documentos, parte do pressuposto que deve garantir assim, que os documentos representem as circunstâncias, contexto as quais foram produzidos, bem como a função empregada neste documento, e, a partir disso, possam, dar subsídios para justificar sua acumulação e guarda por este Instituto.

É importante salientar que tanto a organicidade como também a funcionalidade estão diretamente relacionados ao princípio de respeito à ordem original que é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística como “princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garante sua organicidade”. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 128).

Diante disso, os documentos no IFHC são descritos individualmente e trazem consigo, necessariamente, o registro das circunstâncias que foram criados e/ou acumulados.

A figura a seguir, visa representar as possibilidades de pesquisas no acervo do iFHC.

¹² De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documentos iconográficos são imagens fixas, impressas, desenhadas e/ou fotografadas. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 68).

Figura 2 – Pesquisa no acervo iFHC online

Home | Documentos de apoio | Guia do acervo

Pesquisa avançada

Escolha um gênero

☐ TEXTUAL ☐ SONORO ☐ AUDIOVISUAL ☐ ICONOGRÁFICO ☐ TRIDIMENSIONAL ☐ TODOS

Escolha o(s) campo(s) de pesquisa

Data de / / a / /

Selecione o item de seu interesse nas listas predefinidas dos seguintes campos específicos:

- ▶ Descritores (nome, instituição e lugar)
- ▶ Tipo de evento/atividade
- ▶ Especificação do evento/atividade
- ▶ Local do evento/atividade
- ▶ Autor
- ▶ Tipo de documento
- ▶ Fundo
- ▶ Produtor/ instituição

PESQUISAR **LIMPAR CAMPOS**

Home > Arquivo

Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

É possível observar que o IFHC proporciona em seu *Website* estratégias de busca avançada e que os campos oferecidos a serem selecionados para pesquisa permitem identificar que sua organização contempla a organicidade e o contexto de produção de seus documentos custodiados. Além de que a existência desses campos constitui-se de modo a facilitar às buscas, tornando a pesquisa mais direcionada as necessidades do pesquisador.

A figura a seguir visa representar o resultado de pesquisa realizada no *Website* do iFHC com objetivo de acessar documentos iconográficos, principalmente, as fotografias.

Figura 3 – Resultado de pesquisa no acervo iFHC online

VOLTAR

Ficha nº 20850

Documento: álbum fotográfico, Pernambuco, 08/1998

Autor: Cristina Engel de Alvarez; Geraldo Gondim Juaçaba Filho; Kaiser Gonçalves; Lizandro B. Almeida

Produtor/Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo - Laboratório de Planejamento e Projetos

Evento/Atividade: inauguração

Especificação: Inauguração da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP)

Local: Pernambuco, 25/06/1998

Descritores: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM); Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP); Programa de Arquipélago São Pedro e São Paulo (Pro-Arquipélago)

Código: 08/0000097

Observação: Há 38 fotografias.

✓ **ICONOGRÁFICO**



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

Nesta imagem destacam-se os campos de identificação que fornecem informações com objetivo de descrição e, também, contextualização das imagens que foram apresentadas como resultado da pesquisa realizada no *Website* do iFHC. Estes campos são: tipo de documento; autor; produtor/instituição; evento/atividade; especificação; local; descritores; código e; observação. Ressalta-se que os campos de identificação variam de acordo com cada documento apresentado como resultado da pesquisa realizada no *Website* do iFHC.

É importante salientar que não se faz possível a total aplicação da Diplomática, isto é, da total aplicação dos conceitos teóricos e metodológicos da Diplomática aos documentos fotográficos. Embora, a Diplomática possa sim, oferecer alguns pontos para reflexão a respeito do documento fotográfico no que tange sua autenticidade documental. Pois,

a análise diplomática defende a necessidade de compreensão dos contextos complexos ou não a partir do documento, considerando as suas propriedades como corporificativas das decisões e das ações, bem como da presença de autores e participantes do processo, todos responsáveis pela criação documental. (LACERDA, 2008, p. 85).

Dado o exposto, conclui-se que o contexto arquivístico deve ser o ponto primordial para organização, descrição e acesso de fotografias em arquivos públicos e/ou privados.

4.3.5 Atividades culturais do iFHC

Neste item do presente capítulo, apresentar-se-á as atividades culturais desenvolvidas no iFHC. Atividades essas que são uma das formas encontradas pelo próprio iFHC de dar acesso a informação custodiada em seu acervo.

Iniciando pelas exposições realizadas no iFHC, é possível identificar quatro projetos em andamento. Sendo eles: a exposição da mostra aberta “Um Plano Real: a história da estabilização do Brasil” que foi inaugurada em 2010 e, que conta a história da construção do Plano Real; a exposição da mostra interna “FHCharges: irreverência e humor nos anos 1993 a 2002”, essa mostra foi montada em 2008 e reúne reproduções de charges políticas publicadas em meios de comunicação de massa como jornais e revistas do país, além claro, de obras originais; a exposição interna “Cartas ao Presidente”, montada em 2007 a 2010, essa exposição exibiu duas amostras da correspondência endereçada a FHC, sendo os exemplares, correspondências de chefes de Estado e cartas do público geral e; a exposição “Presentes”, como o próprio nome diz, são presentes recebidos por FHC durante os dois mandatos presidenciais que estão exibidos em vitrines, móveis e paredes.

Outra atividade cultural desenvolvida pelo iFHC são os programas educacionais e culturais que atendem hoje a dois públicos: alunos do Ensino Médio de escolas públicas e privadas visitam o iFHC e têm a oportunidade de discutir questões de sua escolha sobre o tema política com o próprio FHC. Nessa visita, os estudantes têm a oportunidade de conhecer partes do Acervo em exposição. O critério de seleção das escolas convidadas a participar desse programa é o desempenho delas no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). O objetivo desse programa, “Diálogos com um Presidente”, é oferecer a esses jovens estudantes a oportunidade de uma discussão com uma pessoa que teve diante de si a responsabilidade de enfrentar desafios diários de uma presidência da República e suas consequências. Dessa forma, este programa vai além do conhecimento escolar agregado dos grandes acontecimentos e fatos históricos, os jovens podem dessa

maneira, compreender melhor com se dão os processos políticos decisórios. Esse programa é realizado desde 2007.

No programa, “Jornadas de atualização profissional”, realizam-se cursos rápidos de atualização profissional, promovidos, tradicionalmente, pela Associação dos Arquivistas de São Paulo para profissionais da área de Arquivologia, Museologia e memória política. A realização desse programa se concentrou no ano de 2006.

O iFHC promove atividades culturais como seminários, onde são abordadas questões de interesses de arquivistas, cientistas sociais, historiadores e museólogos. O objetivo desses seminários é de disseminar o conhecimento e promover a troca de melhores práticas entres esses profissionais. Ocorreram seminários com essa característica nos anos de 2004, 2007 e 2009.

Entre as atividades culturais do iFHC estão as visitas técnicas, onde o Instituto se encontra aberto para visitas técnicas de profissionais da área Arquivística todas às quintas-feiras no período da tarde, no entanto, o horário deve ser previamente agendado pelo correio eletrônico disponibilizado pelo iFHC que é acervoprfhc@ifhc.org.br.

O iFHC promove atividades culturais como debates, onde são tratado temas atuais das agendas da democracia e do desenvolvimento em um contexto nacional e internacional. Esses debates contam com a presença de especialistas, políticos, empresários e ativistas nacionais e internacionais. O ambiente desses debates é de ampla liberdade de expressão e discussão. Os temas mais frequentes discutidos são: instituições e cultura política; desenvolvimento social; economia; meio ambiente; metrópoles; inovação e tecnologia; relações internacionais.

De modo que todos os debates realizados no Instituto são gravados e disponibilizados para o público no endereço eletrônico do iFHC em “debates realizados”. Esses debates acontecem desde o ano de fundação do Instituto, 2004, até os dias de hoje (2014).

O Instituto promove publicações que são resultantes de projetos e conferências realizados no próprio iFHC. Essas publicações normalmente são em parceria com outras instituições. Entre essas publicações estão, livros e *papers*, sob forma impressa e/ou eletrônica. É possível ainda, dividir essas publicações como publicações relativas à área de Arquivística e memória política e à democracia, desenvolvimento e políticas públicas. Essas publicações ocorreram de 2005 a 2010.

Cabe salientar que é possível ter acesso direto pelo endereço eletrônico do iFHC aos *papers*, e, quanto aos livros, é possível ter acesso ao texto por completo e, até mesmo, fazer seu download.

O iFHC é palco de atividades de estudo sobre temáticas como política, democracia, economia, governabilidade, conflitos entre sociedade civil e Estado, partidos políticos, religião, consumo, trabalho, entre outros. Todos esses estudos em âmbitos nacionais e internacionais, focando a América Latina. Tem-se como resultado de alguns desses estudos publicações de livros, ensaios, artigos entre outras produções de caráter científico. A realização desses estudos concentrou-se nos anos de 2007 a 2008.

4.3.6 O ambiente digital do iFHC

Neste item, apresentar-se-á, criticamente, o ambiente digital do iFHC, isto é, a configuração e as especificidades do *Website* do iFHC no que diz respeito as suas principais interfaces por meio das prerrogativas da Arquitetura da Informação, bem como a forma de acesso à informação custodiada no instituto e disponibilizada por meio dos recursos da *Internet*.

Verifica-se ser mais recorrente o uso de ambiente *Web* por instituições arquivísticas com objetivo apenas de divulgação, talvez devido a isso, não haja a preocupação em tornar o *Website* menos pesado e com mais fluidez no acesso das páginas, além do não interesse em proporcionar acessibilidade às pessoas com necessidades especiais e idosas.

Na figura a seguir, é possível observar a principal interface do ambiente digital do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Figura 4 – Interface do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC)



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

Os destaques das páginas estão localizados na parte central da interface principal (*home*) divididas em blocos informacionais de acordo com seu caráter de interesse.

O seu sistema de organização tem por objetivo ordenar as informações contidas no ambiente digital de forma coerente e lógica, para facilitar o seu acesso. Além disso, ressalta-se o fato de que esse sistema classifica e organiza a informação do *Website* de forma ambígua e subjetiva, isto é, as informações são organizadas por tópicos ou assuntos e direcionadas a um público específico.

O Website do iFHC possui também um esquema estrutural hierárquico, ou seja, do geral para o específico, mais conhecido como *top-down*. Observe na Figura 4.

Figura 5 – Esquema estruturais do Website iFHC – Hierárquicos

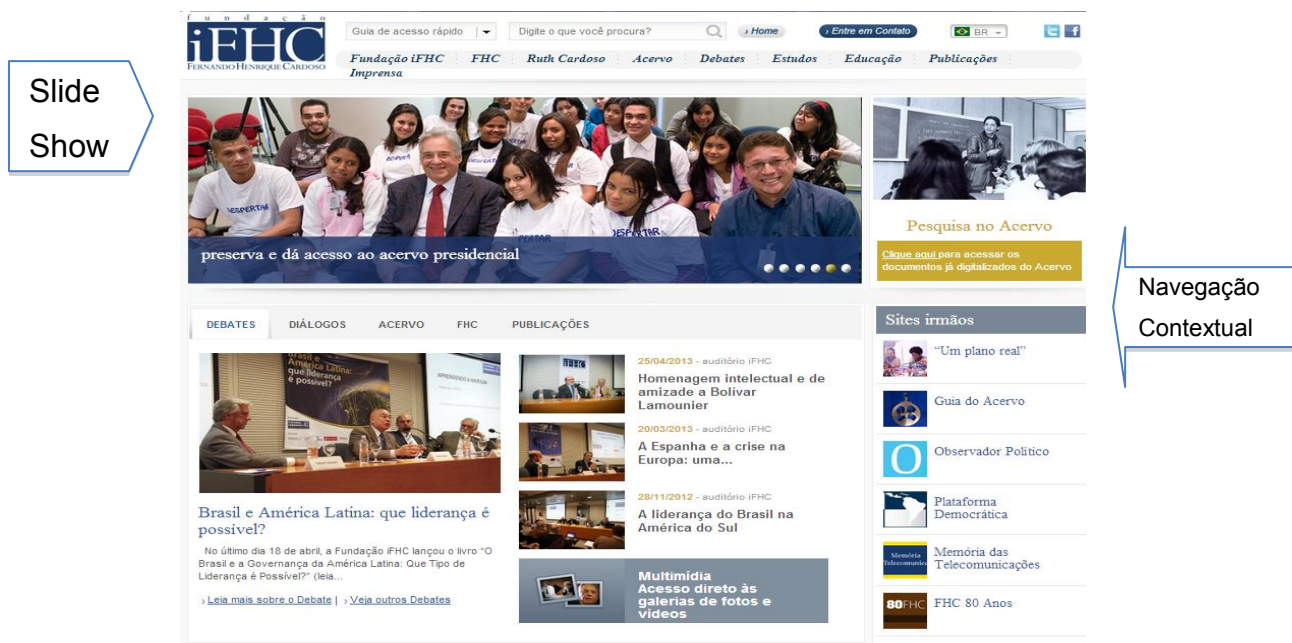


Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

O sistema de navegação é global, isto é, a barra de navegação se encontra no topo de todos os cabeçalhos das páginas do Website para orientar o usuário. Observe a Figura 4 e 5.

Para maiores detalhes quanto ao seu sistema de navegação, observe a Figura 4, cujo sistema de navegação nesse ambiente é o sistema de navegação contextual. Este elemento diz respeito aos relacionamentos entre páginas, com *links* específicos para uma página, documento ou objeto particular. Veja a Figura 4.

Figura 6 – Sistema de navegação contextual do website iFHC



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

É possível identificar que o *Website* do iFHC fica muito pesado com a apresentação do *slide show* de fotos na interface principal (Figura 6), dificultando a agilidade ao acesso, verifica-se, também, que o *Website* não disponibiliza uma estrutura de acessibilidade para usuários idosos e com necessidades especiais como, por exemplo, a opção de aumentar letra e o contraste de página ou sistema de som para ouvir a página.

A direita da Figura 6 encontra-se um exemplo de navegação contextual, que são *links* relacionados, incluídos na primeira página, onde ele orienta a utilizar também os chamados “*sites irmãos*” do próprio *Website* do iFHC. Identifica-se seis entre os sete sites considerados como, sites irmãos. Estes sites estão diretamente ligados ao próprio *Website* do iFHC devido ao conteúdo de cada um desses sites que estabelece direta e indiretamente relação contextual com o acervo custodiado no iFHC.

Os “*sites irmãos*” são: Global go to Think Tanks, Um Plano Real; Guia do Arquivo FHC; Guia do Arquivo Ruth Cardoso; Plataforma Democrática; Memória das Telecomunicações e; Journal of Democracy em Português.

O *Website* do iFHC pode ser apresentado em três idiomas: inglês, espanhol e português.

A navegação local tem por função complementar a navegação global, oferecendo opções de acesso, dependendo da escolha do usuário. Esta se encontra em um *menu* lateral localizado a sua esquerda e organizado hierarquicamente. Veja na Figura 7.

Figura 7 – Sistema de navegação local do Website iFHC



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

Observe na Figura 7 que a navegação local só ocorre no item “Apresentação”, que mostra todos os tópicos de apresentação do Website do iFHC. Quanto à navegação contextual, esta se encontra no lado direito da página principal (Figura 6) e no corpo do texto publicado, por meio de links que proveem o acesso a outros sites e/ou páginas relacionadas aos assuntos indicados. No sistema de rotulagem o modo de descrição dos documentos do iFHC, encontram-se descritos em três grandes sistemas de signos. Veja na Figura 8.

Figura 8 – Sistema de rotulagem do Website iFHC



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

O sistema de rotulagem diz respeito à forma de representação, e suas informações podem ser acessadas por meio de uma palavra (termo) ou ícone que auxiliam na identificação do conteúdo.

O sistema de rotulagem é textual e iconográfico. Observa-se que o sistema textual é predominante neste ambiente e o iconográfico encontrado, principalmente, para remeter a redes sociais (ver figura 8) como modo de interações do usuário.

O sistema de busca auxilia o usuário a acessar rapidamente a informação contida no *Website* por meio das ferramentas de pesquisa.

Como descrito anteriormente, o acesso ao acervo do iFHC se dá por três modos de pesquisa, que pode ser realizada pelo endereço eletrônico do Instituto, www.ifhc.org.br, por meio de busca com linguagem natural do usuário e fornece opções de refinamento por meio da divisão de tópicos relacionados aos assuntos, isto é, vocabulário técnico arquivístico, ou ainda, no próprio Portal do Acervo, onde os documentos são liberados para consulta, à medida que estiverem em formato

eletrônico. E, para pesquisas mais complexas, destinadas a especialistas, o iFHC fornece um endereço de *e-mail* para contato e a possibilidade de pesquisa *in locus* mediante agendamento prévio por ser uma instituição privada. Observe a figura 8.

Figura 9 – Sistema de busca no Website iFHC

The screenshot shows the iFHC website's search results page. At the top, there is a navigation bar with the iFHC logo, a search bar, and links to Home, Entre em Contato, and social media icons. Below the navigation bar, a horizontal menu lists various categories: Fundação iFHC, iFHC, Ruth Cardoso, Acervo, Debates, Estudos, Educação, and Publicações. The main content area is titled 'Busca' and shows the search results for 'arquivística'. It includes a search bar, a list of results under the heading 'Você buscou: arquivística', and a sidebar with 'Portal Acervo' and 'Debates' sections. The footer contains a newsletter sign-up form and a 'CADASTRAR' button.

Guia de acesso rápido Digite o que você procura? Home Entre em Contato BR

Fundação iFHC iFHC Ruth Cardoso Acervo Debates Estudos Educação Publicações

Resultado de busca

Você está em: Home > Busca por "arquivística"

Busca

Buscar

Você buscou: arquivística

Livros
Arquivos para quê?
DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2010. 196p. ISBN: 978-85-99588-33-8. Sinopse Arquivos para quê? dá prosseguimento à...

Livros
Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais
CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso...

Livros
Documentos privados de interesse público: o acesso em questão
SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS, 2004, São Paulo. Documentos privados de interesse público: o acesso em questão. . São Paulo: Instituto...

Seminários
Arquivos pessoais de titulares de cargos públicos: curadoria e tratamento técnico
O seminário reuniu especialistas na área de arquivística, que discutiram diferentes abordagens quanto aos tratamentos necessários para a manutenção de um acervo privado de interesse público, como...

Portal Acervo
Clique aqui para acessar os documentos já digitalizados do Acervo

Debates
18.abr.2013
- auditório da Fundação iFHC
Brasil e América Latina: que liderança é possível?
Leia mais sobre o Debate
Veja outros Debates

Newsletter Nome E-mail CADASTRAR

©iFHC 2013 - Todos os direitos reservados. Termo de responsabilidade

Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

É possível observar na figura 9 como resultado de um pesquisa que o *Website* disponibiliza um acervo variado composto de livros e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos realizados, muitas vezes, no próprio iFHC e sua distribuição do acervo se dá em documentos: textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros. (Veja figuras 10 e 11).

Figura 10 – Sistema de busca avançada do Website do iFHC

Home | Documentos de apoio | Guia do acervo

Pesquisa avançada

Escolha um gênero
☐ TEXTUAL ☐ SONORO ☐ AUDIOVISUAL ☐ ICONOGRÁFICO ☐ TRIDIMENSIONAL ☐ TODOS

Escolha o(s) campo(s) de pesquisa
Data de / / a / /

Selecione o item de seu interesse nas listas predefinidas dos seguintes campos específicos:

- ▶ Descritores (nome, instituição e lugar)
- ▶ Tipo de evento/atividade
- ▶ Especificação do evento/atividade
- ▶ Local do evento/atividade
- ▶ Autor
- ▶ Tipo de documento
- ▶ Fundo
- ▶ Produtor/ instituição

PESQUISAR **LIMPAR CAMPOS**

Home > Arquivo

Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

Na Figura 10, observa-se que o *Website* apresenta estratégias avançadas de busca, seja em ordem alfabética, de gênero ou cronológica. E assim, facilita a interoperabilidade para o usuário, principalmente, se este não estiver ambientado ao *Website*.

Na Figura 11, é possível analisar o resultado da pesquisa avançada. Nessa figura 10, destacam-se os campos de identificação que fornecem informações com objetivo de descrição e, também, de contextualização dos documentos fotográficos ou textuais ou sonoros ou audiovisuais que são apresentados como resultado da pesquisa realizada no *Website* do iFHC. Estes campos são: tipo de documento; autor; produtor/instituição; evento/atividade; especificação; local; descritores; código e; observação. Ressalta-se que os campos de identificação variam de acordo com cada documento apresentado como resultado da pesquisa realizada no *Website* do IFHC.

Figura 11 – Resultado de pesquisa avançada no Website iFHC

Home | Documentos de apoio | Guia do acervo

Primeira | Anterior | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | Próxima | Última

VOLTAR

Foram encontrados 6404 resultados

Ordenação: Alfabetica por tipo de documento + Cronológica (padrão)

Registros por página: 16

Documento: álbum fotográfico, São José dos Campos (SP), 18/08/1995
Evento/Atividade: inauguração
Especificação: Apresentação oficial da aeronave Emb - 145
Local: São José dos Campos (SP), 18/08/1995
Descritores: Aeronave Emb - 145; Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf (São José dos Campos - SP/PSDB); Juarez de Siqueira Brito Wanderley (presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer); Lila Covas (primeira-dama - SP); Mario Covas (governador - SP/PSDB); Valter Pely Moreira (chefe do Cerimonial da Presidência da República)
Código: 08/0000087
Observação:

✓ **ICONOGRÁFICO**

Documento: álbum fotográfico, Alemanha, 18/09/1995 a 21/09/1995
Evento/Atividade: aniversário; congresso; visita a monumento; revista às tropas
Especificação: Aniversário (65 anos) de Ruth Cardoso (primeira-dama do Brasil); Colóquio de brasilianistas alemães; Deposição de flores por Fernando Henrique Cardoso no túmulo do soldado desconhecido
Local: Berlim (Alemanha); Bonn (Alemanha); Bruxelas (Bélgica); Colônia (Alemanha); Frankfurt (Alemanha); Hannover (Alemanha), 18/09/1995 a 21/09/1995
Descritores: Barbel Dieckmann (prefeita de Bonn); Carl-Dieter Spranger (ministro da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha); Castelo de Biebrich (Frankfurt); Castelo de Charlottenburg (Berlim); Catedral de Colônia; Cemitério de Nordfriedhof (Bonn); Centro de Estudos Brasileiros em Berlim; Christiane Herzog (primeira-dama da Alemanha); Eberhard Diepgen (prefeito de Berlim - Alemanha); Fábrica da Volkswagen em Hannover; Gelson Fonseca Júnior (embaixador, assessor especial da Presidência da República do Brasil); Hans Eichel (ministro-presidente do Estado de Hessen); Hans Matthofer (ministro das Finanças da Alemanha); Helmut Kohl (chanceler da Alemanha); Instituto Ibero-Americano (Berlim); Jens Neumann (membro do conselho de direção mundial da Volkswagen); Joseph Fischer (presidente do Partido Verde - Alemanha); Luiz Felipe Lampreia (ministro das Relações Exteriores); Parlamento da Alemanha - Bundestag; Portão de Brandemburgo; Prefeitura de Bonn (Alemanha); Rita Sussmuth (presidente do Parlamento da Alemanha); Roman Herzog (presidente da Alemanha); Ruth Cardoso (primeira-dama do Brasil); Sérgio Rouanet (cônsul-geral do Brasil em Berlim); Universidade Livre de Berlim - Faculdade de Ciência Política; Villa Hammerschmidt (Bonn); Wolfgang Gerhardt (presidente do Partido Liberal - Alemanha)
Código: 08/0000034
Observação: O álbum foi presente do governo da Alemanha.

✓ **ICONOGRÁFICO**

Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

Como exposto anteriormente, é válido ressaltar, mais uma vez, que o iFHC na organização do acervo estabeleceu unidades de arquivamento sendo que cada unidade têm um código numérico de identificação correspondente, permitindo dessa forma, a localização dos documentos nos depósitos e mobiliários do Instituto. A configuração lógica na organização permite a consulta a partir de critérios universais de acesso e classifica os documentos de modo a preservar sua organicidade e funcionalidade. (Veja figura 11).

O guia do “Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso” é dividido em três períodos: pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial. Veja a figura 12.

Figura 12 – Divisão do acervo do Arquivo Presidente Fernando Henrique Cardoso (iFHC)



Disponível em: <http://www.ifhc.org.br> Acesso em: 20 de julho 2015

O acondicionamento físico dos documentos iconográficos¹³ no iFHC, em especial, as fotografias, se faz separadamente dos documentos textuais apenas no que concerne seu arranjo físico por consideração à preservação e conservação de seus suportes, mas é possível identificar e verificar, por exemplo, o estabelecimento de relação entre os documentos ao fazer pesquisa avançada no guia do acervo no ambiente digital do instituto (Figura 11).

4.3.7 iFHC na perspectiva pós-custodial

A metodologia empregada no acervo do iFHC, de fato, encontra-se centrada nas diretrizes que compõe o paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista iniciado no final do século XVIII criticado pelo paradigma emergente pós-custodial.

Esta constatação se dá após análise tanto do portal eletrônico do iFHC como também da obra ‘Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais’, publicada por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, responsáveis por toda a organização arquivística empregada no acervo custodiado no iFHC.

A partir dessa análise em paralelo com a pesquisa a respeito do paradigma emergente pós-custodial na teoria Arquivística, verifica-se que a “era da Informação” tornou possível e inevitável à emergência de um novo paradigma ajustado a uma epistemologia da complexidade, no qual se inscreve a concepção transdisciplinar da Ciência da Informação que entende a Arquivística como disciplina aplicada de seu campo cuja ênfase é no estudo dos arquivos como sistemas de informação. (SILVA, 2008).

Como exposto anteriormente neste trabalho, o paradigma emergente defende uma Ciência da Informação constituída pela dinâmica transdisciplinar que entrelaça o legado teórico-prático de várias disciplinas práticas e profissionais como a faz a própria Arquivística e Ciência da Informação.

A partir disso, Silva (2008) pontua que esta Ciência da Informação abrangente e emergente e, conseqüentemente, sua disciplina aplicada, a Arquivística, trata-se de uma

¹³De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, documentos iconográficos são imagens fixas, impressas, desenhadas e/ou fotografadas. (ARQUIVO NACIONAL, 2004, p. 68).

ciência social aplicada e carece não apenas de técnicas metodológicas e de procedimentos técnicos específicos como normas de classificação, de indexação e de descrição documental, mas de um Método afinado com os requisitos e exigências da denominada investigação qualitativa, inerente ao campo complexo das Ciências Sociais. Daí a proposta do método quadripolar com seus quatro pólos (epistemológico, teórico, técnico e morfológico) e a adoção de teorias gerais, como a sistêmica, conjugada de raiz com o pensamento complexo. (SILVA, 2008, p. 64).

Nesta perspectiva, é importante destacar a abordagem contextual empregada na metodologia de organização do acervo do instituto Fernando Henrique Cardoso. Pois, como afirma Silva (2008) é, sem dúvida, um contributo importante pelo esforço de teorização feito com o objetivo de delimitar bem duas diferenças essenciais: a 'singularidade do documento de arquivo', bem como a 'total diferenciação de perspectivas e procedimentos entre o arquivista e o historiador'.

Neste momento, faz-se necessário retomar a característica do acervo custodiado pelo iFHC de ser um acervo pessoal/privado de interesse e caráter público que possui, por determinação legislativa, prerrogativas que possibilitam sua recolha pelo seu produtor, Fernando Henrique Cardoso, mas que também determinam o seu dever de proporcionar o acesso.

É importante destacar que mesmo a metodologia empregada na organização do acervo do iFHC basear-se nas diretrizes próprias do paradigma custodial, os artefatos ou objetos tridimensionais não foram excluídos da organização contextual nem marginalizados no tratamento arquivístico empregado em todo o acervo custodiado, como exposto anteriormente neste capítulo do trabalho.

Em continuidade, verificou-se que a metodologia empregada na organização do acervo do iFHC não priorizou, de maneira teórica, diferenciar detalhadamente documento de arquivo e documento bibliográfico. No entanto, é possível, a partir de uma análise da base de dados descrita na obra 'Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais', identificar que a solução encontrada por Camargo e Goulart para a base de dados da documentação da Biblioteca do iFHC, possui como primeiro campo o Fundo.

Diante disso, constata-se que embora respeite as especificidades normativas de cada área, a abordagem contextual prevalece também na organização do acervo biblioteconômico.

Neste contexto, Silva comenta que faz sentido que assim seja, pois

uma abordagem contextual tem de dar uma extensa supremacia ao contexto, só que para tanto, e do ponto de vista teórico, é elementar uma definição operatória de contexto, que não surge claramente assumida, mas esquematicamente explicado em um quadro logo no início do item Alimentação da base de dados (capítulo Procedimentos): Contexto (circunstâncias de origem) // evento: tipo; especificação; local; data/período; e descritores. (SILVA, 2008, p. 65).

Diante disso, ressalta-se ainda que

pelo quadro em pauta contexto aparece num nível diferente do da identificação do Arquivo (com os seus seis pontos diferentes: Arquivo/documentação textual; Arquivo/documentação audiovisual; Arquivo/documentação sonora; Arquivo/documentação iconográfica; Arquivo/documentação tridimensional), onde aparece, em primeiro lugar, o Fundo seguido de Documento e mais dez campos descritivos. (SILVA, 2008, p. 65-66).

Em continuidade com a análise, cabe salientar que, a partir do modo como está o ordenamento estrutural na base de dados e, respectivamente, nos resultados de busca, o contexto não caracteriza-se como fundo em nenhum momento na organização arquivística empregada ao acervo do iFHC.

No entanto, identificou-se que há uma proximidade ao mesmo passo que há uma diferença semântica entre esses dois conceitos teorizados pelas autoras Camargo e Goulart na obra “Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais”.

Neste contexto, Silva afirma que

A abordagem contextual das autoras não exclui, antes convoca como pressuposto essencial da Arquivística, a lógica organizacional, bem como a estrutura com os seus órgãos, serviços e respectivas competências, funções, actividades e tarefas, elementos que habitualmente cabem na definição “oficial” de Fundo, dada repetidamente na parte dos Procedimentos. (SILVA, 2008, p. 66).

Pois, como afirmam Camargo; Goulart, no que concerne a definição oficial de fundo, tem-se que se trata da “entidade ou pessoa responsável pela acumulação de documentos ao longo das funções e actividades que exerceu ou exerce”. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 89).

Diante disso, cabe destacar que para Camargo; Goulart consideram que o contexto documental como uma “individualidade que se pretende recuperar a partir do contexto em que foram recuperados, a partir da identificação formal do

documento e o registro das circunstâncias que justificam a sua presença no arquivo”. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 59).

Nesta perspectiva, compreende-se que o contexto e a circunstância e um determinado tempo, ou seja, data/cronologia são os determinantes para modular, no âmbito conceitual, o próprio contexto. É possível identificar tal compreensão ao analisar as tabelas dos campos da base de dados, no que diz respeito a Biblioteca do iFHC, pois nessas tabelas, as autoras não omitem, em nenhum momento, o campo de ‘contexto’, pois consideram que o documento de biblioteca possui, também, um contexto.

A respeito da organicidade, conceito enfatizado pelo paradigma, emergente, pós-custodial na teoria Arquivística, aplicada a organização do acervo custodiado pelo iFHC, Camargo; Goulart enfatizam que “os documentos devem ser classificados de modo a preservar sua organicidade (isto é, sua capacidade de refletir funções e atividades da pessoa que lhes deu origem)”. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 59).

Camargo; Goulart (2007) descartam a possibilidade de os documentos custodiados pelo iFHC serem metodologicamente organizados a partir de critérios biblioteconômicos, pois consideram que se fosse assim, a organização geraria unidades autônomas e não levaria em conta o contexto de sua produção.

Por esse motivo, é possível identificar que Camargo; Goulart (2007) ressaltam, mais uma vez, o caráter arquivístico do acervo custodiado no iFHC.

Camargo; Goulart (2007) ressaltam e concordam com Angelika Menne-Haritz que definiu a Arquivística como a “ciência dos contextos e relações”. Silva (2008), embora concorde com a definição de Angelika Menne-Haritz, destaca que a Arquivística será essa ciência,

se transpuser as suas limitações práticas e descritivas. Se invadir e derramar-se nos campos biblioteconômico, documentalista e até museológico[...]. Se transpuser o palpável – o documento ou artefacto - e centrar-se no simbólico ou mentefacto – as ideias e emoções representadas através de códigos (palavra escrita, palavra falada, numérico e algébrico, imagético, geométrico ou figurativo, cromático, gestual, “braille”, etc.). **Antes da relação entre documentos, há uma relação prévia e básica estabelecida através da acção humana entre o conteúdo e o suporte.** E há relações entre conteúdos que são idênticos, mas registados em suportes diferentes[...]. (SILVA, 2008, p. 67).

Destaca-se nessa afirmação de Silva (2008) a “relação prévia e básica estabelecida através da acção humana entre o conteúdo e o suporte” por

harmonizar-se com o princípio da acção estruturante que compõe o conjunto de princípios fundamentais para o contexto do paradigma pós-custodial na Arquivística.

Camargo; Goulart (2007) e Silva (2008) concordam na definição de que documento é informação num suporte. No entanto, diferentemente de Silva que considera a informação o seu objeto de estudo – característica fundamental do paradigma pós-custodial, Camargo; Goulart (2007) entendem como objecto de estudo o “documento de arquivo” que remete sempre para um contexto e, também, possui valor probatório, característica do paradigma custodial, historicista, paternalista e técnico.

A partir do estudo do método quadripolar, apresentado no final do capítulo dois deste trabalho, é possível caracterizar a descrição, também utilizada no acervo do iFHC, como resultado do polo morfológico, bem como dirigido e guiado pelo polo epistemológico e, também, pela interação entre os polos teóricos e técnicos.

Nesta perspectiva, verificou-se que a descrição no iFHC também pauta-se no contexto e circunstância, pois Camargo; Goulart (2007) consideram que há

a absoluta necessidade de manter o vínculo orgânico entre os objetos e as ações que por eles se expressam, já que seus únicos atributos intrínsecos são “propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza, etc., etc. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 57-58).

Neste momento, faz-se necessário destacar que o acervo custodiado no iFHC está metodologicamente distinguido por sua estrutura funcional e, não, pela sua estrutura orgânica, resultando assim, na divisão, já apresentada anteriormente neste capítulo, de acordo com o período político vivido pelo seu produtor, isto é, período pré-presidencial, período presidencial e período pós-presidencial.

Dessa maneira, é possível destacar que o critério político guiou a metodologia empregada para a organização do acervo custodiado pelo iFHC e, portanto, cabe determinar que os documentos custodiados no acervo do instituto são, na verdade, organizados a partir da sua estrutura funcional política, embora leve-se em consideração o contexto e a circunstância de produção.

Faz-se necessário ressaltar que a estrutura funcional política também se aplicou a metodologia de organização utilizada para o acervo do Arquivo de Ruth Cardoso que também é custodiado pelo iFHC.

A partir disso, se faz necessário ainda salientar que o destaque dado aos documentos fotográficos do iFHC, bem como a sua organização e recuperação para o acesso por meio WEB, deve-se ao fato de serem documentos que causam conflitos teórico-metodológicos na literatura arquivística, no que concerne a sua forma de organização e, conseqüentemente, descrição para recuperação e acesso. Tais conflitos gerados pelos documentos fotográficos são também comuns aos artefatos ou objetos tridimensionais já descritos.

Além disso, utilizou-se da busca, em meio WEB no portal eletrônico do instituto, por documentos fotográficos para exemplificar o modo de descrição, isto é, os campos utilizados na base de dados do iFHC para descrever e, conseqüentemente, recuperar para dar acesso, aos documentos fotográficos do instituto por entender que são campos descritivos comuns aos outros documentos, independentemente, do seu suporte.

Neste contexto, cabe salientar que a análise do portal eletrônico do iFHC, fez-se necessário, pois, o paradigma pós-custodial propõe se apropriar dos usos e serviços oferecidos por redes e sistemas para gestão da informação, bem como para possibilitar o acesso à informação, sendo este, um dos pontos que diferem o paradigma pós-custodial para o custodial, historicista, paternalista e técnico, a ênfase na super valorização da informação e no seu acesso.

Além claro, da ressalva que as autoras fazem ao privilegiar e destacar o contexto e a circunstância de produção dos documentos para sua organização. Em continuidade, faz-se necessário ainda, salientar que o acervo custodiado no iFHC caracteriza-se como pessoal/privado com fronteiras que “demarcam diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo” produtor.

Além disso, é importante ressaltar a quase inexistência de modelos descritivos, na literatura arquivística, que deem conta de arquivos pessoais/privados e os tratem, metodologicamente, a partir de uma perspectiva que enfatize a estrutura orgânica, bem como funcional de seus documentos como propõe o paradigma pós-custodial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Ciência da Informação, atualmente, evidencia-se a maciça concentração de estudos a respeito do acesso à informação, bem como na Arquivística contemporânea. Tal concentração é consequência da crescente demanda deflagrada a partir dos anos 1950, em virtude da intensa e acelerada produção de informação registrada e, a partir dos anos 1990 e início do século XXI, observa-se o aumento expressivo da utilização da *Internet* e dos recursos tecnológicos para esses fins.

A *Internet* possibilita o acesso, a recuperação e a disponibilização de dados e informações no ambiente digital, onde existe a possibilidade de inserir e usufruir de diversos conteúdos como, textos, imagens, gráficos, sons, vídeos, entre outros. Para tanto, faz-se necessário que a informação esteja organizada e estruturada, de modo que possa corresponder à expectativa gerada pelos inúmeros recursos disponíveis pela *Internet*.

Para que a organização e estruturação da informação contemple tal expectativa, faz-se necessário que o contexto de produção e sua proveniência sejam clara e efetivamente respeitados.

É possível vislumbrar tal condição nas palavras de Lacerda quando esta afirma que “a abordagem contextual dos arquivos é uma boa conduta a ser adotada na organização de qualquer acervo”, pois tal abordagem “objetiva ultrapassar a força dos conteúdos dos documentos e mover-se em direção às razões e circunstâncias de sua existência e os sentidos de sua produção”. (LACERDA, 2009, p.124).

A necessidade de compreensão do contexto documental está diretamente relacionada com a importância e necessidade, cada vez mais, expressiva e desafiadora, de acesso à informação. Em virtude disso, é possível vislumbrar ser o acesso à informação a problemática contemporânea da Arquivística e o impulso gerador da ruptura paradigmática em desenvolvimento na atualidade, isto é, a transferência do paradigma custodial para o “pós-custodial”, caracterizando assim, a ampliação para além da custódia, ou seja, o acesso.

Nesta pesquisa, a instituição arquivística foi representada pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC). A escolha deste instituto deve-se ao fato de que a documentação custodiada pelo iFHC é, sem dúvida alguma, uma documentação privada de caráter e interesse público, por conta do seu conteúdo e

do papel representativo perante a sociedade, a qual a entidade geradora da documentação custodiada está inserida. Tal papel é de grande relevância por se tratar de um ex-presidente da República do Brasil, além de ser um político influente no cenário político e econômico do país na esfera atual e, também, sua sólida contribuição como sociólogo e pesquisador.

Considera-se o iFHC como uma instituição arquivística, pois mesmo possuindo objetos tridimensionais não caracteriza como sendo um ambiente museológico, pois o tratamento dado é arquivístico e esses objetos estão inseridos em um contexto, conforme exposto anteriormente com as palavras de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, ambas responsáveis técnicas pela organização do acervo do iFHC.

Na referida afirmação, as autoras pontuam que a presença de objetos tridimensionais no iFHC não o caracterizam um ambiente museológico, esses objetos ou esses artefatos, compõem juntamente com o restante dos documentos do acervo do iFHC, um conjunto misto, que está inserido em um real contexto, caracterizando então, um acervo arquivístico da personalidade pública, Fernando Henrique Cardoso.

A instituição arquivística tem por objetivo o recolhimento e custódia, a preservação, o gerenciamento, o processamento técnico e o acesso ao conteúdo material da instituição, isto é, a informação contida nos arquivos/documentos. Dessa forma, levando-se em consideração a proposta pós-custodial apresentada, o acesso¹⁴ destaca-se como uma função básica de toda e qualquer instituição arquivística.

O contexto arquivístico deve ser o ponto primordial para organização, descrição e acesso de todo e qualquer documento custodiados em arquivos públicos, pessoais e privados.

O tratamento técnico arquivístico deve, necessariamente, responder a proveniência, bem como respeitar a sua ordem original – organicidade e contexto – de produção para que seja efetiva e eficiente a recuperação da informação e, conseqüentemente, a disponibilização para o acesso.

¹⁴ Acesso (2): função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2004, p. 12).

Dado o exposto, é possível reconhecer que o iFHC norteia seus trabalhos para além da custódia simplesmente, e assim, aproxima-se da proposta “pós-custodial”. Essa aproximação fica evidente, pois Ribeiro (2005) considera que, no caso específico de instituição arquivística, ao facilitar o acesso aos documentos e, por consequência, à informação, esta vai além do paradigma custodial.

Diante disso, este trabalho buscou discutir questões a respeito da organização da informação no iFHC e, em especial, seu enfoque foi para as fotografias e suas nuances vislumbrando a sua natureza documental e, consequentemente, arquivística passível de ser compreendida através do seu contexto de produção. Tal compreensão partiu da perspectiva teórica metodológica que a análise diplomática oferece como ferramenta válida para compreender a fotografia como resultado de uma ação registrada no mundo contemporâneo, isto é, um documento.

Por todos os aspectos apresentados, vislumbra-se o fato de que se, a análise diplomática com todo seu arcabouço teórico metodológico, não for totalmente aplicável às fotografias nos arquivos, temos ainda, como contribuição, uma reflexão mais concisa a respeito desses registros bem como o estabelecimento efetivo da necessidade de conexão entre os documentos arquivísticos e o seu contexto funcional, em virtude também, das demandas, cada vez mais expressivas, no que tange o acesso à informação.

Pois, como é possível observar, atualmente, o tratamento técnico arquivístico deve, necessariamente, responder a proveniência, bem como respeitar a sua ordem original – organicidade e contexto – de produção para que seja efetiva e eficiente a recuperação da informação e, consequentemente, a disponibilização para o acesso.

Levando-se em consideração os aspectos mencionados, verificou-se a necessidade, cada vez maior, de estudos que enfoquem a forma de tratar as fotografias nos arquivos, considerando, principalmente, suas características de natureza arquivística, isto é, considerando sua produção, origem, contexto funcional e seus diferentes usos. Tal necessidade justifica-se para a consolidação desses documentos enquanto documentos de arquivo e a desmistificação de serem documentos “especiais”, bem como ampliar os horizontes dos profissionais arquivistas para seu tratamento visando além da conservação e preservação.

Conclui-se então, que mais que aplicar a crítica diplomática aos documentos fotográficos, faz-se necessário refletir sobre a formação das imagens como documentos, bem como suas características próprias e sua condição de produção, isto é, seu contexto.

Diante das considerações apresentadas neste trabalho, pode-se concluir que a memória individual depende, necessariamente, da memória coletiva para sua constituição, mas não exclusivamente. Além do fato de que a memória coletiva constitui-se a partir das memórias individuais, isto é, das memórias dos indivíduos que compõe um determinado grupo social de mesmo interesse e afinidades, bem como das relações estabelecidas entre esses indivíduos. Então, nessa dupla relação de dependência, configura-se um jogo político e contínuo de negociações inesgotáveis entre memória coletiva e individual.

A partir disso, fica evidente que o poder de seleção da memória é sua principal função e, essa capacidade seletiva, é determinante para a constituição, tanto da memória individual como, também, para coletiva, mas, mais ainda, para o jogo político e contínuo que se estabelece entre o que se deve lembrar e o que será esquecido. Cabe ressaltar que neste trabalho, ficou evidente ser este jogo político e contínuo de negociação entre lembrar e esquecer; entre a memória coletiva e individual, a influência direta e determinante para a construção e manutenção da identidade individual, social e cultural.

Para concluir, levando-se em consideração toda a discussão exposta, ficou evidente que a metodologia empregada no acervo custodiado pelo iFHC, no que concerne sua organização, está direta e basicamente alicerçada, ao paradigma custodial, embora seja possível identificar um esforço, não proposital talvez, das responsáveis pela sua organização, Camargo e Goulart, para proporcionar o acesso à informação seja por qual meio for, presencial ou eletrônico (via Internet). Então, entende-se ser esse o ponto máximo de aproximação da metodologia de organização aplicada ao acervo custodiado pelo iFHC com o paradigma pós-custodial.

Este trabalho destaca o iFHC pela sua infraestrutura, pela metodologia aplicada a organização documental, bem como pelas condições dispostas para busca, recuperação e acesso à informação nele custodiado e, entende que o iFHC é, na verdade, em âmbito nacional, a instituição arquivística que, mesmo não

propositalmente, mais aproxima-se das prerrogativas do paradigma pós-custodial apresentado.

Por fim, levando-se em consideração as questões apresentadas neste trabalho, fica evidente a necessidade de maior estudo e investigação a respeito de metodologias de organização de informação para arquivos, especificamente, para os pessoais/privados que possam contemplar a máxima do paradigma pós-custodial, o acesso à informação para além da custódia.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. O Iluminismo como mistificação das massas. In: COSTA LIMA, Luiz. (Org). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 159-204.
- ALMEIDA, D. P. dos R.; et al. Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. In: *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v.6, n.1, p. 16-27, 2007. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_fc4f01292e_0008415.pdf Acesso em: 26 mai. 2015.
- ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da Ciência da Informação. In: **Ciência da informação**, Brasília, v. 38, n. 3, set./dez. 2009, p. 192-204.
- ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. In: *Revista Ciência da Informação*, v.32, n.3, p. 21-27, Brasília-DF, set./dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/29/26> Acesso em: 26 mai. 2015.
- ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. In: *Revista Ciência da Informação*, v.38, n.3, p. 192-204, Brasília-DF, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1719/1347> Acesso em: 26 mai. 2015.
- ARAÚJO, C. A. Á. Paradigma Social nos Estudos de Usuário da Informação: abordagem interacionista. In: *Revista Informação e Sociedade*, v.22, n.1, p.145-159, João Pessoa (PB): 2012. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896/7372> Acesso em: 28 mai. 2015.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 1. ed. Rio de Janeiro, 2004.
- ARDAILLON, D. **Carta de apresentação de formação acadêmica**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <valeria.siqueira@ifhc.org.br> em data 21 out. 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTO, H. L. Documento de arquivo e sociedade. In: **Ciências e letras** (Porto Alegre), Porto Alegre, n. 31, p. 167-175, 2002.
- BELLOTTO, H. L. **Política de ação cultural e educativa nos arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.
- BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como fazer, 8).

BERGER, C.; CHAVES, J. C.. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. In: **Comunicação & Educação**, São Paulo: CCA-ECA-USP, vol. 14, n. 3, p.1-8, Mar. 2009. ISSN 0101-6829. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/7838/7236> Acesso em: 25 Set. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Brasília, 1991 a.

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília, 1991b.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Brasília, 1991c.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986. Brasília, 1986.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*, 5., 2003. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CANTANHEDE, C.; FONTANA, F. Arquivos privados e preservação da memória das artes no Brasil: a contribuição do CEDOC/FUNARTE. In: **I Encontro Funarte de Políticas para as Artes**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 2011. Disponível em: http://www.funarte.gov.br/encontro/wpcontent/uploads/2011/08/Artigo_Cantanhede_Fontana.pdf . Acesso em: 12 set. 2014.

CARDOSO, F. H. **Carta de apresentação da fundação do instituto fernando henrique cardoso**. São Paulo, maio, 2004. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br>>. Acesso em: 05 jul. 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2012, p. 123-148.

COUCHOT, E. Da representação à simulação. In: André Parente (org.) **Imagem máquina. A era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. p.37-48.

DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos na arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, 10-14 (1): 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

HEREDIA HERRERA, A. La fotografía y los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. JORNADAS ARCHIVÍSTICAS, 2., 1993, Palos de la Frontera. **La fotografía como fuente de información**. Huelva: Diputación Provincial, 1993.

FAVERO, O. (Org). **Cultura popular e educação; memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GOODE, WJ. *et al.* **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1979.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória**. Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACERDA, A. L. de. **A fotografia nos arquivos: um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil no combate à febre amarela**. 2008. Tese de Doutorado em História Social,

Faculdade Filosofia Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LACERDA, A. L. de. Fotografia e o valor documentário: o arquivo de Carlos Chagas. In: **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p.115-138.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: editora UNICAMP, 1994.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LOPES, L. Artefatos de memória e representações nas mídias. **Ciberlegenda**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 0, Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/330/211>>. Acesso em: 26 Set. 2014.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n.17, p.63-180, nov. 1998.

LOPEZ, A. P. A. O contexto arquivístico como diretriz para a gestão documental de materiais fotográficos de arquivo. 2007. Disponível em: <HTTP://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/303> . Acesso em: 21/07/2013.

LÜDKE, M. A. M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C. Cognição humana e os Paradigmas da Ciência da Informação. In: Revista Eletrônica Informação e Cognição, v.6, n.1, p. 55-67, 2007, ISSN: 1807-8281. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_42d8a83408_0008412.pdf Acesso em: 28 mai. 2015.

MENEZES, U. B. de. Identidade cultural e arqueologia. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 20, p. 33, 1984.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Pós Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. nº 17. São Paulo: Educ, 1990.

NORA, P. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PAES, M. L. **Arquivo teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PINHEIRO, L.; LOUREIRO, J. Traçados e limites da ciência da informação. In: **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr. 1995, p. 42-53.

PINTO, M. M. G. de A. O novo paradigma da arquivística: um estudo de caso. In: **CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS**, 7 ed, Porto (Portugal), 2001, Informação: o desafio do futuro: actas do congresso. [CD-ROM]. Lisboa: BAD, 2001. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3090.pdf> Acesso em: 03 ago. 2014.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMOS, F. P.; NEVES, M. C. D.; CORAZZA, M. J. Os Paradigmas da Ciência Moderna e Pós-Moderna e as Concepções de Professores-Pesquisadores. In: *VII Enpec – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, Anais. Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, F. “Gestão da Informação/Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?” In: **Conservar para quê?: Actas da 8ª Mesa Redonda de Primavera**. Porto: Universidade do Porto, 2005a.

RIBEIRO, F. **Os arquivos na era pós-custodial**: reflexões sobre a mudança que urge operar. 2005b. Disponível em: <Arquivosnaerapscustodial000073169.pdf> Acesso em: 19/06/2013.

RIBEIRO, F. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. In: **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc> . ISSN: 2236-417X. Acesso em: 19/06/2013.

RIBEIRO, A. S.; CUNHA, V. A. **Ação cultural e Biblioteca Pública, novos caminhos para a educação e o desenvolvimento humano**. Salvador: UFBA, 2007.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUEZ, S. T. Da crítica diplomática à análise tipológica: abordagens e técnicas de análise documental. *Scire* (Zaragoza), v. 17, p. 65-72, 2011.

ROUILLÉ, A. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac, 2009.

ROUSSEAU, J.-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, M. C. T. M. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. 1994. In: **Cadernos de Sociomuseologia Centros de Estudos de Sociomuseologia**, América do Norte, n 3, maio 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307>>. Acesso em: 26 Set. 2011.

SANTOS, M. P. dos. O sensível acesso ao passado: a memória e o esquecimento. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0480.pdf>> Acesso em: 25 Set. 2013.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. In: **Perspectiva e Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SILVA, A. M. da.; et al. **Arquivística: teoria e prática de um ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. da. **Notas soltas sobre Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 59-73, ago./dez. 2008. Disponível em: <http://nortebad.wordpress.com/2009/09/02/notas-soltas-sobre-ciencia-da-informacao-4/>> Acesso em: 19 ago. 2014.

SILVEIRA, A. C. M. da. Representações midiáticas, memória e identidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais. São Paulo: **Intercom**, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/114207024209518791716507656874190840072.pdf> Acesso em: 26 Set. 2013.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista: SOCERJ**, p. 383-386, 2007.

VON SIMSON, O. R. de M. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/57>. Acesso em: 25 Set. 2013.